CAMILA DE SOUZA LOPES

PELA PENA DE TOUSSAINT

A escravidão na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX pelos relatos de Adèle Toussaint-Samson

ASSIS
2023

CAMILA DE SOUZA LOPES

PELA PENA DE TOUSSAINT

A escravidão na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX pelos relatos de Adèle Toussaint-Samson

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

ASSIS
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

L864p

Lopes, Camila de Souza
Pela pena de Toussaint: a escravidão na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX pelos relatos de Adèle Toussaint-Samson / Camila de Souza Lopes. — Assis, 2023
162 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

1. Viajantes. 2. Escritos de viajantes. 3. Escravidão - Brasil - Rio de Janeiro (RJ) - Século XIX. 4. Escravidão na literatura. 5. Toussaint-Samson, Adèle - 1826-1911. I. Título.

CDD 326

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CAMILA DE SOUZA LOPES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2023, às 14:00 horas, no(a) Sala Multiuso Prédio I (Videoconferência) e Sala Virtual: meet.google.com/uvf-uphh-cpv, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de CAMILA DE SOUZA LOPES, intitulada **PELA PENA DE TOUSSAINT A escravidão na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX pelos relatos de Adèle Toussaint-Samson**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL-Assis, Prof. Dr. JOSÉ OTÁVIO AGUIAR (Participação Virtual) do(a) UFCG - Campina Grande/PB, Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA (Participação Presencial) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL-Assis. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final:_ APROVADA _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

André Figueiredo Rodrigues

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

In memoriam de Nair e de Maria

Agradecimentos

Em meio a tantas conturbações que passamos nestes últimos anos, o agradecimento de pessoas especiais que estiveram presentes nesta árdua caminhada, não poderia ser deixado de lado.

Os meus primeiros agradecimentos deixo-os com o Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, especialmente ao câmpus de Assis, do qual me acolheu desde a graduação em História. O meu mais especial agradecimento ao meu orientador, professor Dr. André Figueiredo Rodrigues... são tantas coisas que tenho para agradecer que ficaríamos páginas e mais páginas lhe agradecendo. Em primordial, cito nossa primeira reunião de orientação, ainda na graduação, em que me disse para encontrar aquilo que faria tocar o coração e não pesquisar por pesquisar. Dedicou seu tempo para me ajudar a encontrar aquilo que eu realmente gostava. Abraçou minhas ideias e minha vontade de estudar literatura de viagem. Agradeço seu companheirismo, sua disponibilidade e das vezes que foi além de meu orientador acadêmico, sendo meu orientador pessoal. Meus mais sinceros e queridos agradecimentos...

À professora Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva, pelas contribuições e ideias para esta pesquisa. Ao professor Dr. José Otávio Aguiar, pelas contribuições e conselhos. À Ana Paula, da Biblioteca Noronha Santos, pela cordialidade, e à Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pelo acolhimento.

Agradeço a presença da família durante esses anos: minhas irmãs, Karen e Alessandra; meu pai, Ézio, que ficará orgulhoso quando falar aos amigos que sua filha fez uma faculdade pública; e, em especial, minha mãe Diomar, a pessoa que sempre me incentivou a estudar. Mãe: você é meu maior orgulho e inspiração! É impossível mensurar meus agradecimentos a ti! Muito obrigada por caminhar comigo, independente dos caminhos que escolho seguir.

Gostaria de dedicar um espaço para três grandes pessoas da minha vida que, infelizmente, perdi ao longo do ano de 2021: minha avó, Nair Souza, uma grande inspiração. Infelizmente, não passamos nosso Natal juntas, mas guardo cada lembrança de todos nossos momentos, sua ternura, o jeito calma como falava com as pessoas e a sua bondade. À minha avó Maria das Dores, da qual também perdi sua presença no final do ano. A senhora era uma grande mulher! Sempre defendeu as mulheres da família com sua imponente teimosia. Guardo em minhas memórias a sua risada e seus três beijos seguidos de um abraço. Minhas avós, duas pessoas com personalidades diferentes, mas que me guiaram a ser quem sou hoje. Ao meu tio "Pexe", eu gostaria que o senhor tivesse lido isso, como o conheço, sei que iria chorar só por ter seu nome citado. O senhor era um grande professor e é graças ao senhor que escolhi uma profissão tão grandiosa. Obrigada por me ensinar que ser professor não é apenas uma profissão, mas, sim, um gesto de sensibilidade, bondade e de compreensão. O senhor deixou um lindo legado nas escolas que passou, na sua família e na minha vida. E mesmo que eu não consigo mensurar em palavras o quão vocês significaram para mim, e o quão doloroso é escrever para vocês, eu só queria agradecer.

Aos amigos mais antigos, Murilo, Fábio, Regiane, Pedro e Juliana, que estiveram presentes nos momentos de crises, sempre oferecendo um alento.

Aos meus estimados amigos José Augusto e Anderson, com os quais compartilho o desafio de conduzir um mestrado.

A mon professeur, Berno, qui a été patient en m'enseignant une langue si tendre, je souhaite votre amitié. Si nous comprenons les récits d'Adèle, je vous remercie!

Um agradecimento especial à minha grande amiga Daisa, com quem compartilhei a viagem ao Rio de Janeiro e muitos momentos de minha vida! Obrigada pelo companheirismo e pelas palavras de conforto.

Por fim, não menos importante, mas fundamental para agradecimento, José Lucas. Meu amigo de todas as horas, companheiro que esteve presente em cada linha desta pesquisa. Sua presença é terna e essencial nessa jornada.

A viagem pode ser uma longa faina destinada a desenvolver o eu. As inquietações, descobertas e frustrações podem agilizar as potencialidades daquele que caminha, busca ou foge. Ao longo da travessia, não somente encontra-se, mas reencontra-se, já que se descobre mesmo e diferente, idêntico e transfigurado. Pode até revelar-se irreconhecível para si próprio, o que pode ser uma manifestação extrema de desenvolvimento do eu. Um eu que se move, podendo reiterar-se e modificar-se, até mesmo desenvolvendo sua autoconsciência; ou aprimorando a sua astúcia.

Octavio Ianni

LOPES, Camila de Souza. **Pela Pena de Toussaint**: *A escravidão na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX pelos relatos de Adèle Toussaint-Samson*. 2023. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2023.

RESUMO

Na pesquisa se propende debater a escravidão negra no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX, a partir dos escritos em diário de Adèle Toussaint-Samson (1826–1911), publicado sob o título de *Uma parisiense no Brasil*. Em seu escrito é possível visualizar anotações sobre as práticas escravistas citadinas e a forma com as quais as punições eram aplicadas. Apesar de relatos da escravidão ali presentes, de observações ficadas nos doze anos vividos na capital do Império do Brasil, é possível indagar sobre as relações de gênero e da vida cotidiana ali comentadas e visualizadas, uma vez que na primeira edição em língua francesa, ocorrida em 1883, em anexo, constam fotografias originais de época, ainda não descritas e analisadas pela historiografia.

Palavras-chave: Viajantes. Escravidão. Literatura de viagem.

LOPES, Camila de Souza. **Through Toussaint's writing***: Slavery in the city of Rio de Janeiro in the second half of the 19th century through the accounts of Adèle Toussaint-Samson*. 2023. 162 p. Dissertation (Master in History) – São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), School of Science, Humanites and Languages, Assis, 2023.

ABSTRACT

The research discusses black slavery in the daily life of the city of Rio de Janeiro, from the second half of the 19th century, from the writings in a diary of Adèle Toussaint-Samson (1826-1911), published under the title of *A Parisian in Brazil.* In his writing, it is possible to visualize notes about the city slave practices and the ways in which the punishments were applied. Despite reports of slavery present there, observations spent in the twelve years lived in the capital of the Empire of Brazil, it is possible to look into the gender relations and everyday life commented and visualized there, since in the first edition in French, which took place in 1883, attached, there are original photographs of the time, not yet described and analyzed by historiography.

Keywords: Travelers. Slavery. Travel literature.

Sumário

Introdução 13

Capítulo 1
Rio de Janeiro, um lugar propício para viajantes 32

1.1. O Rio de Janeiro como a capital do Império 34
1.2. A importância do centro comercial carioca 38
1.3. A presença francesa no Brasil 46

Capítulo 2
Adèle Toussaint-Samson: além de viajante, uma escritora… 61

3.1. Ser uma viajante no século XIX 63
3.2. A "verdade" em Adèle Toussaint-Samson 68
3.3. Vida e obra de Adèle Toussaint-Samson nos periódicos fluminenses 80
3.4. A permanência do relato de Adèle na historiografia brasileira 91

Capítulo 3
Pela pena de Toussaint 110

4.1. O cotidiano escravista: estudo e crítica dos costumes brasileiros 112
4.2. A escravidão enquanto espetáculo 134

Conclusão 147

Referências 150

Índice das tabelas e imagens

TABELAS

Tabela 1
Mulheres viajantes que estiveram no Brasil no século XIX 63

Tabela 2
A vida e obra de Adèle nos periódicos fluminenses 89

IMAGENS

Imagem 1
Trecho de *Souvenirs du Brésil, par une parisienne*, de Mme. Toussaint-Samson 26

Imagem 2
Folha de rosto de *Une parisienne au Brésil*, edição de 1883 27

Imagem 3
Fragmento de *Viagem de uma Pariziense ao Brazil*, Jornal do Commercio, 1883 28

Imagem 4
Folha de rosto de *Viagem de uma Pariziense ao Brazil*, edição de 1883 29

Imagem 5
Frontispício de *Uma parisiense no Brasil*, edição de 2003 30

Imagem 6
Carta ao imperador D. Pedro II 31

Imagem 7
Henschel & Benque: *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro* 76

Imagem 8
Adèle Toussaint-Samson: descrição do mercado 77

Imagem 9
Christiano Júnior: *Ma Négresse Romana* 115

Introdução

> Entretanto, o caminhante não é apenas um "eu" em busca do "outro". Com frequência é um "nós" em busca dos "outros". Há sempre algo de coletivo no movimento da travessia, nas inquietações, descobertas e frustrações dos que se encontram, tensionam, conflitam, mesclam ou dissolvem
>
> Octavio Ianni

Para Octavio Ianni, autor citado na epígrafe, a viagem pode ser breve ou demorada, delimitada ou interminável, passada, presente ou futura. Além de seu caráter mercantil, conquistadora ou peregrina, tanto quanto turística, missionária ou aventurosa, também contempla o campo das viagens filosóficas, artísticas ou científicas. Em síntese, a viagem abrange várias significações e conotações, simultâneas, complementares ou mesmo contraditórias:

> São muitas as formas das viagens reais ou imaginarias, demarcando momentos ou épocas mais ou menos notáveis da vida de indivíduos, famílias, grupos, coletividade, povos, tribos, clãs, nações, nacionalidades, culturas e civilizações. São muitos os que buscam o desconhecido, a experiência insuspeita, a surpresa da novidade, a tensão escondida nas outras formas de ser, sentir, agir, realizar, lutar, pensar ou imaginar (IANNI, 2003, p. 13).

As viagens, sejam elas de quaisquer campos, revelam um dos seus traços mais importantes: a alteridade. É a busca de *si* e do *outro*. É quase unanimidade, quando se trata em escrever sobre relatos de viagem, a preocupação dos autores e pesquisadores sobre esta questão:

> No que sim parece haver consenso é que a viagem, ou o relato de viagem, permite colocar o indivíduo diante do *outro*. E a experiência da constatação da existência do *outro*, ao nosso lado, ou mais distante, não tão ao nosso lado, leva, parece ser consenso nos últimos tempos, à constatação de que um *eu* não pode existir sem um *ele*, ou um *você*. Nesse sentido, há poucas dúvidas com relação à importância da viagem e de seus relatos na construção da identidade, seja individual, cultural, política ou ideológica (ESTEVES; ZANOTO, 2010, p. 15).

Consoante a Ianni, toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto desmontando-as como as reinventando. Simultâneas a que demarca diferenças, singularidades e alteridade, também denota as semelhanças, continuidade, ressonâncias. Nelas, "pode reafirmar-se a identidade e a intolerância, simultaneamente à pluralidade e à tolerância. No mesmo curso da travessia, ao mesmo tempo que se recriam identidades, proliferam diversidade. Sob vários aspectos, a viagem desvenda alteridade, recria identidades e descortina pluralidades" (IANNI, 2003, p. 13-14).

Uma dessas formas de viagens é apreciada na literatura. Para o autor, na literatura, a viagem parece ser a metáfora mais frequente e diferenciada. Nela, adquire muitos significados e muitas conotações, "talvez todas nasçam de uma viagem primordial e emblemática, mas são muitas as que se realizam e sonham ao longo das narrativas, das poéticas que constituem a literatura universal" (IANNI, 2003, p. 28).

Essas viagens que se estabelecem na literatura encontram alento em uma categoria que há muito vem sendo discutida no campo historiográfico: as literaturas de viagens. Esse "gênero" — como discutiremos a seguir —, é de uso incessante em trabalhos acadêmicos, desde variados temas, viajantes de diferentes nacionalidades, de temporalidades distintas e diferentes abordagens teóricas. É complexo pensar no conceito de "literaturas de viagem", já que se trata de uma classificação recente, que busca incorporar um universo literário, cartográfico e iconográfico, composto por um *corpus* de textos, cujas diretrizes cronológicas se posicionam entre o século XV e XIX e cuja natureza é interdisciplinar (RODRIGUES, AGUIAR, SILVA, 2013, p. 8).

Esteves e Zanoto destacam:

> Não há dúvida de que a tentativa de ordenar os acontecimentos do transcurso de uma viagem através da palavra é tão antiga quanto a própria viagem em si. Os relatos de viagem, reais ou metafóricos, existem desde os primórdios da humanidade, nas mais variadas formas, arrancando dos relatos míticos. A própria cultura ocidental, assentada nas culturas greco-latina e judeu-cristã, gerou alguns arquétipos de viajantes, dentre os quais se destacam Ulisses, Teseu, Enéias, Jasão, Abrahão ou Moisés, todos eles associados à busca ou ao regresso à casa ou à pátria (ESTEVES; ZANOTO, 2010, p. 22).

Ao tentar estabelecer uma tipologia para o que pode ser "literaturas de viagem", "relatos de viagem", "narrativas de viagem" ou "livros de viagem", Sofía M. Carrizo Rueda estabelece duas tipologias para essas categorias: 1. "Relatos de viagem", para referir-se àqueles que trazem informações sobre o percurso em determinados territórios, como as anotações de

Pigafetta, de Marco Polo ou de Charles Darwin[1]; 2. "Literatura de viagem", abarcaria todas as obras marcadas por complexos processos ficcionais, nas quais a referência ao itinerário estaria subordinada às vicissitudes da existência dos personagens, como constam nas anotações de Homero, de Virgílio ou de Swift[2] (RUEDA, 2008, p. 10).

Segundo Rueda, os relatos de viagens podem ser sintetizados da seguinte maneira:

> Se trata de un discurso narrativo-descriptivo en el que predomina la función descriptiva como consecuencia del objeto final que es la presentación del relato como un espectáculo imaginario, más importante que su desarrolo y su desenlance. Este espectáculo abarca desde informaciones de diversos tipos, hasta las mismas acciones de los personajes. Debido a su inescindible estructura literario-documental, la configuración del material se organiza alrededor de núcleos de clímax que en última instancia, responden a un principio de selección y jerarquización situado en el contexto histórico, y responde a expectativas y tensiones profundas de la sociedad a la que se dirigen (RUEDA, 2008, p. 28).

Em suas reflexões, Maria Elizabeth Chaves de Mello afirma que o termo "literatura de viagem" sugere uma certa ambiguidade, dando ao relato um *status* de *gênero*, portanto, deve ser problematizada.

> O escritor viajante é, antes de tudo, *um jornalista em missão*, afirma François Moureau (...). Por outro lado, é a viagem que faz o escritor. Mas não basta ser um escritor e viajar, para sentir a necessidade de passar da situação de espectador para a de narrador. Na verdade, a literatura de viagem parece não interessar muito, nem ao ficcionista, nem à narrativa memorialista (MELLO, 2010, p. 142).

---

[1] Pigafetta, nascido cerca de 1480 em Vicenza, na Lombardia, na Itália, descendente de uma família abastada, tentou interessar os poderosos pela sua extraordinária viagem, da qual preparou um relato em 1523-1524, redigido em italiano, baseado nos seus apontamentos pessoais e no diário que redigira a bordo: *A primeira viagem ao redor do mundo: o diário da expedição de Fernão de Magalhães* (COUTO, 2013, p. 186); Marco Polo (1254-1324), mercador e embaixador veneziano, pertencia a uma família de comerciantes que se estabeleceram em Constantinopla a mais de dois séculos após a instalação dos venezianos na região. Registrou suas viagens no livro: *As viagens de Marco Polo* (MELLO; REIS, 2017, p. 446); Charles Robert Darwin (1809-1882) foi um naturalista, geólogo e biólogo britânico, célebre por seus avanços sobre evolução nas ciências biológicas. Darwin ficou conhecido pela publicação do seu livro *Sobre a Origem das Espécies* (1859), em que descreve suas observações da natureza que o levaram ao desenvolvimento da teoria da evolução por seleção natural (MOREIRA, 2015).

[2] Homero foi um autor, segundo o historiador grego Heródoto, que tradicionalmente se atribui a autoria dos poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia* (GOERGEN, 2003, p. 183). "Apesar de todos os esforços de estudiosos de diversas partes do mundo, a nuvem cinzenta em torno da entidade 'Homero' ainda existe. Não se sabe ao certo se ele realmente existiu, isso a Arqueologia ainda não conseguiu descobrir e os textos ainda não proporcionaram uma resposta definitiva" (ZANON, 2008, p. 12). Públio Virgílio Maro (70 a.C.-19 a.C.) foi um poeta romano clássico, autor de *Eneida* (AMARO, 2018, p. 55). Jonathan Swift (1667-1745) foi um dos grandes nomes para a sátira. "A sátira de Swift tinha um papel de construir uma crítica sobre a sociedade da época por meio de marcas como a ironia, a fim de causar uma reflexão"; publicou *Viagens para as diversas nações remotas do mundo* (FERRAZ; DIAS, 2020, p. 1855).

O emprego de relatos de viagens como fonte histórica não é algo recente, pois já o encontramos nos trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo. Em *Raízes do Brasil*, impresso em 1936, as apropriações dos textos dos viajantes são realizadas de diversas maneiras para reconstruir uma mentalidade do Brasil, a partir de hábitos da população presenciadas pelos viajantes e que, assim, contribuem para uma possibilidade de análise dos costumes. Entre os inúmeros relatos que existem e que ainda são desconhecidos ou poucos explorados, há cada vez mais novas abordagens metodológicas e discussões teóricas, consolidando a literatura de viagem como uma fonte inexaurível de debate.

De acordo com Mary Junqueira, o relato de viagem vem sendo questionado como fonte histórica que fornecia informações sobre a realidade do país visitado: "As preocupações dos estudiosos foram deslocadas para o universo cultural no qual o viajante estava imerso, uma vez que suas opiniões e julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que falasse também deste" (JUNQUEIRA, 2011, p. 44–45). Contudo, quem trabalha a literatura de viagem como fonte deve se ater ao fato da sua veracidade: separando a ficção da realidade, mas não tomando a realidade como verdadeira, mas uma visão de mundo moldado a partir do próprio espaço de experiências do viajante.

Para Ianni,

> O Velho Mundo somente começou a existir quando os navegantes descobriram e conquistaram o Novo Mundo. O Ocidente somente começou a existir quando os viajantes, comerciantes, traficantes, missionários, conquistadores e outros descobriram e conquistaram o Oriente. Desde que Fernão de Magalhães realizou a primeira viagem à volta da Terra, esta começou a parecer esférica, diferente do que se acreditou até então. Os descobrimentos, as conquistas e as circunavegações permitiram redesenhar o mapa do mundo, localizando continentes, ilhas e arquipélagos, assim como montanhas, planícies, rios, lagos, mares e oceanos, tanto quanto faunas, flores, climas e nichos ecológicos, ao mesmo tempo que tribos, clãs, raças, etnias, religiões, línguas, nações, nacionalidades, colônias, impérios, culturas e civilizações (IANNI, 2003, p. 22).

Há pluralidade de temas que se podem extrair de relatos de viagem, tanto manuscritos quanto iconográficos, visualizados, por exemplo, em dissertações, teses e artigos de periódicos. Segundo Stella Franco, a capacidade que esses relatos possuem em alcançar diversas dimensões do passado é inquestionável:

> Entretanto, o caráter dúbio dessa fonte — trafegante entre a materialidade da experiência e a subjetividade do olhar — transforma-a num objeto atrativo para uma reflexão sobre as potencialidades por ela guardadas para iluminar distintos domínios de que se constitui a história (FRANCO, 2011, p. 76).

Além de tratar os relatos como importante fonte para os estudos históricos, também podemos pensar no crescente número de trabalhos que visam trazer visibilidade aos relatos realizados por mulheres viajantes, incorporando-se às análises de estudos de gêneros. Segundo Stella Franco, essa nova abordagem também representa um conjunto a uma diversificação sobre as origens nacionais dos viajantes, uma intenção a buscar novidades no campo das viagens e dos relatos, a fim de inovar e distanciar da perspectiva convencional de trabalhar relatos de viajantes homens e europeus (FRANCO, 2011).

Com a abertura dos portos em 1808 por D. João, a presença estrangeira no país aumenta significativamente, permitindo uma maior abrangência de relatos da visão estrangeira sobre o Brasil, principalmente em relação à escravidão negra, que atraia tanto a curiosidade quanto a indignação por grande parte desses viajantes. Sabemos como a disciplinarização dos escravizados negros era maior nos anos oitocentistas, principalmente pelo medo constante de revoltas influenciadas pelo caso do Haiti, entre 1791 a 1804, e pela pressão inglesa para o fim da escravidão[3], assim, as tintas dos viajantes sobrecarregaram-se de narrar sobre as práticas escravistas no país.

Guiando-se por esta pluralidade — econômica e social, notadamente — esta pesquisa desenvolve-se a partir da análise dos escritos publicados em livro pela francesa Adèle Toussaint-Samson, *Uma parisiense no Brasil*, que nos conta em escrita em primeira pessoa retratos da escravidão, das relações de gênero e da vida cotidiana de meados do século XIX brasileiro.

---

[3] Adèle Toussaint-Samson, viajante do século XIX, destaca: "Seria de temer, talvez, que quando se houvessem contado, tirem uma terrível desforra e o futuro vingue o passado. Esperemos, porém, que o Brasil não tenha seu São Domingos" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 102), em menção aos conflitos violentos que marcaram a independência do Haiti no século XIX. Segundo Francisca Siqueira, "a revolta dos escravos em São Domingos, que levou à libertação de meio milhão de escravos e culminou na criação da República do Haiti em 1804, inspirou outras insurreições em todo o Caribe, colocando em risco todo o sistema colonial" (SIQUEIRA, 2018, p. 50).

Sobre alguns dos trabalhos acerca das consequências do caso do Haiti sobre o Brasil, temos: *A revolução dos negros do Haiti e o Brasil*, de Luiz Roberto Mott, de 1982, em que analisa documentos inéditos que comprovam que os negros no Brasil tinham conhecimento dos episódios revolucionários da Independência do Haiti; o artigo de Flávio Gomes e Carlos Eugênio Soares em *Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista*, de 2002, em que discorrem sobre o movimento atlântico de circulação de ideias e experiências libertárias em torno de eventos de sedições, rumores de insurreições escravas e imagens de "haitianismo" no Brasil escravista; e o livro *A revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*, de Marco Morel, de 2017, que, por meio de uma investigação em jornais da época, discorre sobre os efeitos da Revolução Haitiana de 1791 no Brasil.

Vinda de Paris, Adèle Toussaint-Samson chegou ao Rio de Janeiro na companhia de seu marido, que veio buscar nos trópicos alentos para melhorar a situação financeira da família. Sabe-se que seu livro foi publicado em 1883, em francês. No mesmo ano, seus relatos são traduzidos por Estevão da Costa e Cunha e publicados no Brasil pelo *Jornal do Commercio* e, também, em formato de livro, restritamente, sem as imagens anexadas pela viajante.

Em 1891, temos a publicação traduzida para o inglês, por Emma Toussaint[4], contendo as fotografias da primeira versão em francês. Mais de um século depois, a obra de Adèle Toussaint-Samson tem uma nova reedição em inglês, em 2001, pela historiadora June Hahner. Concomitante ao interesse de Hahner, sob um projeto já ambicionado há tempos pelo pesquisador Paulo Berger[5] e o colecionador Paulo Geyer (TURAZZI, 2003, p. 37), a editora Capivara publica em 2003, sob o título *Uma parisiense no Brasil*, os relatos de Adèle Toussaint-Samson, preocupando-se em trazer para esta nova versão, as fotografias, os apêndices, notas da autora e até mesmo, as notas principais de Estevão da Costa Cunha.

Assim, torna-se oportuno analisar as suas impressões sobre a escravidão no Rio de Janeiro entre as décadas de 1850 a 1860, período em que esteve presente no país. Portanto, levamos nosso horizonte a observar através de um olhar feminino francês o cotidiano dos escravizados na cidade do Rio de Janeiro, detendo-se nos escritos deixados sobre a vida dos cativos em suas lides diárias.

Além disso, torna-se, também, oportuno cruzar o texto de suas memórias com as fotografias encartadas na versão original do livro em francês e, na mais recente, de 2003, da editora Capivara. O que as imagens da escravidão nos apresentam? Em que essas imagens se coadunam com as informações ali escritas? Reforçam ou confirmam o quê dos escritos em diário de Adèle Toussaint-Samson? Apesar de pesquisadores recentemente utilizarem com frequência trechos de seus escritos para ilustrarem informações sobre cativos ou a vivência escravista fluminense oitocentista, extraindo fragmentos de seu texto, que se repetem com exaustão, ainda nos falta centrar esforços na análise detida do texto e das imagens presentes (que surgiram no anexo da edição original, em francês, do livro impresso em 1883).

---

[4] Por coincidência, a tradutora da versão em inglês, de 1891, tem o mesmo sobrenome de Adèle Toussaint-Samson, mas como constataremos no decorrer desta pesquisa, especificamente no capítulo 2, não há laços próximos de parentesco entre Emma Toussaint e Adèle Toussaint-Samson.

[5] Paulo Berger, no livro *Bibliografia do Rio de Janeiro*, faz um levantamento de autores estrangeiros e viajantes entre os anos 1531 a 1900 (BERGER, 1964, p. 328).

Eis, portanto, alguns de nossos desafios: estudar as imagens e os relatos de Adèle Toussaint-Samson buscando-se analisar, detidamente, suas impressões sobre a sociedade fluminense do século XIX, focando-se no tema da violência, da escravidão e da vida cotidiana ali descritas.

No prólogo de seu livro, Adèle Toussaint-Samson nos aponta a dificuldade que encontrou para achar editora interessada em publicar suas impressões sobre o Brasil. Entre os empecilhos encontrados, destaca dois: em primeiro lugar, não se esperava que uma mulher publicasse um livro de tal gênero: "eu era mulher, não se podia conceder-me mais; era já muita honra que se me fazia"; em segundo, comentou a eloquência com que os editores europeus prescindiam para publicar sobre damas e selvagens, temas dos quais Adèle Toussaint-Samson não havia escrito e não condizia com a *sua* veracidade (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 46-48).

A viajante não abriu mão da sua "verdade". Ela afirma, ao convidar os brasileiros a receber a sua obra, que seus relatos foram escritos com "uma pena imparcial, mas amiga" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 51). Porém, o livro não foi bem aceito, tanto pelos brasileiros quanto pelos franceses. A sua interpretação de "verdade", que afirmou escrever, não atingiu a curiosidade dos franceses, justamente por não revisitar a imagem idealizada que eles possuíam sobre a sociedade brasileira; e, também, aos brasileiros, que com sua escrita não se identificavam com as imagens escravistas ali existentes.

Adèle Toussaint-Samson é uma ávida observadora. Em poucas páginas, em seu relato, ela percorre uma diversidade de assuntos, fornecendo uma riquíssima fonte de pesquisa para se pensar o Rio de Janeiro nos meados do século XIX. Desde seu embarque no clíper Normandia, já observa e narra as diferentes personalidades que encontra, assim como apresenta a situação e a vida a bordo daquele navio. Quando chega ao Brasil, narra brevemente, mas sem poupar detalhes, as estradas, os nomes das ruas, as mulheres, a flora, a paisagem, e o assunto mais comentado por ela, a escravidão.

Para posicionar melhor o trabalho e as problemáticas e análises levantadas, é imprescindível estruturar e demarcar o trabalho em várias questões particulares. Assim, intencionamos: debater a visão e a escrita de Adèle Toussaint-Samson enquanto uma mulher viajante do século XIX, acerca da escravidão do Rio de Janeiro; discutir a recorrência da escravidão no cotidiano dos cidadãos cariocas e encontrar em seus discursos as narrativas dos escravizados pertencentes àquela sociedade.

As imagens da escravidão, encartadas na primeira edição em francês, de 1883, serão analisadas com a intenção de se explorar o que ali fotografado evidencia o que se encontra descrito no conteúdo de suas memórias. Vale a informação de que as fotografias ali presentes não foram escolhidas e/ou anexadas pelo editor Paul Ollendorf, para a edição em francês de seu livro. Mas, pelo contrário, foram inseridas como ilustração pela própria Adèle Toussaint-Samson, e vieram encartadas nas páginas do manuscrito entregue ao editor[6]. Este fato torna a primeira edição original de seu livro importante ser pesquisada, principalmente se considerarmos a forma como a viajante organizou seu livro.

Além disso, para tal feito, a literatura específica, como também em qualquer trabalho científico e acadêmico, é de fundamental importância teórica. O relato de Adèle Toussaint-Samson insere-se nos poucos livros de literaturas de viagem publicados por mulheres. Para Miriam Moreira Leite há certa semelhança entre os livros das mulheres viajantes, devido

> a grande capacidade de observação, que ultrapassa as diferentes circunstâncias singulares e as diferentes situações pessoais e políticas que enfrentaram, através do século XIX. Sejam elas modistas, que vinham 'fazer a América', turistas, jornalistas, professoras, acompanhantes ou cientistas, provenientes dos países europeus ou dos Estados Unidos, todas têm grande cuidado e atenção às condições da vida do dia a dia, quando comparam situações vividas, no local de origem, com aquelas que procuram descrever e interpretar (LEITE, 2015, p. 132-133).

Os escritos de Adèle Toussaint-Samson, assim como a dos demais viajantes, são frutos de um processo histórico e, pelos estrangeiros serem "atores de passagem", são observadores "atentos da realidade, exercitando dela a arte de pensar, desprendendo-se de seu mundo imaginário para entrar no mundo real e imaginário do outro" (FRANCO, 2011, p. 78).

Ao desembarcar no Brasil em 1850, Adèle Toussaint-Samson trouxe consigo a mentalidade francesa e as imagens construídas do Brasil da primeira metade do século XIX na Europa, que, gradualmente, foram se reconfigurando a partir da vivência cotidiana que tinha perante instituições e pessoais com quem convivia no dia a dia. Isto se evidencia em seus

---

[6] Alguns dos pontos que justifica essa afirmação, estão presentes nas seguintes linhas da viajante: "Quando regressei do Brasil, há alguns anos, trazendo sobre aquele país e seus habitantes notas recolhidas durante minha longa permanência no Rio de Janeiro, as quais, na falta de outro mérito, tinham ao menos o da mais escrupulosa verdade, e a que se juntavam as fotografias das principais igrejas e praças da capital do Brasil, bem como tipos de índios, de mulatos e de negros, reproduzidos com exatidão, imaginei que tudo isso pudesse oferecer algum interesse aos meus compatriotas e que facilmente as conseguiria editar" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 44); Em outra passagem, caracterizando uma negra do mercado, há a nota: "Veja a fotografia de um deles" (TOUSSAINT-SAMSON, 1883, p. 41. Tradução nossa), com uma fotografia na página anterior.

Segundo Ludmila Maia, Adèle Toussaint-Samson retornava ao seu país levando consigo "uma série de lembranças, fotografias, livros e anotações de histórias em sua bagagem, que um dia transporia para os escritos que publicou anos mais tarde" (MAIA, 2016, p. 228).

escritos e, a partir de suas observações, nos é permitido debater a imagem real e "imaginária" do Brasil transmitida pelos estrangeiros, além de nos permitir visualizar pelos escritos e imagens fotográficas a mentalidade francesa da autora ao se experienciar pela capital do Império. Que narrou? Quais aspectos sociais ganharam mais as suas tintas? O que indicou que contraria o que hoje se conhece sobre a sociedade escravista imperial fluminense? E as imagens, o que retratam da sociedade imperial fluminense da segunda metade do século XIX? O que estão ali grafadas: pessoas, paisagens, conflitos, situações cotidianas, etc.?

Muitos trabalhos refletem, mesmo que indiretamente, nesta pesquisa, como, no caso, Mary Louise Pratt, com o livro *Os olhos do império*. Utilizando-se de relatos de viajantes e a uma crítica da ideologia relacionada à produção, circulação e consumo dos mesmos, a autora realiza uma nova abordagem sobre o imperialismo. Assim, ao tentar mostrar que "os olhos do império", significando, o olhar do branco assomado dos países civilizados, "estavam representados no olhar dos viajantes que ajudaram a construir uma nova consciência planetária ao desbravar o interior da América e da África desde a metade do século XVIII e durante todo o século XIX, a obra incursiona no mundo do imaginário e das representações do real" (REICHEL, 1999, p. 11), Mary Pratt evidencia que o

> imperialismo, antes considerado e analisado primordialmente na forma de um fenômeno político e/ou econômico, como produto e como agente responsável pela construção de visões de mundo, auto-imagens, estereótipos étnicos, sociais, geográficos, entre outros, e que se legitima não apenas pela dominação externa, visível através de relações econômicas e políticas, mas pela interferência direta nas mentes das pessoas com ele envolvidas (REICHEL, 1999, p. 11).

Neste livro, a autora propõe uma nova visão das relações entre a metrópole e as áreas coloniais, entre os viajantes e "visitados", o saber europeu e o saber nativos. Para a autora, seu trabalho visa tanto ser um estudo de gênero quanto uma crítica de ideologia (PRATT, 1999, p. 28).

Para realização de tal proposta, Mary Louise Pratt utiliza de conceitos fundamentais, dos quais, destacamos dois deles. O primeiro refere-se as "zonas de contacto", onde a autora o usa para referir-se ao espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas "geográfica e historicamente separadas entram em contacto uma com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada" (PRATT, 1999, p. 31).

As “zonas de contacto” seriam espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se entrelaçam uma com a outra, “frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação — como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27).

Em linhas gerais, ela define que a “zona de contacto” é

> uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam. Ao utilizar o termo ‘contato’, procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma ‘perspectiva de contato’ põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e ‘visitados’, não em termos da separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricos de poder (PRATT, 1999, p. 32).

O segundo conceito que evidenciamos, é o da “anticonquista”. A autora, ao utilizar tal denominação, refere-se às estratégias de representação por meio “das quais os agentes burgueses europeus procuram assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que asseguram a hegemonia europeia”. Para a autora, o protagonista da anticonquista é uma figura que, eventualmente, ela chama de “observador”, “um rótulo conscientemente hostil para o súdito masculino europeu com um horizonte europeu de discurso — aquele cujos olhos imperiais passivamente vêem e possuem” (PRATT, 1999, p. 32-33).

Conceitos como esses, concomitante com nossa preocupação em observar o lugar de enunciação do viajante, *quem é nosso viajante* e *quem ele quer ser*, assim como observar os discursos presentes nas entrelinhas da sua narrativa e a forma como foram organizados, são fundamentais neste trabalho. Devemos, portanto, sempre estar atentos à quem escreve e sobre quem escreve. *Sobre* estes contatos e *formas* de contatos.

Como mencionado, em seus escritos Adèle Toussaint-Samson escreveu um pouco de tudo. Seu texto é sucinto, mas detalhado; o que o torna rico em informações acerca do Rio de Janeiro oitocentista. Encontramos diversos trabalhos utilizando a autora como fonte: Ludmila Maia com a tese *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia floresta (Europa e Brasil, século XIX)*, que investiga a relação entre gênero e escrita através das trajetórias pessoais de Nísia Floresta e Adèle Toussaint-Samson durante o século XIX.

Outros dois trabalhos seguem por este mesmo caminho, sendo ambas dissertações de mestrado — a de Andrea Costa, *Adèle Toussaint: o olhar da viajante sobre o outro*, na qual disserta a visão de Adèle acerca dos brasileiros; e a de Lucas Neves com *História e imagem: a sociedade escrita com a luz — Rio de Janeiro (1840-1889)*, em que analisa fotografias da segunda metade do século XIX para procurar perceber a produção do Rio de Janeiro como cidade em simultâneo moderna e pitoresca. Encontramos, ainda, alguns artigos acadêmicos que a utilizam, notadamente em conjunto com relatos de outros viajantes, como em *Análise da paisagem das mulheres viajantes no Brasil durante o século XIX*, de Natália Oliveira e José Flávio Castro, na área de geografia, por exemplo.

Ao escolhermos trabalhar a escravidão sob a perspectiva de Adèle Toussaint-Samson, pegamos um dos múltiplos pontos que a autora nos oferece como fonte de estudo da sociedade imperial brasileira da segunda metade do século XIX. Pensar a literatura de viagem em Adèle Toussaint-Samson, sendo ela uma mulher viajante, e a mentalidade que carrega, é-nos possível discutir pontos fulcrais da escravidão no Rio de Janeiro oitocentista, tendo os seus olhos e escrita como guiadores de uma interpretação do cativeiro, pois nos apresenta descrições do ambiente da senzala, os maus tratos que negros escravizados sofriam, punições que visualizava quase que diariamente contra cativos, sua alimentação e vestimenta, conversas, etc.

Em vista disto, a dissertação se divide em três capítulos, obedecendo a uma ordem temática. No primeiro capítulo, intitulado *Rio de Janeiro, um lugar propício para viajantes*, abordaremos questões que nos permitem refletir sobre os possíveis motivo que proporcionaram Adèle Toussaint-Samson vir ao Brasil, de modo a tentar fazer riqueza, igual a um parente que tinham na América: "tendo esse valente tio feito uma boa fortuna no Brasil, tivemos a ideia de tentar, como ele, a aventura" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 14). Intentamos uma interpretação que envolve os motivos e contexto histórico, que a fizeram buscar alento nos trópicos, de modo a garantir uma boa vida, para quando retornasse à Paris. Deste modo, compreenderemos como o Rio de Janeiro, que se tornara décadas antes a capital do Império, e o que isto implicara na estrutura política, social e econômica aos viventes dos trópicos, dado o fato da possibilidade de "fazer fortuna" na América.

Na sequência, no capítulo dois, *Adèle Toussaint-Samson: além de viajante, uma escritora…*, traçaremos a trajetória de vida de Adèle Toussaint-Samson focando na relação do que era ser uma mulher viajante no século XIX. Neste item discutiremos um aspecto importante em sua obra: a sua percepção de "verdade". Sua insistência em afirmar constantemente que diz a verdade do que observa, nos guiou por buscar compreender o que seja "verdade" para ela. E para a reconstrução de sua estadia no Brasil, recorremos a outras fontes, além do seu próprio

relato, como periódicos do Rio de Janeiro do século XIX. Neste caso, utilizamos suas menções e a de seu marido, Jules Toussaint (ou, como assumiu no Brasil, Júlio Toussaint). Por fim, discutiremos autores como Emília Viotti da Costa (1966) e Mary del Priore (2016), que se apropriaram e/ou se dedicaram a estudar seus manuscritos. Nesta última parte, conseguiremos localizar usos e apropriações do relato da parisiense de diversas maneiras. Portanto, este capítulo nos auxilia a compreender sua visão de mundo e o posicionamento do seu olhar acerca da escravidão.

No terceiro capítulo, e último, *Pela pena de Toussaint*, analisaremos suas impressões do Rio de Janeiro escravista, especificamente da violência que enxergava no dia a dia. Neste tópico, exploraremos como Adèle Toussaint-Samson observava a escravidão e a sua relação perante ela, confrontando com historiografias consolidadas e recentes acerca do tema e período estudado. Abordaremos, pelo seu olhar, a violência presente nestes escritos e se buscará encontrar possíveis diálogos com os escravizados narrados por ela. Portanto, levamos nosso horizonte a analisar uma mulher viajante, concomitante à mentalidade que carregava, tendo seu olhar e escritos como guias para uma interpretação da escravidão.

A priori, este trabalho teve como objetivo a análise da escravidão em sua totalidade pelos olhos da parisiense Adèle Toussaint-Samson; porém, como se verá, este caminho tornou-se demasiado extenso. Portanto, resignamo-nos em descrever como a viajante detalhou a escravidão e concentremo-nos em analisar, especificamente, a violência deste processo, assim como a viajante observou, narrou e refletiu sobre tais práticas.

Desafios percorreram esta pesquisa... Entre as principais críticas encontradas, destacamos questionamentos como: Por que estudar (novamente) a escravidão? Por que estudar os relatos de Adèle Toussaint-Samson, se eles já foram estudados antes? Afinal, o que trará de novidade em sua análise? Nosso recorte buscará responder tais indagações à luz da importância dos estudos sobre a escravidão na historiografia brasileira e, nesta abordagem, trabalharemos sua interpretação e o seu olhar subjetivo, reflexivo e literário acerca da escravidão. O que há de velho em recuperar um tema estudado, como é o da escravidão, sob uma perspectiva analítica feminina estrangeira? Será que não há nada a se apresentar de novo? Questiono-me…

Das fontes

> Se já lhe foi dado, leitor, estar alguma vez em sua vida em busca de um editor, sua simpatia por mim está decerto conquistada, e posso começar o histórico deste livro.
>
> Adèle Toussaint-Samson

Antes de iniciar as discussões aqui propostas, é preciso considerar o fator editorial do livro *Uma parisiense no Brasil*, de Adèle Toussaint-Samson: precisamos observar as edições impressas de sua obra, sendo a primeira de 1883, pois existem variantes no corpo do texto. Das publicações existentes, citamos cinco delas, temos: a primeira, que corresponde aos trechos publicados pela autora em 1877 no jornal francês *Le Figaro*, em conveniência com a viagem de D. Pedro II à França. A segunda, publicada em 1883, pela editora Ollendorf, em Paris, contendo imagens escolhidas pela própria viajante para ilustrar os fatos por ela narrados. A terceira, publicada no Brasil, traz os relatos que nos chegaram a partir da publicação de trechos de suas anotações no *Jornal do Commercio*, de 1883. Neste mesmo ano, ocorreu a quarta aparição do texto de Adèle, sendo a primeira publicação de seu texto em livro em língua portuguesa, mas em edição restrita. Por fim, em 2003, a editora Capivara publicou seus relatos, trazendo as imagens e anexos que constavam da edição francesa.

Em detalhes da primeira publicação, esta ocorreu em 6 de julho de 1877, no jornal *Le Figaro*, em seu vigésimo terceiro ano de existência como casa publicadora de periódico. Ocupando a página 5 daquele jornal, entre a segunda e a terceira colunas, sob o título *L'Empereur du Brésil*, Adèle Toussaint-Samson publica algumas passagens referentes à corte no Brasil e os brasileiros, do qual o periódico apresenta como: “Extraímos de um livro intitulado: *Souvenirs du Brésil, par une parisienne*, um livro a ser publicado em breve, algumas passagens para nossas leituras que nos acostumamos a essas estreias literárias”. Também informa que Adèle Toussaint-Samson passou quatorze anos no Brasil, trazendo consigo as notas que “ela oferece sob este título para o público parisiense”, e, este trecho, contempla às passagens referentes, apenas, ao que se relaciona com o imperador e sua corte, “pensando que isso é bastante atual, e que nossos leitores ficarão encantados em ter detalhes novos e autênticos sobre o eminente hóspede que a França se orgulha de possuir neste momento”, referente a vista de D. Pedro II (LE FIGARO, 1877, número 157, p. 5. Tradução nossa).

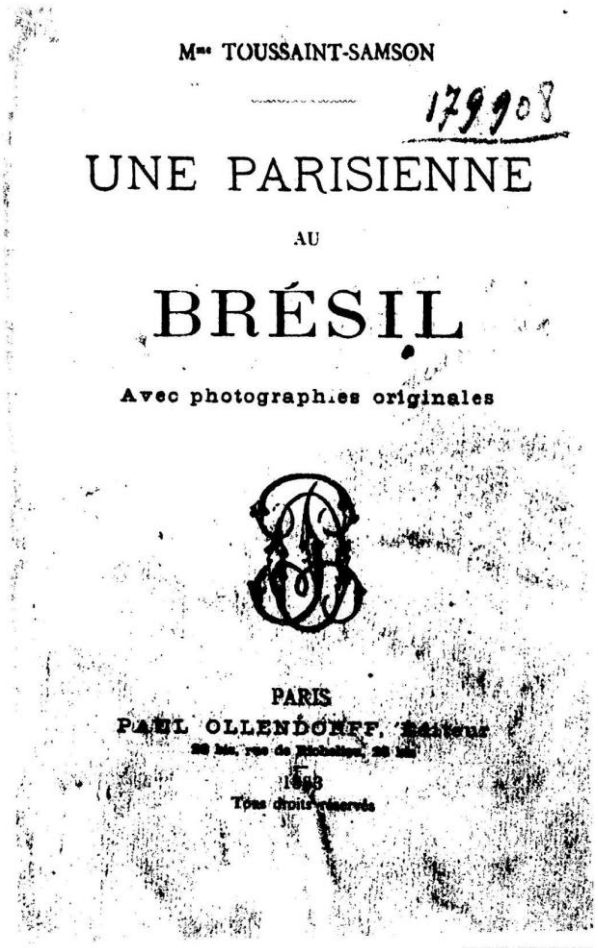


Fonte: LE FIGARO, 1877, n. 157, p. 5.

Imagem 1

Trecho de *Souvenirs du Brésil, par une parisienne*, de Mme. Toussaint-Samson

A primeira edição de seus relatos, integralmente e em formato de livro, ocorre em 1883 pela editora Ollendorf, sob o título *Une parisienne au Brésil: avec photographies originales*. Neste exemplar encontramos os seguintes elementos: Dedicatória à Louis Jacolliot, o prefácio, o relato dividido em quatro partes, notas da autora, apêndice com os poemas, em português e francês, *Canção do exílio* e *O escravo*, sendo que este último ela atribui erroneamente sua autoria à Luiz Fagundes Varella, e, por fim, o sumário. Este volume consta com 233 páginas, e pode ser consulta na página digital da Biblioteca Nacional da França, disponível na plataforma Gallica (gallica.bnf.fr).


Mme TOUSSAINT-SAMSON

179908

UNE PARISIENNE

AU

BRÉSIL

Avec photographies originales

PARIS

PAUL OLLENDORFF, Éditeur

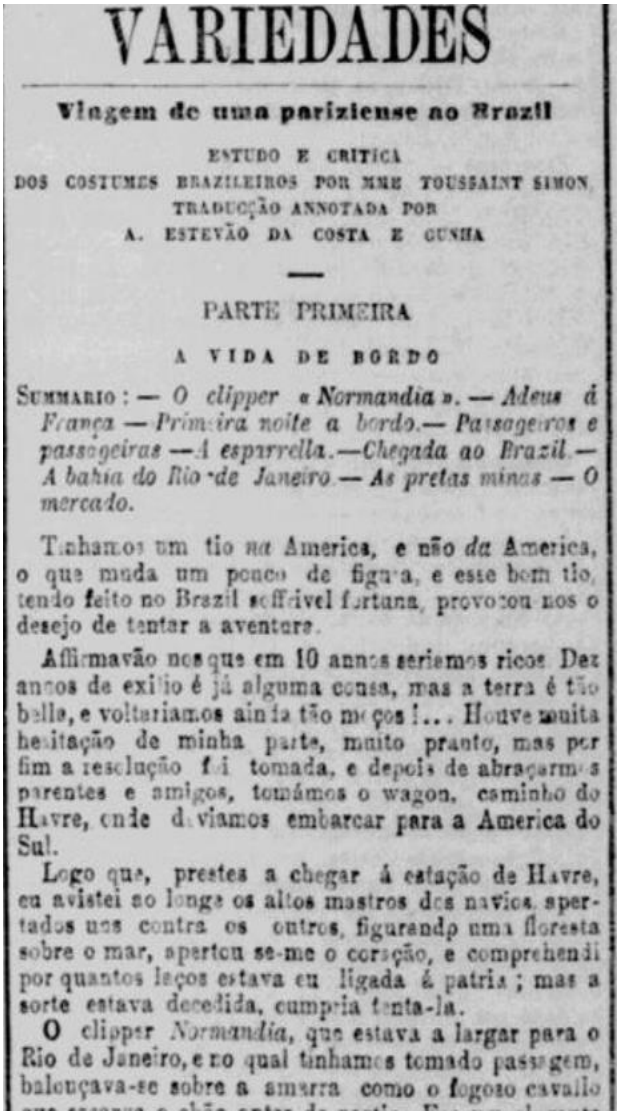
1883

Tous droits réservés

Fonte: TOUSSAINT-SAMSON, 1883.

Imagem 2
Folha de rosto de *Une parisienne au Brésil*, edição de 1883

A primeira versão brasileira, sob o título *Viagem de uma pariziense ao Brazil: estudo e crítica dos costumes brazileiros*, também foi publicada em 1883. De início, apareceu impresso em formato de folhetim no *Jornal do Commercio*, na seção "Variedades", em tradução de Estevão da Costa e Cunha, nas edições 73, 75, 80, 82, 83 e 84, entre os dias 14 e 23 de março. Nestas publicações, constam algumas notas do tradutor, algumas vezes, um tanto ríspidas.



VARIEDADES

Viagem de uma pariziense ao Brazil

ESTUDO E CRITICA
DOS COSTUMES BRAZILEIROS POR MME TOUSSAINT SIMON
TRADUCÇÃO ANNOTADA POR
A. ESTEVÃO DA COSTA E CUNHA

—

PARTE PRIMEIRA

A VIDA DE BORDO

SUMMARIO: — *O clipper « Normandia ». — Adeus á França — Primeira noite a bordo. — Passageiros e passageiras — A espirrella. — Chegada ao Brazil. — A bahia do Rio de Janeiro — As pretas minas — O mercado.*

Tinhamos um tio *na* America, e não *da* America, o que muda um pouco de figura, e este bom tio, tendo feito no Brazil soffrivel fortuna, provocou-nos o desejo de tentar a aventura.

Affirmavão nos que em 10 annos seriamos ricos. Dez annos de exilio é já alguma cousa, mas a terra é tão bella, e voltariamos ainda tão moços!... Houve muita hesitação de minha parte, muito pranto, mas por fim a resolução foi tomada, e depois de abraçarmos parentes e amigos, tomámos o wagon, caminho do Havre, onde deviamos embarcar para a America do Sul.

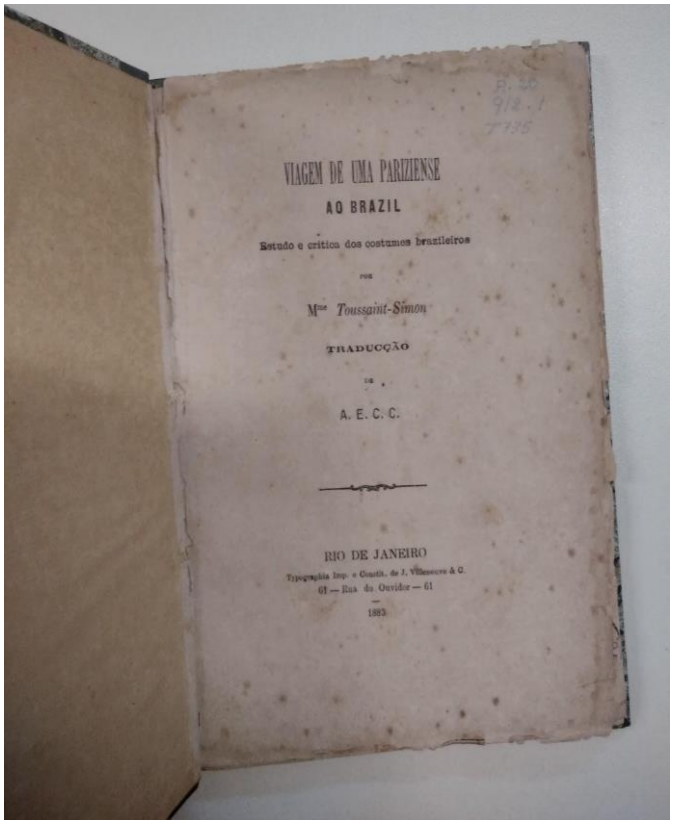
Logo que, prestes a chegar á estação de Havre, eu avistei ao longe os altos mastros dos navios, apertados uns contra os outros, figurando uma floresta sobre o mar, apertou-se-me o coração, e comprehendi por quantos laços estava eu ligada á patria; mas a sorte estava decidida, cumpria tenta-la.

O clipper *Normandia*, que estava a largar para o Rio de Janeiro, e no qual tinhamos tomado passagem, balouçava-se sobre a amarra como o fogoso cavallo

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 73, p. 1.

Imagem 3
Fragmento de *Viagem de uma Pariziense ao Brazil*, Jornal do Commercio, 1883

A primeira edição brasileira em formato de livro ocorreu de maneira restrita, pela sua quantidade de exemplares[7], publicada pela Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C, também sob o título *Viagem de uma Pariziense ao Brazil: estudo e crítica dos costumes brazileiros*, com tradução e notas de A. Estevão da Costa e Cunha[8]. Nesta edição, não constam os anexos, as fotografias, o sumário geral e nem o prólogo da autora[9].


VIAGEM DE UMA PARIZIENSE

AO BRAZIL

Estudo e crítica dos costumes brazileiros

POR

Mme Toussaint-Simon

TRADUCÇÃO

DE

A. E. C. C.

RIO DE JANEIRO

Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve & C.

61 — Rua do Ouvidor — 61

1883

Fonte: TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Viagem de uma Pariziense ao Brazil*: estudo e crítica dos costumes brazileiros. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C, 1883.

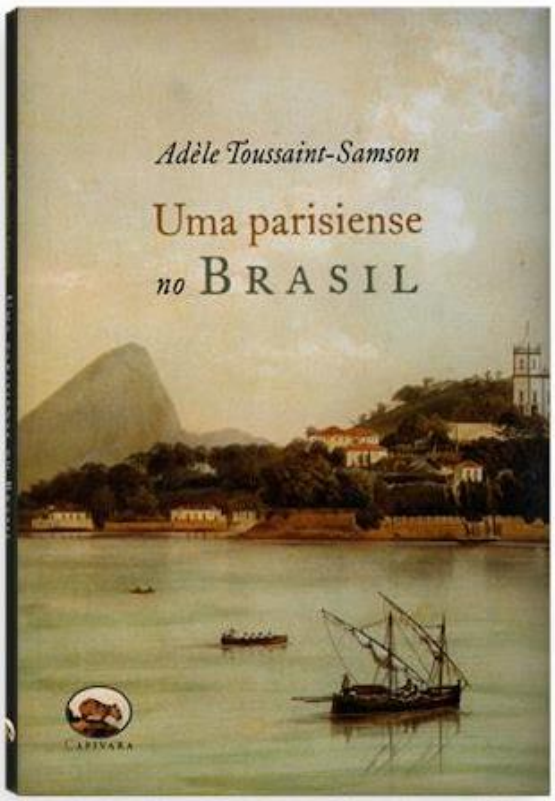
Imagem 4
Folha de rosto de *Viagem de uma Pariziense ao Brazil*, edição de 1883

[7] Desta versão, conseguimos localizar um exemplar disponível para consulta na Biblioteca Noronha Santos, pertencente ao IPHAN. Devido ao seu estado de conservação, foi-nos permitido apenas o acesso àquele material bibliográfico para a fotografia de sua capa.

[8] Segundo Miriam Moreira Leite: "A própria exclusão desse prefácio pelo tradutor brasileiro é muito significativa. O senhor A. E. C. C., autor de livros didáticos para o ensino primário, é muito severo em relação aos enganos de geografia e de redação, como diversos brasileiros que se sentiram agredidos pelas observações superficiais feitas por estrangeiros sobre o que presenciaram no Brasil. A. E. C. C. acrescenta a essa predisposição geral uma arrogância marcante referente à autora. Para ele, os esforços feitos junto a editores franceses e à população brasileira na França não apresentam o interesse e a atualidade que têm para estudiosos das relações de gênero" (LEITE, 2004, p. 251).

[9] Nota-se que o sobrenome da viajante está grafado de maneira incorreta, pois, ao invés de Samson, está escrito "Simon"; assim como na versão no *Jornal do Commercio*.

Já sua mais recente edição é a publicada pela editora Capivara em 2003, traduzida direto do original francês por Maria Lucia Machado, contendo os anexos, as imagens e o prólogo da autora, como na edição original; além de um prefácio escrito por Maria Inês Turazzi. Neste livro, as fotografias do original são inseridas e creditadas as suas autorias. O livro contém 190 páginas e dentre as versões que utilizamos, é a mais completa. Além de abarcar todos os pré-textos do original, a curadoria de Maria Turazzi fornece um breve esboço biográfico de Adèle Toussaint-Samson, indicando fontes onde encontrar os originais, a recepção do livro, etc. Nesta versão, o nome é traduzido seguindo o original, *Uma parisiense no Brasil*.



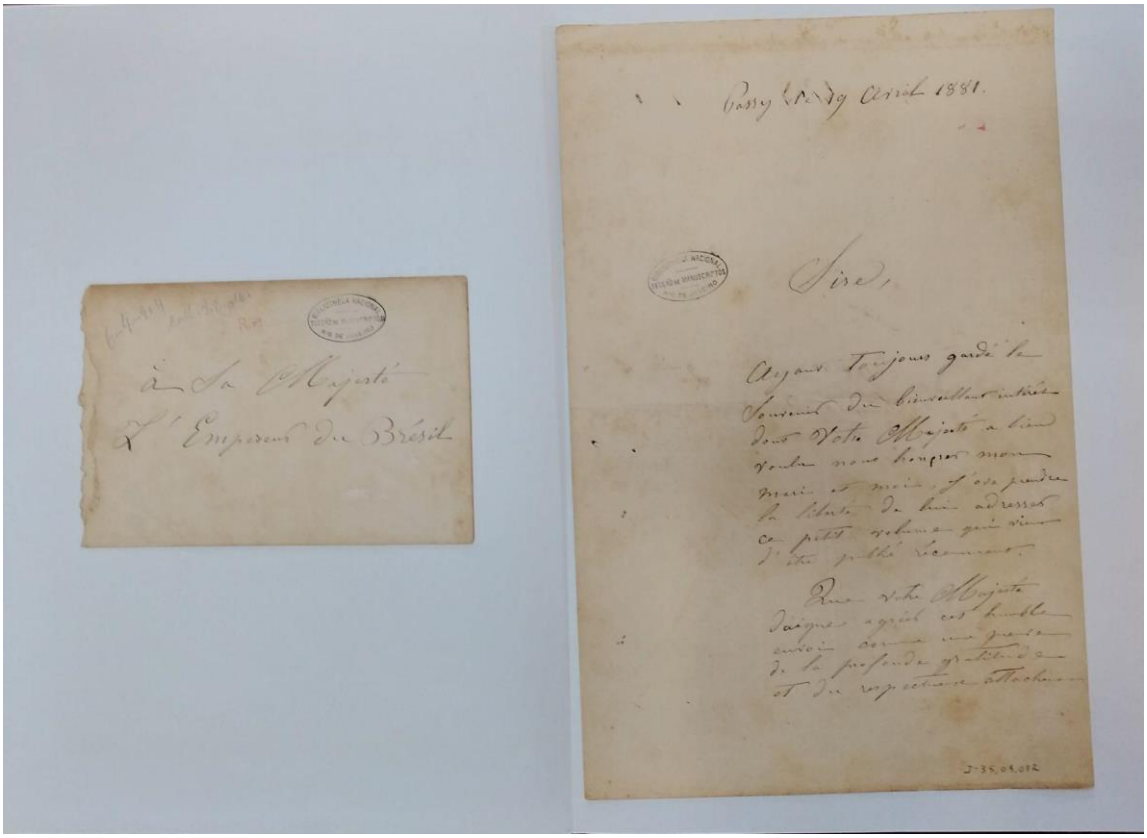
Fonte: TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil.* São Paulo: Capivara, 2003.

Imagem 5
Frontispício de *Uma parisiense no Brasil*, edição de 2003

À parte destas versões, temos, em 1881, uma carta enviada por Adèle Toussaint-Samson ao imperador D. Pedro II, oferecendo um exemplar de seu livro *Les chemins de la vie* (Paris: E. Dentu, 1880)[10]. Na correspondência, Adèle afirma que "tendo sempre guardado a

[10] Segundo Ludmila Maia, Adèle Toussaint-Samson, no auge de sua carreira como escritora, aos 60 anos, publica *Les chemins de la vie*, um "estudo de costumes", em 1880, premiado pela *Acadèmie Française*. "O livro é a reunião de cinco contos, dos quais, dois já haviam sido publicados no periódico *Le Musée des familles, lectures du soir*, no início da década de 1870 e outro foi publicado no jornal *le Rappel*, em 1878" (MAIA, 2016, p. 320).

memória dos benevolentes interesses dos quais Vossa Majestade teve a bondade de honrar a mim e meu marido", atreve-se a tomar a liberdade de enviar-lhe o pequeno volume de seu livro que acabava de ser publicado. Nesta epístola, nota-se a afeição que Adèle e seu marido tinham pelo governante e sua família[11].



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. *Carta de Adèle Toussaint-Samson a D. Pedro II*. 1881.

Imagem 6
Carta ao imperador D. Pedro II

[11] Eis sua transcrição:

Sise

Ayant toujours garde le souvenirs du bienveillant intérês dout votre majesté a bien voulu nous honpier mon mari et moi, j'ose prendre la liberté de lui adresses ce petit volume qui viens d'être publié récemment.

Que votre majesté daigne agréés cet humble envoir comme une preuve de la proferide gratitude et du respectuese attachener quoi je profene pour toute da famille.

J'lui l'hounner d'être, sire de votre majesté, la très respecteuse dévoirée.

Ad. Toussaint

E sua tradução:

Tendo sempre mantido a memória do cuidadoso interesse em que vossa Majestade honrou o meu marido e a mim, atrevo-me a tomar a liberdade de lhe enviar este pequeno volume que foi recentemente publicado.

Que Vossa Majestade se digne aceitar esta humilde carta como prova da profunda gratidão e respeito que tenho por toda a vossa família.

Dou-lhe a honra de ser, senhor de Vossa Majestade, a mais respeitosa devota.

Toussaint (TOUSSAINT-SAMSON, 1881).

Capítulo I

Rio de Janeiro, um lugar propício para viajantes

A que se chama *Pão d'Assucar* é a montanha que forma o pé do Gigante. Ela guarda a entrada da baía do Rio de Janeiro.

Adèle Toussaint-Samson

O início do século XIX trouxe grandes transformações para o Brasil, sendo a vinda da corte portuguesa um fator primordial. A chegada da corte desencadeia o entusiasmo, e logo se fala sobre um "novo império do Brasil" (MAURO, 1974, p. 57). Segundo Lilia M. Schwarcz, esta vinda proporciona um grande impacto, em que vários historiadores têm procurado entender a originalidade da monarquia brasileira vinculando-a a este evento:

> De fato, é no mínimo inusitado pensar numa colônia sediando a capital de um império. (…) Fuga ou golpe político, o fato é que com d. João e sua família, e contando com a ajuda inglesa, transferiram-se para o país a própria corte portuguesa — cujo número estimado de pessoas chegavam a 20 mil, sendo a cidade do Rio possuía apenas 60 mil almas — e várias instituições metropolitanas. Mas não era só: comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos e naturalistas austríacos vinham junto com os baús. Difícil imaginar choque cultural maior (SCHWARCZ, 1998, p. 36).

Com a transferência da corte para o Brasil, fez-se necessário um conjunto de medidas para à satisfação das novas demandas administrativas. Uma das principais medidas tomadas pela corte ao residir no Brasil, é a abertura dos portos. Com essa medida, a entrada de estrangeiros no país aumentou significativamente, possibilitando uma maior produção de relatos sobre o país. Apenas quatro dias após a chegada da corte ao Brasil, a América portuguesa passava de uma das regiões mais fechadas do mundo para um quadro totalmente novo e diferente. Com sua assinatura, acabava o mercantilismo "exclusivo metropolitano" e os produtos brasileiros não passariam mais pelas alfândegas de Portugal.

O impacto ocasionado pela abertura dos portos também refletiu na estrutura da literatura de viagem, que, após a vinda de D. João e as suspensões de leis que proibiam a entrada de estrangeiros no Brasil, mudou expressivamente o padrão que se escrevia sobre o país e sobre seus habitantes nas narrativas de viagem (FRANÇA, 2013, p. 8).

Para o historiador Jean Marcel França,

> as notas sobre o Brasil presentes em narrativas de viagem editadas entre o século XVI e início XIX são, na sua esmagadora maioria, descrições breves, produzidas por visitantes que permaneceram pouco meses — por vezes semanas ou mesmo dias — ancoradas em portos brasileiros. Esses apressados e pouco desejados visitantes, em geral, conheceram vagamente as regiões que visitaram e mantiveram um contato tão íntimo com a população local quanto o permitiam a exiguidade do tempo e a vigilância das autoridades (FRANÇA, 2013, p. 8)[12].

Mas não apenas este evento trouxe transformações ao país. Na metade do século XIX, período em que Adèle Toussaint-Samson embarca com destino ao Rio de Janeiro, foi o período de várias medidas que tentavam mudar a fisionomia do país, guiando-o para o que então se considerava modernidade. Assim como explicita Boris Fausto, se extinguiu o tráfico de escravizados, centralizou a Guarda Nacional, foi aprovado o primeiro Código Comercial e promulgou-se a Lei de Terras. Deste modo, delineava-se, nas áreas mais dinâmicas do país, "mudanças no sentido de uma modernização capitalista; ou seja, nasciam as primeiras tentativas para se criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis" (FAUSTO, 2006, p. 197).

Portanto, neste primeiro capítulo intitulado *Rio de Janeiro, um lugar propício para viajantes*, abordaremos algumas questões que nos fazem refletir acerca do motivo de Adèle Toussaint-Samson vir para o Brasil, de modo a tentar fazer riqueza, igual ao parente que tinham na América. Buscaremos uma interpretação que envolve os motivos que a fizeram buscar alento nos trópicos, de modo a garantir uma boa vida quando retornasse à Paris. Destarte, compreenderemos como o Rio de Janeiro se tornou a capital do Império e o que isso implicou em sua estrutura política, social, e, principalmente, econômica, dado ao fato da possibilidade de "fazer fortuna". Além de trabalhar os aspectos econômicos e políticos da corte no Rio de Janeiro, também nos preocuparemos com as situações cotidianas, entre elas a escravidão.

---

[12] O autor aponta algumas exceções a esse padrão: "Excetuando, talvez, as obras derivadas das duas tentativas francesas de colonização da América austral — a França Antártica e a França Equinocial —, as narrativas de Staden e de Schmidel e, sobretudo, a variada produção escrita resultante da passagem holandesa por Pernambuco" (FRANÇA, 2013, p. 8).

No primeiro item, *O Rio de Janeiro como a capital do Império*, partimos da abertura dos portos como marco inicial, devido a sua importância, mas nos preocuparemos em entender a cidade do Rio de Janeiro como um grande fluxo de concentração de capital e as transformações que ocorreram na cidade durante a metade do século XIX. No segundo item, *A importância do centro comercial carioca*, visamos entender como esses conjuntos de transformações estabeleceu o Rio de Janeiro que Adèle Toussaint-Samson encontrou quando desembarcou e como estes eventos estão ligadas à vinda dos viajantes estrangeiros para o Brasil. Por fim, *A presença francesa no Brasil*, discutiremos os viajantes franceses que vieram ao Brasil por variados motivos, desde estudiosos, comerciantes, artistas, os desafortunados, etc.

1.1. O Rio de Janeiro como a capital do Império

Em 28 de janeiro de 1808 é decretado pelo príncipe regente D. João VI a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Essa decisão, confeccionada logo após seu desembarque no Brasil, ocorrido na cidade de Salvador, trouxe grandes transformações ao país. Segundo Caio Prado Júnior, a transferência da corte veio dar a emancipação política do Brasil, um caráter que a singulariza no conjunto do processo histórico da independência das colônias americanas. Todas elas, a grosso modo, romperam os laços de subordinação que as prendiam às nações do Velho Mundo, porém, enquanto nas demais a separação foi violenta e se resolveu nos campos de batalha, no Brasil, é o próprio governo metropolitano quem, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que fizeram a colônia a sede da monarquia, e, é o governo metropolitano quem vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 42).

Os efeitos diretos e imediatos com a chegada da corte são observados nas abolições das velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana, assim, caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país. O fato de o Brasil sediar a corte portuguesa exigia fortes transformações na estrutura do país. A simples circunstância de exercer seu governo exigia naturalmente um aparelho político e administrativo que não fosse o de uma simples colônia (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 43-44).

A abertura dos portos foi além de um ato de "benevolência", mas uma necessidade inevitável. "Da metrópole, ocupada então pela França, já não saíam mercadorias necessárias para a vida no Brasil, onde quase tudo era importado; também pouco se teria para onde remeter os bens produzidos na colônia" (SCHWARCZ, 2018, p. 174). Estima-se que, ao menos, quinze mil pessoas embarcaram para o Brasil com a coroa portuguesa. Mesmo após 1808, personalidades diversas, como funcionários régios, continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte e atrás de seus empregos e familiares (ALENCASTRO, 1997, p. 12).

A transferência da corte portuguesa constituiu, praticamente, a realização do processo de independência do Brasil e "também é certo que nossa condição de sede provisória da monarquia foi a última e imediata da Independência, substituindo, talvez sem vantagem alguma, o processo final da luta armada que foi o das demais colônias americanas" (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 43).

Nos anos precedentes à independência, o Brasil experimentou grandes mudanças, "abriu-se ao mundo" e "começou a descobrir-se":

> Foi estudado por cientistas estrangeiros, que pela primeira vez tiveram acesso a seu interior. Alterou muitos de seus costumes. Adotou novos valores estéticos, com a difusão do estilo neoclássico, sobretudo em sua versão francesa. E procurou pôr-se em dia com as ideias europeias. Esse processo modernizador encontrou resistências e foi mais do que tímido em muitas áreas. Mesmo nas cidades maiores, velhos hábitos resistiram à pressão das novidades. O mais desapontador de tudo: não se tocou no sistema escravista. E, pelas ruas do Rio de Janeiro, do Recife ou de Salvador, continuaram a passar negros com grilhões ao pescoço e máscaras de flandres. E a ser açoitados no pelourinho. Muito mudara para alguns, e nada ou pouco para a maioria. A base econômica continuou a mesma, ainda que, com o fim da ordem colonial, tivesse cessado a proibição de indústrias. O país assentava-se na agricultura e na pecuária e, embora continuasse a crescer a produção para o mercado interno, o que mais chamava a atenção era a grande propriedade rural movida pelo trabalho escravo e votada à exportação (COSTA E SILVA, 2011, p. 32-33).

A proclamação da independência, em 1822, marca o início de um longo processo: o da transformação da América portuguesa em uma nação, a construção social e política do Brasil, em que antes, ao menos os colonos livres, seus habitantes se identificavam com súditos da Coroa Portuguesa — o que não impedia a percepção por parcela deles de que sua forma de inserção no império era desfavorável (DOLHNIKOFF, 2020, p. 7). Séculos de colonização haviam resultado em regiões distintas e dispersas na América portuguesa,

> Regiões heterogêneas e população heterogênea, separada entre escravos, libertos e livres. Negros, pardos, indígenas e brancos. Pobres e ricos. A elite que assumiu a direção política após a independência empenhou-se na organização de um Estado nacional capaz de gerir essa heterogeneidade. O que significava exercer sua soberania sobre um território definido, organizar um governo representativo e criar uma identidade nacional (DOLHNIKOFF, 2020, p. 8).

Se de um lado, não existia um consenso no interior da elite sobre qual caminho a ser adotado, e as divergências significativas a dividiram, o caminho para sua consolidação e expansão foram resultados de negociações e conflitos entre os diversos setores da elite, que possuíam o monopólio da direção política, por outro lado, era compartilhado o interesse da manutenção da escravidão e a preservação da economia agrária voltada, primordialmente, para a exportação, a manutenção da ordem interna, em uma sociedade profundamente hierarquizada (DOLHNIKOFF, 2020, p. 8-9). A independência foi, portanto, uma ruptura e continuidade:

> ruptura com a metrópole, separação do império português, que resultou em complexo processo de construção do Estado e da Nação. Continuidade de algumas características herdadas do período colonial. Continuidade relativa, pois, no decorrer do século XIX, alguns desses elementos também sofreram transformações (DOLHNIKOFF, 2020, p. 9).

Após a independência, o Rio de Janeiro consolidou sua condição de centro administrativo do país, sede de deputados, senadores e grupos políticos provinciais, bem como centro comercial das províncias do sudeste, sul e centro-oeste. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, é no Rio de Janeiro que se desenrola o "paradoxo fundador" da história nacional brasileira: a transferência da corte portuguesa, sede de um "governo parlamentar razoavelmente bem organizado para os parâmetros da época", o Rio se constituiu como a capital de um império que pretendia representar a continuidade das monarquias e da cultura europeia numa América dominada pelas repúblicas (ALENCASTRO, 2019, p. 10).

Já a segunda metade do século XIX abre-se com um fato que se pode considerar o ponto de partida de toda a evolução posterior: é a abolição do tráfico de escravizados em 1850 (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 80). A escravidão era central à sociedade e à economia dos territórios portugueses na América, na qual, ao longo dos três primeiros séculos, a expansão portuguesa se assentou na estrutura de uma sociedade escravista, que incorporava sucessivamente escravizados e dependentes, africanos ou indígenas, através da guerra e da captura, na África ou no interior do Brasil (MAMIGONIAN, 2009, p. 210).

Desde a chegada da corte ao Brasil, a política externa esteve marcada pela resistência às pressões inglesas para o fim do tráfico de escravos, porém a política interna associou os interesses dos traficantes e dos proprietários de escravos àquelas da nação. Deste modo, desde a "assinatura dos primeiros tratos, mas especialmente depois da independência, ao longo do Primeiro Reinado e com brevíssimo intervalo durante o início da Regência, até 1850 a defesa do tráfico de escravos foi política do Estado brasileiro". Durante esse tempo, a escravidão cresceu e se reforçou, mesmo no espectro da ilegalidade, conquanto, a propriedade ilegal foi protegida e garantida pelo governo imperial até a década de 1880 (MAMIGONIAN, 2009, p. 229-230).

> Para qualquer lado que se olhasse, era quase certo, porém, dar com um ou mais escravos negros. O Brasil era uma sociedade escravista — e não só uma sociedade na qual os escravos desempenhavam os trabalhos essenciais ao funcionamento do sistema econômico, mas uma sociedade em que a vida diária girava em torno deles. (COSTA E SILVA, 2011, p. 43).

Nas ruas do Rio de Janeiro se veem uma quantidade significativa de negros, mulheres, homens e crianças, "dispersos pelas ruas, despertando nos brancos a insegurança e o medo de revoltas. São escravos domésticos, escravos de ganho, lavadeiras, negros livres. Desta maneira, o viajante pode equivocar-se e pensar que está numa cidade africana". Heloísa Pinheiro afirma que o Rio, no início do século XIX, ainda é uma cidade colonial, que vive de mão de obra escravizada, onde sua existência é marcada pela opressão e exploração de homens, pelo trabalho a eles imposto, sejam serviços urbanos, circulação de mercadorias e/ou trabalho doméstico (PINHEIRO, 2011, p. 92).

Esse cenário começou a mudar com a chegada da corte Portuguesa, já que a cidade não tinha estrutura para receber as quinze mil pessoas que acompanhavam a família real. "A nova população que chega à cidade exige uma nova estrutura, já que a existente não a satisfaz por ser pobre, suja, sem encantos ou atrativos" (PINHEIRO, 2011, p. 94), assim casas particulares, luxuosas e confortáveis residências são requisitadas para acomodar a família real.

Dessa maneira, a capital fluminense se amplia, e durante o século XIX,

> Surgem novos bairros e incorporam-se novos vales e planícies à área urbana. Enquanto isso, o Centro mantém suas antigas funções e sua imagem colonial. As primeiras transformações são produzidas depois de 1850, com a intervenção do Estado e a inversão do capital estrangeiro, que obtém concessões do Governo Imperial como provedor de serviços públicos. (PINHEIRO, 2011, p. 105).

Porém, no final do século XIX, contando com mais de 500 mil habitantes na cidade fluminense, o Rio de Janeiro ainda se mantém com uma estrutura colonial, com ruas estreitas, com pouca iluminação, a maioria com lampiões a gás, poucas diligências e bondes puxados por burros. Segundo Heloísa Pinheiro é a partir deste momento, até meados dos anos 1930, que o Rio de Janeiro se transforma numa cidade moderna, passando por reformas urbanas, mudando sua aparência, sua vida e a vida de seus habitantes (PINHEIRO, 2011, p. 95).

Com a chegada da corte portuguesa, as bases estruturais do país passaram por um grande processo de modificações, influenciando a vida na cidade colonial e de seus habitantes. Segundo Luiz Carlos Soares, a presença da corte no Rio de Janeiro não transformou apenas a cidade em capital do Império Português, mas também, estimulou o desenvolvimento de uma série de atividades econômicas urbanas, voltados para o comércio, artesanato, algumas manufaturas, entre demais, assim como a melhoria das condições de vida de seus habitantes, principalmente dos setores mais abastados (SOARES, 2007, p. 25-26).

Distinto na "geografia política do Novo Mundo, o Império representou também um momento único na história brasileira. Efetivamente, no regime monárquico forjou-se no Rio de Janeiro — capital política, econômica e cultural do país — um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX afora e o século XX adentro" (ALENCASTRO, 1997, p. 23). Pensando nesta perspectiva econômica, propomos pensar, a seguir, a importância do centro comercial carioca na segunda metade do século XIX, em que influiu com uma presença expressiva de estrangeiros no país.

1.2. A importância do centro comercial carioca

O primeiro terço do século XIX marcou demasiadamente a história econômica do Brasil, que, segundo Jorge Caldeira, deve-se pela combinação de dois movimentos fundamentais: o primeiro, era universal, com a implantação mundial do capitalismo como modo de produção, e o segundo, era local, com a construção de um Estado nacional em meio a esse processo. Ainda segundo o autor, no Brasil de 1800, as noções de capitalismo e país independente eram cenários de imaginação, assunto para intelectuais, já em 1830, o país nascente estava estabelecido e já tinha uma posição no mundo econômico capitalista. Mesmo com o regime colonial, no Brasil criou-se um importante mercado interno integrado: "Um percurso pelas atividades econômicas na virada do século XIX mostra com clareza essa

integração. Começando pela zona meridional, no Rio Grande do Sul a economia girava em torno da produção de gado e muares, trocados principalmente por escravos, farinha e aguardente" (CALDEIRA, 2011, p. 161).

> A partir da década de 1830 a riqueza do ouro, em declínio desde 1750, foi substituída pela do café. Este era cultivado sobretudo no vale do Paraíba, que liga as regiões de Rio e São Paulo. O Rio de Janeiro tornou-se o destino desse produto de exportação que chegava no lombo de mulas e, a partir de 1855–1860, pela ferrovia. Os produtores de café tinham no Rio os seus representantes, que tratavam em seu nome com os exportadores de café, os importadores de produtos manufaturados e de escravos, e outros comerciantes (MAURO, 1991, p. 19).

O Brasil com a abertura dos portos e o desaparecimento dos entraves que ao seu desenvolvimento opunha o regime de colônia, via pacto colonial, acenava para um período de notável surto econômico, e não podia dispensar o tráfico de escravizados, que ainda era a principal fonte de abastecimento de mão de obra nacional (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 80).

No país, diferente do restante da América, o tráfico de escravizados desempenhava uma função notória no mercado interno, estando "muito além dos limites das trocas entre cativos e a produção exportável. Essa faceta central da economia colonial tinha bases históricas sólidas" (CALDEIRA, 2011, p. 175). Portanto, o tráfico ainda correspondia ao estado das forças produtivas, reconhecida a sua necessidade, e assim, integrava-se perfeitamente na economia brasileira de então (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 80).

Entre a diversidade regional esboçada nas diferentes partes da colônia e a influência estrangeira continuamente manifestada após a abertura dos portos, a capital do império funcionou como uma grande barragem, recanalizando os fluxos externos e acomodando os regionalismos em um quadro mais amplo, "pela primeira vez verdadeiramente nacional" (ALENCASTRO; RENAUX, 2019, p. 22).

No plano externo, o porto fluminense, numa época em que o comércio internacional era realizado por via marítima, apresentava-se como escala quase obrigatória dos navios que navegavam do Atlântico Norte para os portos americanos do pacífico, e vice-versa. Já em um plano inter-regional, o Rio de Janeiro constituía o ponto de encontro e de redistribuição da economia nacional. Assim, "metade do comércio exterior brasileiro passa pelos cais cariocas durante o século XIX" (ALENCASTRO; RENAUX, 2019, p. 23).

O Brasil se constituía como um país simultaneamente multicultural e mestiço, mas mantinha sua estrutura dividida em duas metades inimigas, "atadas pela violência: os homens livres e os escravos. Mesmo quando as relações do dia a dia não se mostravam conflituosas, não se calavam no espírito de uns e de outros a hostilidade e o medo":

> O homem livre era branco; era negro o escravo. Essa dualidade não se desmentia pelo fato de haver negros nascidos livres ou que tinham adquirido a liberdade, e nem mesmo pelo fato de alguns deles serem donos de outros homens. Até prova em contrário, um negro era visto como escravo.
>
> Os mulatos não chegavam a alterar o desenho: se escuros, eram em geral tratados como negros; se claros, como brancos. Ou quase brancos. Traços de união ou de desunião entre uma metade e a outra, o mulato, o cafuzo e o mestiço indefinido funcionariam, porém, sem que disso tivessem consciência, como amortecedores do antagonismo entre elas, ainda que disfarçado ou esconso (COSTA E SILVA, 2011, p. 57).

Segundo Luiz Carlos Soares, a "expansão cafeeira intensificou o tráfico africano, apesar da sua proibição oficial, aumentando a oferta de mão de obra escrava, que não era somente utilizada na lavoura do café. Um número considerável de escravos permaneceu na cidade do Rio de Janeiro e foi empregado nas mais diversas atividades". Porém, além dos escravizados, continuariam a afluir à cidade numerosos imigrantes europeus, sobretudo portugueses, atraídos pelo seu desenvolvimento comercial e pelos empregos que oferecia, que vinham tentar a sorte em algum empreendimento comercial ou industrial, ou simplesmente devido serem trabalhadores assalariados, como ocorreu com a maioria deles (SOARES, 2007, p. 29).

Pensar as transformações econômicas do século XIX, e a interpretação das transformações da escravidão, não se pode dissociar dos eventos o tráfico de escravizados. Com a abolição do tráfico em 1850, o negócio do comércio de escravizados teve que se tornar ainda mais eficiente, e isso se deu com o emprego de navios de maiores capacidades e mais rápidos, priorizando uma melhor organização das operações em terra, no embarque na costa africana e no desembarque no Brasil. Os riscos eram muito altos para os pequenos comerciantes se aventurasse sozinhos, então, "o tráfico ilegal envolvia muitas vezes incorporando capital estrangeiro. O poder da elite comerciante, que absorvia os riscos e perdas sofridas, decorrência da repressão britânica, foi o que garantiu a continuação do tráfico com tanto vigor, depois da proibição" (MAMIGONIAN, 2009, p. 227).

Desta maneira,

> Nunca é demais lembrar que o Brasil recebeu, entre meados do século XVI e meados do XIX, aproximadamente quatro milhões de cativos, 40% de todos os africanos transportados através do Atlântico entre os séculos XV e XIX. O volume do comércio transatlântico de escravos não foi, no entanto, distribuído de forma uniforme. Das pessoas transportadas, 80% o foram nos séculos XVIII e XIX. Para a compreensão da demografia desse fluxo migratório forçado são significativas as flutuações na oferta de cativos pelas diversas regiões das Américas marcada pelos laços comerciais estabelecidos de lados a lado do oceano. (MAMIGONIAN, 2009, p. 213).

Entre as etapas que marcaram o crescimento do Rio de Janeiro, temos, no decurso do século XIX, os escravizados, representando da metade a dois quintos do total de habitantes da corte.

> Considerando que a população do município praticamente dobrou nos anos 1821-49, a corte agregava nessa última data, em números absolutos, a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes. No entanto, ao contrário do que sucedia na Antiguidade, o escravismo moderno, e particularmente o brasileiro, baseava-se na pilhagem de indivíduos de uma só região, de uma única raça. Em outras palavras, no moderno escravismo do continente americano a oposição senhor/escravo desdobra-se numa tensão que impregna toda a sociedade (ALENCASTRO, 1997, p. 24).

Beatriz Gallotti afirma que um dos traços mais marcantes da dinâmica social do Brasil no início do XIX, "a reprodução da hierarquia social através da contínua importação de africanos pelo comércio transatlântico, seria posto em xeque pela campanha britânica de abolição do tráfico". Como observado pela autora, o levantamento de inventários *post-mortem* de comerciantes abastados do Rio de Janeiro, entre a virada do século XVIII e XIX, mostrou uma existência de grandes fortunas ali enraizadas, acumuladas pelo comércio transatlântico e pelo comércio interno. Para a autora, esses dados indicam "notável dinamismo do mercado interno e contradizem a interpretação de que se tratasse de uma economia apenas agroexportadora e dependente das flutuações do mercado internacional, sem qualquer acumulação interna" (GALLOTTI, 2009, p. 212-213). Assim,

> Com efeito, os estudos recentes sobre o comércio transatlântico de escravos demonstram claramente que o abastecimento do mercado brasileiro constituía um sistema separado daquele do Atlântico Norte, ligava diretamente Brasil e África e era dominado por comerciantes portugueses e brasileiros sediados em portos como Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Além disso, sendo o comércio de escravos um dos ramos mais lucrativos do comércio colonial, os comerciantes que o controlavam se confundiam com a elite empresarial da colônia no início do XIX. A proibição do tráfico e sua extinção na década de 1850 forçaram a reformulação das estratégias de reprodução da hierarquia

> social excludente: enquanto no início do XIX as maiores fortunas estavam associadas ao comércio de grosso trato e em particular ao comércio transatlântico, no final do século elas buscariam a proteção dos títulos da dívida pública (MAMIGONIAN, 2009, p. 212-213).

No Rio de Janeiro, é a partir dos anos 1840, com o início de uma série de mudanças econômicas, urbanas e populacionais, que o panorama da cidade começaria a mudar (SOARES, 2007, p. 31). É o período consecutivo a 1850, "um destes em que as fortunas se fazem num abrir e fechar de olhos" (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 83). Na base destas mudanças, encontrava-se o *boom* cafeeiro de meados do século XIX, no Vale do Paraíba, levando o cultivo de café para além da província do Rio de Janeiro para as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Assim, o Rio de Janeiro consolidou sua condição de centro comercial do sudeste cafeeiro e das províncias do sul e do centro-oeste, "tornando-se o polo de sustentação financeira de toda a região cafeeira do Vale do Paraíba, além de centralizar em seu porto a exportação do café para os mercados internacionais (SOARES, 2007, p. 31).

Logo depois da chegada da corte ao Rio de Janeiro, a lavoura cafeeira, que era desenvolvida em pequena escala nas proximidades da cidade desde fins do século XVIII, iniciou sua expansão pela Serra da Tijuca e pelas "freguesias de fora", chegando a Jacarepaguá (SOARES, 2007, p. 25).

> Nas fazendas, muitas plantações de cana-de-açúcar desapareceram, cedendo seu lugar aos cafezais, e a lavoura cafeeira se constituiu na principal atividade do município do Rio de Janeiro (que passou a ser chamado de *Município da Corte*) e das áreas vizinhas durante toda a primeira metade do século XIX. A expansão da lavoura cafeeira e a abertura dos portos ao comércio internacional forçaram o reaparelhamento do Rio de Janeiro como porto de exportação e reforçaram a posição da cidade como o grande centro comercial do Sudeste e das partes meridionais do país (SOARES, 2007, p. 25-26).

O Rio de Janeiro, com um importante centro econômico, possuía uma elite mercantil que consumia produtos vindos de Portugal e de seu império ultramarino, entre os quais, destacam os tecidos e artigos de moda. Com a presença da corte e a abertura dos portos às nações amigas,

> observou-se um maior movimento nas relações comerciais da Nova Lisboa com a Europa, envolvendo a importação de objetos de luxo, gêneros alimentícios e vestimentas, elementos que apontavam para o refinamento dos costumes, demarcando as hierarquias na sociedade que se configurava. Em termos de comércio com o Brasil, indubitavelmente, a maior beneficiada foi a Inglaterra, que havia superado as demais nações que mantinham relação com a nova sede do governo lusitano, devido ao contexto de guerras

> napoleônicas, que vinha desgastando tanto Portugal quanto a França (NICOLAU, 2020, p. 1).

Em relação ao centro comercial carioca, este era formado em torno das Ruas Direita, da Quitanda e do Ouvidor, nas proximidades do centro administrativo formado pelo Palácio do Paço. A Rua do Ouvidor, em especial, tornou-se um centro de negócios de luxo, controlado, principalmente, por comerciantes franceses (SOARES, 2007, p. 28).

A vinda da corte, das embaixadas estrangeiras, o comércio marítimo, a chegada de profissionais europeus e as escalas contínuas de viajantes que cruzaram o Atlântico, instituem na capital fluminense um mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados, num ultramar ainda pouco ocupado por essas "falsas Europas"[13], pelas áreas de povoamento europeu mais tarde implantadas na Argentina, na África do Sul e na Austrália, e, ainda, há uma peculiaridade da economia brasileira que deve ser explicada para se entender o afluxo de importados que transforma a vida social da corte e do império durante o século XIX (ALENCASTRO, 1997, p. 36).

> Com o fim do tráfico, ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação e até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do Império é imediato. Comparando-se o quinquênio de 1845-5 ao de 1850-5 (o ano fiscal corria de julho a junho), constata-se que o valor das importações do Rio de Janeiro cresce uma vez e meia. Vários fatores demonstram que houve um forte acréscimo na entrada de importados — bens de consumo semiduráveis, duráveis, supérfluos, joias etc. — destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas (ALENCASTRO, 1997, p. 37).

Assim, ademais às transações comerciais, a liberdade comercial oportunizou a chegada de homens e mulheres que

> apostavam em sua capacidade de prover a cidade com aquilo que era demandado: tecidos e roupas de algodão, cambraias, sedas e jacquards, rendas, xales, lenços, meias, bonés, botas, sapatos, camisas, luvas, chapéus, caixas de toucador, espelhos, joias, relógios, perfumes, licores, artigos de moda, tecidos, travessas e enfeites de cabelo, facas, martelos, machados, alfinetes, agulhas, mosquetes, lustres, quadros, pianos, livros, taças, canecas, jarros, vinhos e tantos outros produtos oferecidos pelas indústrias e manufaturas europeias (MENEZES, 2004, p. 62).

[13] A expressão "falsas Europas", utilizada por Luiz Felipe de Alencastro, é de Fernand Braudel.

O hemisfério Ocidental, segundo Herbert Klein, era exatamente o oposto da Europa entre o relacionamento terra e trabalho. Na Europa, a terra era cara e a mão de obra, barata. Já na América ocorria justamente o oposto: a terra era farta e estava disponível, mas, a mão de obra era escassa, portanto, cara. A possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes, que conseguiam num período muito curto após sua chegada (KLEIN, 2000, p. 15).

Segundo Lucia Lippi Oliveira, no Brasil dos oitocentos, a política de imigração visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas (OLIVEIRA, 2000, p. 13). Segundo a autora, o imigrante desejado era o colono, artesão e o agricultor que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades. Dessa maneira, a entrada de imigrantes ocorreu focada em dois aspectos: a pequena propriedade agrícola, principalmente nos estados do Sul, e, segundo, devidos as fazendas de café do Oeste paulista, onde eram empregados como mão de obra (OLIVEIRA, 2000, p. 15).

> Até meados do século XIX, enquanto perdura o comércio internacional de escravos, tanto a política agrária brasileira como seu corolário, a política de imigração, permanecem ilusórios. Na verdade, os fazendeiros continuavam a comprometer o país na sua própria política agrária: a introdução maciça de africanos expandia as fazendas e reforçava o escravismo. Esse quadro muda por completo a partir de 1850, quando o contrabando negreiro é definitivamente suprimido. A política imigrantista governamental, privilegiando até então o estabelecimento de colônias de europeus em terras encravadas no Rio de Janeiro, em São Paulo ou nas províncias sulinas, passa a ser pressionada pelos fazendeiros (ALENCASTRO; RENAUX, 2019, p. 222).

Se de um lado havia os fazendeiros e o grande comércio, determinados a consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação, que buscavam atrair trabalhadores de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para substituir, nas fazendas, os escravizados mortos, fugidos e os que deixavam de chegar da África, de outro, tinha a burocracia imperial e a intelectualidade, a preocupação com o mapa social e cultural do país, e tentavam fazer da imigração um instrumento de "civilização", a qual, no momento, refreia-se ao embranquecimento do país (ALENCASTRO; RENAUX, 2019, p. 222).

Os imigrantes "desejados", segundo Lucia Oliveira, seriam os espanhóis/galegos, os italianos e os portugueses, devido à proximidade de língua, de religião, de cultura, e seriam mais "facilmente assimilados, como desejava a cultura nacional". Assim, "sua chegada foi

bem-vinda num momento em que a sociedade brasileira enfrentava ao mesmo tempo a carência de mão de obra e o desafio de se tornar uma sociedade moderna" (OLIVEIRA, 2000, p. 27).

Os imigrantes contribuíram para dois traços ou comportamentos presentes na cultura brasileira: o primeiro tem a ver com a superação da barreira contra o trabalho braçal, decorrente dos tantos anos de escravidão, ou seja, o imigrante que aqui chegou como mão de obra assalariada participou do processo que permitiu convencer as pessoas que deveriam vender sua força de trabalho e manejar o tempo ao ritmo da indústria. Entretanto, ele também reforçou a versão do trabalhador nacional como preguiçoso e incapaz, versão partilhada pela elite nacional, a "capacidade de trabalho do imigrante e seu sucesso reforçaram a crença da suposta preguiça dos brasileiros" (OLIVEIRA, 2000, p. 59). E a segunda contribuição do imigrante foi a de produzir certa superação de barreiras contra a atividade comercial, ou seja, aquele comércio "visto como atividade de sanguessugas" (OLIVEIRA, 2000, p. 60). Aliás, essa versão do trabalhador nacional como "preguiçoso" e os imigrantes também foram observados por Adèle Toussaint-Samson:

> Haviam sido feitos muitos esforços para trazer colonos de todos os países para substituir lentamente os negros; mas os franceses mal resistiam alguns meses; os ingleses, que pretendiam continuar seu regime de gim, logo morriam congestionados; os chineses, raça preguiçosa e deteriorada, não davam nenhum bom resultado. Apenas os alemães haviam chegado a fundar uma pequena colônia, mas ainda assim, era na parte alta e montanhosa do país, cujo clima aproxima-se um pouco da Europa. (…) Quanto à raça brasileira, mistura de sangue europeu, americano e africano, tem toda a indolência crioula, é fraca, abastardar, muito inteligente e não menos orgulhosa. (…) A raça brasileira não poderia suportar rudes labores; além disso, despreza todo trabalho manual. Não há brasileiro que jamais consinta em servir; todos querem ser senhores (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 99-102).

Nesta passagem, a viajante observou as diferentes nacionalidades que vieram para o país tentar trabalhos e aqui se estabelecer, enquanto apontou a dependência/pensamento que a elite brasileira demonstrava em relação a escravidão.

O fluxo de capital circulando no Rio de Janeiro, o Brasil se constituindo como uma nação e demandando das artes, culturas e variadas formas de consumos e o porto fluminense sendo um dos principais do século XIX, formaram fatores que contribuíram para entrada dos estrangeiros. A carência das artes, por exemplo, que trouxeram as missões artísticas ao país, atraíram um comércio para um país que necessitava construir a sua ideia de nação. Com essas perspectivas, Adèle Toussaint-Samson, junto de seu filho e marido, enfrentaram a travessia dos mares e vieram ao Brasil tentar a sorte.

1.3. A presença francesa no Brasil

Distante de interesses expansionistas, a França demonstrou muita curiosidade pelo Brasil, tendo seus encantos voltados para o comércio. Conforme Palazzo, "a indústria têxtil de Ruão era uma importante consumidora de pau-brasil para as suas tintas e os normandos encarregavam-se de abastecê-la, negociando constantemente com os índios no litoral das terras recém-descobertas" (PALAZZO, 1999, p. 66).

E destes interesses, muitos franceses embarcaram rumo às novas terras. Em 1558, por exemplo, viajou para o Brasil como integrante de um grupo enviado pelo líder genebrino, o francês Jean de Léry. Porém, no decorrer do mesmo ano, "as disputas entre católicos e protestante na França Antártica[14] tornaram-se muito violentas, culminando com a impossibilidade de uma convivência pacífica, o que levou Léry e seu companheiros a deixarem a ilha, passando a viver junto aos indígenas, durante dois meses, até a chegada de um navio que os conduziu de volta à Europa" (PALAZZO, 1999, 73). Desta viagem escreveu *História de uma viagem feita à terra do Brasil*[15].

> Várias foram as razões que, desde o século XVI, determinaram a vinda de franceses ao Brasil, mobilizados preliminarmente pelas possibilidades de exploração comercial do Novo Mundo, pelas demandas de pesquisas científicas nos trópicos e mesmo pela busca da aventura e do exótico propalados pelo imaginário da época (MARTINS, 2009, p. 27-28).

[14] Com o intuito de fundar uma colônia, em novembro de 1555 chegaram à Baía da Guanabara, três navios franceses sob o comando de Nicolas Durant de Villegagnon, nobre cavaleiro da Ordem de Malta. O projeto de fundação da França Antártica tinha o apoio de Henrique II, rei da França, tendo, como os principais objetivos, a exploração do pau-brasil, garantir à França uma parcela do mercado de especiarias monopolizado pelos portugueses e um lugar onde os protestantes franceses pudessem exercer livremente sua religião (BICALHO, 2008, p. 32).

[15] Jean de Léry (1534-1613) foi um pastor, missionário e escritor. Membro da igreja reformada de Genebra durante a fase inicial da Reforma Calvinista. Convocado para integrar uma expedição organizada pelo senhor Gaspar Coligny e por Calvino, com destino ao Brasil, tinham por objetivo auxiliar Villegagnon na fundação da França Antártica. Por desentendimento em relação a religião, Jean de Léry a se refugiar entre os índios até o seu oportuno retorno (PAIVA, 2008, n.p).

O livro foi publicado, originalmente, em Genebra, no ano de 1578, com o título: *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite de l'Amerique*. Devido a sua convivência com os indígenas durante seu refúgio, esta obra se constitui em uma riquíssima contribuição aos estudos acerca dos índios tupinambás. Sua visão de mundo possui um fundamento teológico determinante de sua constituição: a teologia reformada, sobretudo proveniente do reformador João Calvino. Segundo Medeiros, "a dimensão do valor humano do outro é essencialmente importante para a educação como construção de valor humanista, neste caso compromissada com a Bíblia como Palavra de Deus inspirada e normativa das práticas protestantes. Consequentemente, consideramos as representações imagéticas de Jean de Léry e seu olhar do outro como um estudo de caso ilustrativo do valor humano e suas implicações" (MEDEIROS, 2021, p. 1-2).

Parte significativa dos movimentos de emigração ocorreu pela motivação de particular espírito de aventura, mobilizado pela atração e encantamento suscitados pelo exotismo dos trópicos e pelo vasto território, que possibilitava um recomeço de uma nova vida (MARTINS, 2009, p. 28).

A relação entre os portugueses e franceses advém desde os tempos coloniais. Segundo Maria Fernanda Bicalho, de finais do século XVII e durante todo o século seguinte, inúmeras embarcações europeias chegavam na capitania do Rio de Janeiro, sob a justificativa de avarias, falta de víveres e doenças na tripulação e, embora a legislação portuguesa proibisse o comércio com estrangeiros, os tratados de paz entre as monarquias europeias estabelecia que não se podia negar hospitalidade às embarcações amigas que precisassem de consertos ou tratar doentes. Assim, muitos navios estrangeiros adentraram no porto do Rio de Janeiro durante o período colonial. A historiadora afirma que embora os tripulantes fossem ali acolhidos para se recuperar de adversidades, ficando proibidos de realizar o comércio, os estrangeiros, sob pretextos de consertar o navio ou tratar a tripulação, em cumplicidade — ou mesmo por iniciativa dos moradores — o contrabando era ali realizado (BICALHO, 2018, n.p)

Segundo Juliette Dumont, com a paz europeia de 1815, os números de franceses a chegar ao Brasil foram abundantes, atraídos pela presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro (DUMONT, 2009, p. 107). Essas primeiras ondas do movimento emigratório francês datam do final das guerras napoleônicas, quando "este lado do Atlântico foi recebido como território para novas possibilidades de trabalho. Rio de Janeiro, Salvador e Recife receberam engenheiros, artesões, artistas e comerciantes, que imprimiram marcas na cultura e no cotidiano daquelas capitais" (MARTINS, 2009, p. 29).

> Foi, portanto, após a Restauração dos Bourbons, em 1814, que, efetivamente, os franceses se inseriram na dinâmica comercial com o Brasil. Diversas mercadorias advindas dos portos de Havre e de Bordeaux passaram a adentrar os principais polos comerciais da Corte, em especial o Rio de Janeiro, capital do reino. Para além de sua importância política e econômica, a cidade, que possuía dimensões cosmopolitas, conforme assinalou Camila Borges (2010, p. 56), recebia influências diversas, inclusive em relação à vestimenta, com destaque para a moda inglesa e a francesa, demandadas por aqueles que possuíam maiores recursos (NICOLAU, 2020, n.p).

Piedade Grinberg afirma que poucas vezes o Brasil pareceu tão atraente a geógrafos, naturalistas, artistas e viajantes de todo tipos, como naqueles anos que se seguiram à chegada da corte, e a consequente abertura dos portos. A entrada de cientistas e artistas europeus, manifestaram num volume sem precedentes de produção de narrativas e de imagens sobre o

cotidiano da cidade tropical, da qual o novo panorama comercial não estará ausente (GRINBERG, 2009, p. 351).

Como resultado de um "redescobrimento" do Brasil,

> os viajantes têm acesso à riqueza da natureza sul-americana, mas uma nova personagem surge no horizonte dos viajantes franceses: temos a emergência de um narrador escritor que incorpora cada vez mais o subjetivo e o poético na descrição dos mundos exóticos. Esse viajante literato introduz o complicador da literatura e do ficcional, ou se quisermos chamar de outra forma, da interioridade como instrumento de produção de conhecimento do mundo, mesmo quando se trata de cientistas ou burocratas, que passam a incorporar elementos ficcionais para aumentar o interesse dos fatos científicos que pretendem expor e explicar. Dessa forma, como verifica Carolina Depetris, 'a função poética do discurso não desaloja, mas sim se impõe, à função referencial'. Assim, o Brasil se torna um tropo literário, científico e também político, na medida em que o Império do Brasil é um laboratório onde se experimenta uma monarquia escravocrata nos Trópicos americanos em meio às revoluções republicanas que circundam o país, conectado a um sistema atlântico por meio do tráfico de escravos africanos (LISBOA; TORRÃO FILHO, 2022, n.p).

Outro fator que corresponde aos volumes de relatos franceses sobre o Brasil se dá pela *Missão Artística Francesa*, no começo do século XIX. Lilia Schwarcz descreve que, em 1816, chegava um grupo de franceses dispostos a começar as artes do zero, fazendo pouco da produção artística já existente na colônia, trazendo um modelo acadêmico e neoclássico, em que dera grandiosidade, passado e memória ao governo "plebeu" de Napoleão Bonaparte (SCHWARCZ, 2011, p. 235).

Já Heloísa Pinheiro afirma que a *Missão Artística Francesa* era uma evidente intenção de transformar o Rio de Janeiro numa cidade europeia, e, dez anos mais tarde, cria-se a Academia Imperial de Belas Artes, tendo essa influência da cultura francesa, que perdurará até os anos de 1930 (PINHEIRO, 2011, p. 94).

A historiografia sobre a Missão Artística Francesa deixa muitas dúvidas a respeito das circunstâncias da vinda destes franceses para o país (LIMA, 2003, p. 88). Piedade Grinberg explicita que existem duas versões quanto a vinda da Missão. Na primeira, os integrantes teriam vindo a convite, sob responsabilidade do marquês de Marialva, embaixador de Portugal em Paris na corte de Luís XVIII, e por sugestão e consentimento do conde da Barca, ministro de Assuntos Estrangeiros de D. João, para que se fundasse no Rio de Janeiro um instituto simultaneamente, técnico e artístico. Assim, organiza-se uma equipe de artistas franceses visando instalar o ensino de artes e ofícios no Brasil. Já a segunda, afirma que os artistas que integravam a Missão, sendo eles bonapartistas, estariam envolvidos em problemas políticos

decorrentes à queda de Napoleão e procuraram o Brasil como abrigo, vindos por conta própria, devidos aos acontecimentos políticos (GRINBERG, 2009, p. 354).

Lilia Schwarcz corrobora que a Missão foi um conjunto de coincidências de interesses, que fez com que a bibliografia colocasse na iniciativa palaciana o desejo autêntico do projeto, como se fosse uma estratégia premeditada do Estado. De um lado imagina-se uma série de artistas formados na Academia de Arte Francesa, vinculados às lides do Estado napoleônico, inesperadamente desempregados; de outro havia uma corte europeia estacionada nos trópicos desde 1808, distante da metrópole e carente de uma representação oficial (SCHWARCZ, 2013, p. 55). Porém, ao analisar uma série de cartas deixadas pelo artista Nicolas Taunay, pedindo para que fosse "progenitor das princesas", mostram como "a missão foi antes um acordo entre as partes, e de que maneira o sentido "grupo" e mesmo de "missão" foi sendo lentamente construído[16]. Melhor pensar, portanto, em uma "colônia francesa", como foi naquele contexto denominado tal grupo que aportou no Brasil em inícios do XIX" (SCHWARCZ, 2013, p. 56).

À parte destas versões[17], a *Missão Artística Francesa*,

> sacramentou uma ideologia à base de duplo rompimento – com o passado luso–colonial e com os aspectos próprios da terra e da sociedade que aqui se formara. Criou também uma referência estética e cultural através desse modelo, estabelecendo um novo tipo de olhar, que perdura até nossos dias (GRINBERG, 2009, p. 354).

Também, introduziu um novo estatuto para a arte no Brasil, inaugurando as belas-artes, trazendo impressa uma visão cronológica retilínea da cultura, não sendo encarada como um processo de rupturas, mas como acúmulo de conhecimentos baseados num cânone, reduzindo a esfera da produção artística a código único, assimilado como verdadeiro (GRINBERG, 2009, p. 354-355)[18].

---

[16] Nicolas-Antoine Taunay fez parte da terceira geração da Família Taunay, servindo a corte francesa. O pintor cresceu no ambiente artístico e de da corte. Taunay permaneceu seis anos na cidade do Rio de Janeiro, entre 1816 e 1821, produzindo diversas paisagens e retratos (DANTAS, 2022, p. 2).

[17] Autores como Lilia Schwarcz, em *O Sol do Brasil* (2008); Lucas de Araujo Nunes, com a dissertação *Mário Pedrosa e a Missão Artística Francesa de 1816* (2015); e Elaine Dias, *Correspondências entre Joachim Le Breton e a Corte Portuguesa na Europa* (2006), se dedicaram a estudar afinco sobre a Missão Artística Francesa.

[18] Segundo Grinberg, "com essa grande gama de profissionais, poder-se-ia pensar que nessa época não existia no Brasil qualquer atividade artística; isso é, entretanto, um erro: viviam aqui alguns notáveis artistas, como, por exemplo, Manoel da Costa Ataíde em Minas Gerais, outros em São Paulo e no Rio de Janeiro" (GRINBERG, 2009, p. 355).

Entretanto, não apenas artistas e cientistas vieram para o Brasil. Para Ana Luiza Martins, a presença francesa urbana

> Na sua maioria, 'eram pessoas comuns que improvisavam seus papéis para a sobrevivência diária' e acabaram respondendo por profissões ainda pouco exercitadas em São Paulo, passando a desempenhá-las com profissionalismo e sofisticação. Eram padeiros, modistas, cozinheiras, cabeleireiros e ouvires. A maioria não vinha em família, no máximo com parentesco extensivo a dois irmãos, mas permanecia no país. Para além disso, intensificavam as relações comerciais e consulares entre Brasil e França, atuando no mercado que vinha conhecendo forte concorrência de ingleses e alemães (MARTINS, 2009, p. 30).

Essa vinda, em particular da segunda metade do século XIX, sobreveio por movimentos voluntários, independentes de acertos bilaterais entre França e Brasil e "resultavam de vagas sazonais, decorrentes de pressões individuais, econômicas e/ou políticas, que carrearam significativo contingente para as capitais que apresentavam perspectivas econômicas, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro" (MARTINS, 2009, p. 31).

Para Lená Menezes, "ao longo do século XIX e início do XX, com motivações distintas, franceses e francesas de várias procedências e profissões deslocaram-se da França com destino ao Brasil, em especial para a cidade do Rio de Janeiro" (MENEZES, 2009, p. 231).

Segundo Mialhe,

> A emigração francesa distingue-se do movimento emigratório dos demais países por seu caráter individualista: os fatores econômicos, nesse caso, têm pouca importância, com exceção de crises violentas em determinadas regiões da França. Já as crises políticas provocaram um aumento considerável das partidas, principalmente entre 1848 e 1850 e em 1871 (MIALHE, 2009, p. 46).

Adèle Toussaint-Samson comenta sobre essa diversificação da presença francesa no Rio de Janeiro:

> Graças, sem dúvida, à exclusão dos franceses do salão de seu ministro, nossos compatriotas eram bem pouco considerados no Rio de Janeiro naquela época. É preciso dizer que a colônia francesa compunha-se em grande parte de operários, de cabeleireiros e de modistas, saídos pobres de seu país para ir tentar fortuna na América, e que toda essa gente não brilhava muito pelas maneiras e pela educação (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 150).

Mas, segundo a viajante, também havia no Rio de Janeiro um pequeno grupo de pessoas compostas por artistas, jornalistas e comerciantes, das quais ela qualificada como "pessoas bem-educadas", que dariam ao povo carioca uma melhor ideia da nação francesa, do que "a que lhes vinha, na rua do Ouvidor, dos alfaiates ou dos floristas" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 150)[19].

Essa afirmação corresponde a um pensamento da época. Segundo Lessa e Suppo, o Governo Imperial multiplicou esforços e ações para atrair mão de obra qualificada, para que, assim, contribuísse para o "processo civilizador" do Brasil (LESSA; SUPPO, 2009, p. 70). Segundo dados dos autores, entre 1820 e 1920, o Brasil recebeu 3.648.382, sendo que apenas 30.500 eram franceses (LESSA; SUPPO, 2009, p. 77)[20]. Porém, embora "tenha sido pouco analisado o número de indivíduos de origem francesa que viviam na capital brasileira, sabe-se que essa "presença" foi bastante significativa no cotidiano da urbe, devido à expansão da indústria de bens culturais e no comércio de artigos de luxo, que influenciava o *habitus* das elites locais à época" (NICOLAU, 2018, p. 91).

Lená Menezes afirma, em seu estudo acerca da imigração francesa e prostituição no Brasil na metade do século XIX, que

> Os anos compreendidos entre 1850 e 1890 foram, efetivamente, um divisor de águas no Brasil, com o sonho do progresso alterando radicalmente as formas tradicionais do viver. A demanda oferecida pela cidade do Rio de Janeiro, um dos principais portos do mundo e pólo de atração de correntes migratórias caracterizadas pela expressiva participação de homens solitários, não cessaria de expandir-se nas décadas que seguiam, tornando-a referência obrigatória nos circuitos estabelecidos, tanto os internacionais quanto aqueles que, iniciados na capital brasileira, irradiavam-se para outros pontos do território (MENEZES, 2009, p. 233).

---

[19] Segundo Petraglia, a rua do Ouvidor aparece nas crônicas de *A Semana*, de Machado de Assis, como o centro nervoso da cidade. "Sem rigor científico, sem a sistematização de conhecimentos próprios a uma disciplina, apenas com seu agudo senso de observação, Machado de Assis conduz-se como uma espécie de antropólogo urbano. Se a ria é domínio dos homens, excetue-se a do Ouvidor: 'a rua fez-se para o homem, não para a mulher, salvo a Rua do Ouvidor' (16 de abril de 1893) A exceção diz respeito às lojas de modas, joalherias e chapelarias" (PETRAGLIA, 2017, p. 128).

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) também escreveu sobre a Rua do Ouvidor, tendo-a como cenário, em *Memórias da Rua do Ouvidor*. O autor descreve a rua como "a mais passeada e concorrida, e mais leviana; indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro, fala, ocupa-se de tudo; até hoje, porém, ainda não referiu a quem quer que fosse a sua própria história" (MACEDO, 2005, p. 7).

[20] Sobre estes dados, segundo os autores: "Há controvérsia com relação a esses números, pois, segundo o *Journal Oficial*, de 13/08/1876, p. 6350, residiam na província do Rio de Janeiro pelo menos trinta mil franceses (…), Por outro lado, tais números tampouco constam do banco de dados do IBGE, no qual a página consagrada à história da imigração no Brasil não apresenta índices referentes à imigração francesa que, muito provavelmente encontra-se incluída na categoria 'outros' das tabelas disponíveis a partir de 1820" (LESSA; SUPPO, 2009, p. 77).

Segundo a historiadora, ainda que não possamos definir a França como um país de emigração, “a turbulência do século XIX francês produziu centenas de emigrados, tanto aqueles que fugiam de perseguições políticas, quanto aqueles que eram premidos pelos problemas econômicos e pelo desemprego, principalmente nos momentos de crise” (MENEZES, 2004, p. 72).

Diante deste panorama, Lená Menezes ainda lembra que muitas destas pessoas escolheram a capital brasileira como destino, principalmente, pela corte aqui estabelecida, formando um espaço de oportunidades, capaz de absorver os requintes da indústria francesa, “reproduzindo-se, em plena era pós-revolucionária, o processo que tradicionalmente marcara a vida de corte na Europa, pelo menos desde quando Colbert, ministro de Luís XVI, optou por privilegiar as manufaturas de luxo como prática mercantilista privilegiada” (MENEZES, 2004, p. 72).

A falta de mão de obra qualificada com os produtos que agradavam à elite brasileira atraiu grande diversidade de profissionais franceses para o Brasil, em especial, ao Rio de Janeiro.

> A vida da corte trouxe consigo necessidades decididamente novas, vinculadas a maneiras mais sofisticadas de vestir-se e comportar-se em sociedade, criando demandas até então inexistentes na cidade transformada em capital do velho império transcontinental. Se em 1807 apenas 90 navios estrangeiros haviam dado entrada no porto do Rio de Janeiro, três anos depois eles totalizariam 422, demonstrando a avidez com que as elites fixadas em terras brasileiras buscavam, no exterior, o atendimento às suas exigências de consumo (MENEZES, 2004, p. 62).

Com essa expressiva presença francesa no Brasil do século XIX, devido a variados motivos, como observamos, temos múltiplos olhares acerca do Brasil, em especial, o Rio de Janeiro. Os profissionais que vieram trabalhar como modistas, cabeleireiros, nos teatros, etc., tiveram contato mais profundo com as estruturas do Brasil, observando de perto, a escravidão, as relações de gêneros, as relações interpessoais e comercias, ou seja, viabilizou um maior tempo e espaço para que as narrativas tomassem forma mais críticas, do que apenas descritivas sobre o *exotismo* do Brasil.

1.3.1. O pensamento francês no Brasil do século XIX: O caso de Charles Expilly

Segundo Palazzo, uma análise dos relatos dos viajantes franceses, de textos escritos entre os séculos XVI e XVIII, permitiu observar que o avanço da ciência e da razão iluminista não trouxeram uma abertura que permitisse o entendimento da diferença, mas, ao contrário, muitos dos estereótipos incorporados como característica da identidade brasileira apoiavam-se em julgamentos europeus do século XVIII (PALAZZO, 1999, p. 62).

Diversas formas artísticas e estudos, como coletâneas de viagens, dramas, romances, livros, histórias em geral, cartas, pinturas etc., ao longo dos séculos XVII e XVIII, nenhum gênero artístico ou cultural passou totalmente imune à América (FRANÇA, 2012, p. 40).

> A produção de tamanha massa de informações, apesar dos limites de circulação entre o público iletrado e mesmo entre o público pouco letrado, indica por si só razoável absorção da ideia de América pelo europeu, melhor — para ser mais coerente com a perspectiva que venho advogando desde o início —, indica uma razoável definição para o pensamento europeu dos contornos e características do Novo Mundo que estavam construindo (FRANÇA, 2012, p. 40).

Com a vinda de D. João VI para o Brasil e a consequente suspensão das leis que proibiam a presença de estrangeiras no território brasileiro, mudaram substancialmente o padrão que se escrevia sobre o país e sobre seus habitantes nas narrativas de viagem. Para o historiador,

> as notas sobre o Brasil presentes em narrativas de viagem editadas entre o século XVI e início XIX são, na sua esmagadora maioria, descrições breves, produzidas por visitantes que permaneceram pouco meses — por vezes semanas ou mesmo dias — ancoradas em portos brasileiros. Esses apressados e pouco desejados visitantes, em geral, conheceram vagamente as regiões que visitaram e mantiveram um contato tão íntimo com a população local quanto o permitiam a exiguidade do tempo e a vigilância das autoridades (FRANÇA, 2013, p. 8).[21]

A partir de D. João, esse padrão que vigorou por mais de dois séculos, deixará de existir, pois os estrangeiros podiam desembarcar livremente e prolongar suas estadias no Brasil e, com

[21] "Excetuando, talvez, as obras derivadas das duas tentativas francesas de colonização da América austral — a França Antártica e a França Equinocial —, as narrativas de Staden e de Schmidel e, sobretudo, a variada produção escrita resultante da passagem holandesa por Pernambuco" (FRANÇA, 2013, p. 8).

algumas autorizações e contatos, circular pelo seu território (FRANÇA, 2013, p. 9). Porém, essa mudança não foi repentina,

> A bem da verdade, uma leitura atenta das narrativas com menções ao país escritas e publicadas entre 1808 e 1821 indica que o período foi antes de transição do que ruptura. Ao lado de obras inteiramente dedicadas ao Brasil, infinitamente mais detalhadas e produzidas a partir de demoradas estadas em alguma cidade do país e de longas viagens pelo seu interior, convivem narrativas menores, dedicadas somente a uma, duas cidades brasileiras, narrativas que resultaram de passagens apressadas pelos portos locais e que guardam quase as mesmas características das narrativas de viagem dos tempos coloniais (FRANÇA, 2013, p. 9).

Indagar o pensamento francês em contraponto com o pensamento brasileiro abre uma margem para se pensar como esses imaginários são construídos. Um destes pontos é apresentado por Maria Isaura Queiroz que, ao observar um pequeno relato do viajante Robert Walsh, ao se aproximar de algumas negras de quem comprou alguns doces, descreve ficar "impressionado com a modéstia e a propriedade de suas maneiras". Para a autora, esta simples descrição leva a uma segunda leitura:

> a admiração do viajante significava que modéstia e propriedade de maneiras não era, para ele, algo que se pudesse esperar de uma negra… Resta saber se já teria trazido consigo o preconceito de seu país, ou se absorvera o preconceito encontrado no ambiente carioca e brasileiro (QUEIROZ, 1988, p. 64).

O pensamento francês no Brasil refletiu por aspectos culturais, dentre os quais destacou-se o enriquecimento da literatura brasileira pelo contato com a literatura francesa. Ainda, devemos, também, destacar o papel que a política na França representava no século XIX, ou seja, os ideais igualitários e iluministas, derivados da Revolução de 1789, onde, no Brasil, sua repercussão foi tão importante quanto o modelo da independência americana (FIGUEIREDO, GLENADEL, 2009, n.p).

Assim,

> Basta evocar alguns nomes e temas para se detectar a presença da cultura francesa na constituição da cultura brasileira: viajantes franceses como Saint-Hilaire, o positivismo de Auguste Comte no núcleo republicano, Ferdinand Denis e o romantismo. Denis teve uma atuação decisiva para a formação da literatura brasileira. Maria Helena Rouanet lembra que em Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie (1824) ele ainda escreve para um público francês, mas em Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil (1826) ele passa a escrever

> para o público brasileiro. Ao separar a literatura brasileira da portuguesa, concedendo a ambas o mesmo estatuto pelo uso da palavra 'suivi' (ROUANET, 1991, p.183), Denis se torna numa espécie de guru dos jovens escritores românticos brasileiros, dando legitimidade ao que eles buscavam (FIGUEIREDO; GLENADEL, 2009, n.p).

Adèle Toussaint-Samson observa que, para conhecer, *de fato*, o Brasil e seus costumes, é preciso passar longo período no país e adentrar no convívio social: "De resto, as aparências são tão bem guardadas que é preciso viver anos no país para chegar a conhecer a fundo daqueles interiores, de costumes tão patriarcais à primeira vista, onde com frequência três gerações vivem juntas, sob o mesmo teto, na mais perfeita união" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 154).

O primeiro contato de Adèle Toussaint-Samson *presencial*, se assim podemos dizer, com os escravizados negros se dá pelo seguinte trecho:

> Essas faluas, uma espécie de grandes barcas com uma latíssima vela latina, são tripuladas geralmente por cinco negros robustos; o patrão mantém-se no leme, enquanto os quatro outros remam lentamente, em cadência, erguendo-se de seu banco a cada remada e voltando a sentar-se para levantar-se de novo. Essa foi uma das minhas primeiras surpresas, aqueles negros nus até a cintura, de cara achatada e bestial, sulcada por largas cicatrizes (quando são negros *Minas*), o suor escorrendo pelo corpo, impassíveis como estátuas, olhando-o sem curiosidade e sem espanto, e não parecendo preocupar-se nem com você nem com nada no mundo além de comer e dormir, aquelas faces impressionam (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 72).

Podemos supor, aqui, que ao se deparar com a possibilidade de viajar para o Brasil, Adèle Toussaint-Samson se preocupou em saber sobre o país que seria visitado. Não podemos afirmar ao certo quando ocorreu a realização de tais leituras, se foi antes, durante ou depois de sua estadia no Brasil, mas para a composição de seu livro, essas referências estavam presentes.

O primeiro ponto que fundamenta tal afirmação, se dá pela dedicatória para Louis Jacolliot (1837-1890), autor de numerosos livros de viagens:

> Ao senhor Louis Jacolliot
>
> Enquanto está a sonhar à beira-mar ou em sua encantadora habitação indiana, esquecido de Paris e dos parisienses, eu, meu caro amigo, penso com frequência no infatigável viajante, no apaixonado admirador da Índia, cujos relatos tiveram tanto sucesso e deleitaram-me por noites inteiras; e é para dar-lhe uma prova de minha profunda simpatia que lhe peço aceitar a dedicatória deste pequeno volume, que muitas vezes insistiu comigo para que terminasse. Possa ele, ao lê-lo, não se arrepender demais de seu imprudente conselho!
> Ad. Toussaint-Samson (TOUSSAINT–SAMSON, 2003, p. 42).

Nossa suposição ganha fôlego ao citar, no decorrer do livro, Charles Expilly[22]:

> Em uma obra sobre o Brasil, do Sr. Expilly, li estas palavras: 'Aquele que respirou o perfume acre e penetrante da catinga, achará insípido, daí em diante, o odor exalado pela pele das mulheres brancas'. Meu Deus, sim! É absolutamente como os que adoram o perfume do alho e o preferem ao das trufas ou então, ainda como os que põem o álcool na frente dos vinhos finos (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 84).

Segundo Turazzi, ao citar o viajante, Adèle Toussaint-Samson se dispõe a polemizar, não só com os brasileiros, mas também com outros viajantes (franceses, homens…). Charles Expilly, neste caso, foi quem dedicou uma obra inteiramente à figura da mulher, e para Turazzi, se não fosse o título *Uma parisiense no Brasil*, a figura feminina é a personagem central no relato de Adèle Toussaint-Samson, sendo repleto de observações sobre o universo feminino, com "a subjetividade e a perspicácia de um olhar congênere" (TURAZZI, 2003, p. 33-34).

Charles Expilly foi um viajante e escritor polêmico em sua época. No Brasil, a recepção de seus livros causou grande polêmica entre os intelectuais brasileiros, "determinados a não se submeter a nenhuma forma de dependência em relação à cultura francesa, em um momento da história brasileira em que sua elite intelectual se empenhava na construção de uma identidade nacional." (COSTA, 2016, p. 1429).

Andréa Borges Leão afirma que "Charles Expilly produziu verdadeiras deformações no espelho pátrio, construindo uma imagem bastante diversa da que os brasileiros tinham deles mesmos" (LEÃO, 2012, p. 6). Algo muito parecido com que Adèle Toussaint-Samson viria experienciar ao publicar um trecho de seu livro, evidente no seguinte excerto de seu prólogo:

> Toda a colônia brasileira residente em Paris alvoroça-se e declara que de modo nenhum acha meu estilo agradável! Eu disse que a raça brasileira era abastardada: é monstruoso! Parece, ao contrário, que ela pode rivalizar, como força e como grandeza, com os mais bustos povos do Norte. Afirmei que o brasileiro era indolente; nada de mais falso: garantem-me que é cheio de energia. Anunciei que era orgulhoso: eleva-se um clamor geral contra essa afirmação, e todos os jornais do Rio de Janeiro põem-me no índex (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 49-50).

[22] Charles Expilly (1814-1886) foi um viajante francês. Chegou ao Rio de Janeiro em 1852, com o desejo de fazer fortuna. Seu primeiro emprego no Brasil, foi em uma fábrica de fósforos de um primo já estabelecido no país (LEÃO, 2021, p. 3).

Desta maneira, temos como objetivo lembrar que seus relatos, embora dito pela autora que foram escritos com *uma pena imparcial, mas amiga*, carregam consigo seus estigmas e mentalidades da França do século XIX e as experiências que vivenciou no Brasil, assim como, as inspirações das produções literárias que consumiu ao decorrer dos anos.

Sua *pena*, portanto, é guiada por diversas influências externas e internas, ou seja, de autores e pessoas que Adèle Toussaint-Samson teve contato, assim como, por seus sentimentos e razões próprias. Seus pensamentos em constante mudanças, sejam para entender o ambiente e estrutura do país visitado, como para narrar os acontecimentos — a exemplo, diálogos com escravizados negros —, exercem grande influência em sua escrita.

***

Assim como o relato de Adèle Toussaint-Samson, outras narrativas também foram construídas a partir de interesses privados, não sendo financiados, em muitos casos, com recursos estatais. Scoville afirma que muitos relatos foram obras, mais ou menos, providenciadas pelo acaso, como o polêmico viajante francês, Jean-Charles Expilly, que em 1852, veio para o Brasil tentar fazer fortuna, caso muito similar ao de Adèle Toussaint-Samson, do qual exerce grande influência na viajante francesa (SCOVILLE, 2006, p. 116).

Preso na França devido a sua participação na manifestação em 13 de junho de 1849, Charles Expilly exila-se em Bruxelas e, em seguida, no Brasil. Segundo Andrea Leão, o viajante viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1852 a 1862, sendo um dos raros viajantes que apresenta uma imagem disforme do Brasil e dos brasileiros,

> sobretudo pela abertura de um debate envolvendo posições de distanciamento e compromisso acalorados sobre questões políticas, como a guerra do Paraguai e a ordem escravocrata imperial, que ele conceituava como uma ‘civilização escravocrata’. Preocupava ao viajante a situação social das mulheres pobres brasileiras, escravas e mestiças, na experiência relacional com a senhora branca e o homem patriarca (LEÃO, 2012, p. 2).

Segundo Scoville, as obras de Expilly atraíram a antipatia de inúmeros estudiosos contemporâneos e mesmo posteriores. Seu livro *O Brasil tal qual é*, recebeu diversas críticas que apontavam a má vontade e a maledicência do viajante, como uma consequência de seu ressentimento pelo insucesso financeiro de sua aventura no Brasil. Um dos comentários que este livro recebeu, foi o de Gilberto Freyre, em *Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos*, expõe:

> Quem já leu o livro de Charles Expilly sabe quanto há nas suas 382 páginas de injusto, de malicioso, de caricaturesco contra o Brasil — todos esses abusos disfarçados sob o aspecto do que hoje alguns chamariam de objetividade. O autor é o que pretende ser: '*ni pamphlétaire ni thuilféraire'*. Na realidade, é mais do que panfletário.
>
> Num livro assim em seu modo de ser mais que panfletário é significativo encontrar-se, da parte do furioso autor, um irreprimível respeito pela personalidade de Pedro II: '*honnête homme autant qu'homme instruit avant tout*…' Monarca a quem o panfletário não conseguiu negar uma 'philantropie éclaireé' (FREYRE, 1970. *Apud.* SOCOVILLE, 2006, p. 117-118).

Gilberto Freyre utiliza expressões como "antibrasileiro", para caracterizar o livro de Expilly, e afirma, ainda, que ao questionar a "flagelação de escravos" e "que tais cenas, revoltantes e sádicas, se sucediam 'comme pour insulter plus cyniquement aux majestés du ciel et de la terre', a dignidade da monarquia brasileira é duramente atingida. Segundo Expilly, tolerava-se que no próprio Largo do Paço se flagelassem escravos do modo mais cruel" (FREYRE, 1970, p. 12).

Em seu livro *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*, Miriam Moreira Leite aponta que algumas características da literatura de viagem contribuem para uma primeira etapa promissora na construção de uma história da condição feminina, sendo "o caráter unitário e global de cada um dos livros, o fato de os autores dos documentos serem estrangeiros, de passagem pelo Brasil e sua condição de fontes primárias, que provocaram a produção de outros textos, em reação à sua publicação" (LEITE, 1984, p. 8). Porém, como comenta a autora, observa-se apenas um caso, onde o objetivo dos livros de viagem não era observar e refletir sobre a condição feminina. O relato de viagem do qual a autora referencia, é de Charles Expilly, *Mulheres e Costumes do Brasil*.

Tal livro, pode ser tido como um conjunto de crônicas de costumes, em que suas preferências recaem sobre o pitoresco como estratégia para satisfazer a curiosidade dos leitores europeus (SCOVILLE, 2006, p. 120). Sobre as críticas recebidas sobre seu livro *O Brasil tal qual é,* Expilly esclarece suas intenções como cronista de costumes da seguinte maneira:

> Realmente, não se trata de árida e insípida monografia o que intentei escrever. Esse gênero de trabalho tem seu mérito. Demanda tempo e investigação. A coordenação das matérias exige espírito judicioso e prático.
>
> Se fosse só esse meu objetivo, nada haveria de mais simples. Como tantos outros, eu teria compilado, compilado, compilado (EXPILLY, 2000, p. 16. *Apud.* SCOVILLE, 2006, p. 120).

Em nota, o tradutor Gastão Penalva, que também foi o responsável pelo prefácio e pelas notas explicativas do livro *Mulheres e costumes do Brasil*, definiu a obra de Charles Expilly como "um libelo tremendo contra a escravidão, cujos martírios o autor denuncia" (EXPILLY, 1935, p. 5-6. *Apud.* QUEIROZ,1988, p. 66). E, se Saint-Hilaire foi elogiado por Lacombe como "um dos mais honesto e completos cientistas que percorreram nosso território", Charles Expilly angariou antipatias pelos brasileiros,

> No meio de tão notável teoria de sábios insinuam-se alguns aventureiros que não honram as altas qualidades morais e intelectuais da nação francesa. Mas valem suas obras, se não como vera efígie do país que visitaram, ao menos como um depoimento pitoresco de observadores espertos, porém, maliciosos, da terra que os acolheu (LACOMBE, 2000, p. 9. *Apud.* SCOVILLE, 2006, p. 119).

Mas, mesmo em meio a grandes polêmicas, seus escritos conquistaram notoriedade em seu país natal. *Le Brésil, tel qu'il est* (1862), se tornou um grande sucesso na França, tendo sua terceira edição publicada em menos de dois anos. Apenas um ano depois da primeira edição deste livro, o autor lançaria *Les femmes et les moeurs du Brésil* (COSTA, 2016, p. 1429)[23]. Segundo Andréa Borges Leão, estes livros publicados por Expilly, entre outros ensaios que constavam nos catálogos das editoras francesas e brasileiras na época, foi uma grande fonte de consulta para Adèle Toussaint-Samson (LEÃO, 2012, p. 6).

Temos, portanto, uma grande influência francesa no Brasil nos oitocentos, sendo essas visões reproduzidas através das artes, das profissões, das pesquisas, etc. Observando — e influenciando — os bairros fluminenses, os teatros, e as formas de *ser* e *estar* no Rio de Janeiro. Essas visões acerca do Brasil contribuíram para podermos compreender o que é o *pensamento francês no Brasil do século XIX*, assim, compreenderemos as influências e estrutura narrativa de Adèle Toussaint-Samson, quanto a sua estadia no Brasil.

Adèle Toussaint-Samson fornece ricas informações acerca da capital fluminense, adentrando nas casas das famílias brasileiras, tendo seus olhos e escritas atentos em narrar, *imparcialmente*[24], as práticas escravistas, as relações de gênero, a estrutura do país, os usos e costumes da época, etc., mas, ao que parece, não se tornou "suficiente". Apenas recentemente que seus manuscritos ganharam certa notoriedade.

---

[23] No Brasil, os títulos publicados foram: *O Brasil tal qual* é (Jundiaí: Paco, 2016) e *Mulheres e costumes do Brasil* (São Paulo: Nacional, 1935).

[24] Observaremos, no capítulo a seguir, como essa questão da "verdade" e "imparcialidade" em Adèle é tão presente e importante para a viajante.

O paralelo que traçamos aqui, foi de dispor de dois viajantes franceses, que passaram o mesmo período e quantidade de tempo no Rio de Janeiro, mas, enquanto Charles Expilly, mesmo angariando antipatias, conseguiu notório reconhecimento, questionamos: Por que a Adele não teve o mesmo reconhecimento, sendo ela, uma escritora?

Se Charles Expilly conseguiu publicar suas impressões sobre o Brasil logo após sua estadia no país, em 1862, tendo a terceira edição de seu primeiro livro publicada apenas dois anos depois, seus relatos foram analisados, interpretados, criticados e sendo apropriados em diferentes estudos historiográficos, as obras de Adèle Toussaint-Samson teve um percurso diferente.

O que devemos observar acerca destes estudos é o desinteresse na publicação dos relatos realizados por mulheres. Antes, temos, apenas, poucas referências e apropriações de seu relato, oriundas, em maioria, de mulheres pesquisadores, como Emília Viotti da Costa e Miriam Moreira Leite[25]. Devemos levantar a hipótese que essa problemática se deve à falta de acesso a tais relatos, livros, ou, o próprio desinteresse na tradução e ampla divulgação destes materiais. Desta maneira, o próximo capítulo centra-se em discutir o que é ser *uma mulher* viajante e a importância dos relatos de Adèle para nossa historiografia.

[25] Em um breve levantamento, destacamos: Emília Viotti da Costa, em 1996, que utiliza trechos de Adèle Toussaint-Samson para reconstruir algumas situações comuns no Rio de Janeiro do século XIX, e Miriam Moreira Leite, em 1997, com *Livros de viagem*, que incorpora a relevância dos relatos de Adèle Toussaint-Samson. A partir de 2003, com a nova edição, temos uma resenha de Miriam Moreira Leite (2003) e novos estudos que tratam a viajante como principal fonte. Discutiremos tais trabalhos no capítulo a seguir. Salientamos que, devido os limites cronológicos de nossa pesquisa, não foi possível uma revisão bibliográfica profunda acerca do assunto, portanto, demonstramos com base em nossa pesquisa bibliográfica, constante nas referências.

Capítulo II

Adèle Toussaint-Samson: além de viajante, uma escritora...

De resto, não escrevo aqui mais que coisas verdadeiras.
São minhas lembranças, que evoco uma a uma.

Adèle Toussaint-Samson

Sendo o Rio de Janeiro um espaço propício para viajantes que aqui desembarcavam retratar o inusitado de um Novo Mundo oitocentista, alicerçado na presença da corte portuguesa nos trópicos, inúmeros visitantes procuraram reconstituir, em textos, o exótico aqui visualizado. Dentre esses viajantes, temos Adèle Toussaint-Samson, que embarcou em 21 de maio de 1849 no porto de Havre, França, e atravessou o oceano Atlântico desembarcando com seu esposo e um filho de colo na cidade do Rio de Janeiro em 1849 (MAIA, 2016, p. 110). Entre nós, ela é autora da obra *Uma parisiense no Brasil* (1883).

Na cidade do Rio de Janeiro, ela ocupava seu tempo, além de realizar afazeres domésticos, como escritora. É importante salientar que ela se via como uma *femmes des lettres*. Antes de se casar, já escrevia e publicava poemas e artigos em periódicos. Alguns de seus poemas são: *Conseils a une jeune fille*, poema de 1841 e publicado em *Poésies*, impresso em 1843; e *Provision de Bois*, de 1842, autobiográfico, e parece ser uma homenagem a sua avó materna (MAIA, 2016, p. 29).

A primeira parte deste capítulo, intitulada *Ser uma viajante no século XIX*, visamos traçar a participação feminina na literatura de viagem. Versaremos trabalhos que tratam do tema, destacando as mulheres que enfrentaram as mazelas da vida a borda para encarar o novo mundo. Entre estas autoras, destacamos Adèle Toussaint-Samson, viajante que não só dedicou tempo à escrita, como teimou em torná-las públicas. Assim, nos questionamos: o que é ser uma mulher viajante no século XIX?

Se a escravidão e questões de gêneros sempre chamam a atenção dos leitores de *Uma parisiense no Brasil*, a sua eloquência não passa despercebida. Constantemente evocando as suas *lembranças*, suas *memórias*, suas *imparcialidades* e a incessante afirmação da *verdade*, Adèle Toussaint-Samson revela-se teimosa, despretensiosa e persuasiva. Um dos aconselhamentos que recebemos, ou talvez uma pequena crítica, é justamente não cair nas verdades de Adèle Toussaint-Samson. Ao evocarmos sua *verdade*, não estamos crendo fielmente em Adèle Toussaint-Samson, mas enfatizando a sua necessidade de escrever a verdade. Portanto, na segunda parte deste capítulo, denominada *A "verdade" em Adèle Toussaint-Samson*, concentramo-nos em entender quem é nossa fonte, quem ela quer ser e sua loquacidade. Entender isso nos ajuda a compreender sua visão de mundo e o posicionamento de seu olhar acerca da escravidão. Assim, evitamos cair em suas armadilhas da *verdade verdadeira*, que diz escrever. Neste tópico, nossa questão guiadora foi tentar responder um questionamento sempre presente em nossa pesquisa: O que é a "verdade" em Adèle Toussaint-Samson?

Na terceira parte, *Vida e obra de Adèle Toussaint-Samson pelos periódicos fluminenses*, traçaremos, brevemente, a vida da viajante durante sua estadia no Rio de Janeiro. Aqui, nosso contato com a fonte se intensifica. Utilizamos outras fontes, além do relato de Adèle Toussaint-Samson, buscando delinear sua trajetória de vida em sua estadia no Brasil através dos periódicos do Rio de Janeiro. Neste caso, utilizamos suas menções e de seu marido, Jules Toussaint (ou como assumiu no Brasil, Júlio Toussaint). Ademais, Ludmila de Souza Maia (2016) já realiza um exímio trabalho com fontes, reconstituindo a trajetória de vida e obra de Mme. Toussaint.

Por fim, em *Importância e permanência do relato de Adèle para a historiografia brasileira*, discutiremos os autores que se dedicaram a estudar os relatos, ou a vida, de Adèle Toussaint-Samson, assim como as menções à viajante e sua estadia no Brasil. Nesta parte, conseguimos localizar os usos e apropriações do relato da parisiense de diversas maneiras, desde estudos de gêneros à citações que ilustram, comprovam ou interrogam os ditames da época. Com estas considerações, pretendemos responder questões como: por que explorar os relatos de Adèle Toussaint-Samson se já encontramos trabalhos acerca da viajante? O que trouxe de novo ao então conhecido universo da escravidão fluminense da segunda metade do século XIX? Embora consigamos identificar importantes pesquisas que se apropriaram da personagem Adèle Toussaint-Samson como protagonista, ainda são escassos trabalhos mais aprofundados que versem em assuntos como a violência da escravidão, as práticas escravistas,

os escravizados apresentados pela autora, ou seja, o cotidiano escravista do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX apresentado pelo olhar da parisiense.

2.1. Ser uma viajante no século XIX

Se a literatura de viagem nos proporciona muitos elementos de reflexão sobre o papel do imaginário (MELLO, 2019, p. 255-269), a participação feminina nesta produção é escassa: de 1800 a 1850, Miriam Moreira Leite afirma que de 80 livros selecionados em sua pesquisa, apenas 5 foram de autoria feminina. O primeiro desses escritos é de Rose de Freycinet, de 1817, que embarcou rumo ao Brasil clandestinamente disfarçada de homem. O espaço para estas mulheres letradas, em viagens longas e perigosas, foi conquistado lentamente (LEITE, 1997, p. 16).

Além de tratar os relatos como importante fonte para os estudos históricos, também podemos pensar no crescente número de trabalhos que visam trazer visibilidade aos relatos conduzidos por mulheres viajantes, incorporando-se às análises de estudos de gêneros. Segundo Stella Franco, essa nova abordagem também representa um conjunto a uma diversificação sobre as origens nacionais dos viajantes, uma intenção a buscar novidades no campo das viagens e dos relatos, de maneira a inovar e distanciar da perspectiva convencional de trabalhar relatos de viajantes homens e europeus (FRANCO, 2011, p. 72).

No quadro, a seguir, em um levantamento realizado pela historiadora Miriam Moreira Leite, observamos a relação de nomes de algumas mulheres viajantes que estiveram no Brasil ao longo do século XIX:

TABELA 1
Mulheres viajantes que estiveram no Brasil no século XIX

Ano de estadia	Viajante
1817/1820	Rose de Saulces Freycinet
1821	Maria Graham
1835	Langlet Dufresnov
1843/1844	Barone E. de LAngsforff
1846	Ida Pfeiffer
1851	Adèle Toussaint-Samson
1857	Virginie Leontine B.
1858	Isabel Arundel Burton

Ano de estadia	Viajante
1817/1820	Rose de Saulces Freycinet
1821	Maria Graham
1835	Langlet Dufresnov
1843/1844	Barone E. de LAngsforff
1846	Ida Pfeiffer
1851	Adèle Toussaint-Samson
1857	Virginie Leontine B.
1860	Marie Barbe va Langendonck
1865	Elisabeth Cary Agassiz
1870	Carmen Oliver de Gelabert
1872/1873	Marianne Moore
1876	Annie Brassey
1881	Ina von Binzer
1886/1888	Marguerite Dickens
1888	Teresa da Baviera
1889	Marie Robinson Wright

Fonte: Adaptado de: LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas: UNICAMP, v. 15, p. 129-143, 2000.

Moreira Leite observou que os relatos escritos por viajantes mulheres, em relação aos escritos de homens, foram poucos. Este ponto configura-se como uma característica compreensível da época, devido ao fato de as mulheres viajantes romperem

> alguns dos padrões mais incorporados e difundidos no século XIX — de condições de vida diferente entre homens e mulheres. Não apenas a viagem é uma ampliação desmedida do espaço socialmente atribuído às mulheres, como aquelas que escreveram e ainda publicam rompem outros dois padrões aceitos para a vida feminina — que sejam caladas e sofridas e estabeleçam os elos entre as diferentes gerações da família de que fazem parte. Nos casos em que viajaram com os maridos, ainda assim transgrediram essas normas, revelando-se publicamente através dos escritos e delegando aos membros da família que ficaram no país de origem o culto da família e de seus mortos (LEITE, 1989, p. 140).

Além da misoginia dos marinheiros, na primeira metade do século XIX, as viagens transatlânticas nos navios possuíam condições precárias e difíceis, essas mulheres eram suscetíveis a ataques de piratas, tempestades, além dos frequentes naufrágios (LEITE, 1989, p. 144). Muitas vezes, essas viajantes recusavam o papel prescrito a elas, assumindo riscos de

vida nas longas viagens marítimas (LEITE, 2000. p. 134), como narrado por Adèle Toussaint-Samson no decorrer de seu livro. Eis um trecho:

> Era uma hora manhã; tudo dormia a bordo, com exceção dos oficiais de serviço, quando de súbito fomos despertados por um estrondo pavoroso; tínhamos a impressão de que o navio se partia, e a água encheu nossas cabines. Escutei gritar por todo lado: 'Estamos afundando, capitão! Socorro!' Tomei meu filho nos braços e permaneci com ele no catre mais alto, esperando ansiosamente o que ia ocorrer.
>
> Durante uma meia hora, foi um ruído infernal na ponte; bombeava-se a água, tomavam-se rizes, punham-se velas para tapar a câmara, cuja parte superior fora arrancada; subia-se; descia-se; sucediam-se as ordens, e o navio, sacudido pela tempestade, lançava nossos pobres corpos contra as paredes das cabines, ora à direita, ora a esquerda, sem nos dar um momento de trégua. Enfim, o rumor pareceu acalmar-se um pouco na ponte, e o capitão entrou em minha cabine: 'Ora essa! Será que alguém morreu aqui?' Perguntei-lhe o que acontecera. Respondeu-me que estávamos à entrada da Mancha, que uma tempestade horrível aproximara-se subitamente e que uma enorme vaga, tendo apanhado o navio por baixo, recaíra sobre a ponte, carregando com ela a parte superior da câmara, varrendo gaiolas de galinhas, bancos etc., tudo que estava no tombadilho, enfim, e mesmo quebrando um mastro. 'Felizmente, há pouca água no porão, acrescentou ele, mas não precisamos de uma segunda vaga parecida como esta' (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 177-178).

Existiam entre essas mulheres viajantes, que se dispuseram a escrever, uma consciência nítida de sua condição de exceção entre os que escrevem: o de terem menos acesso à educação, limitações dos lugares de acesso, restrições ao ato de escrever e/ou de publicações, etc., encontrando dificuldades quanto a sua escrita (LEITE. 1989, p. 145). Diferente dos escritos produzidos por viajantes homens, as produções destas mulheres viajantes foram redigidas sob a forma de correspondência aos familiares ou parentes próximos[26]. A maioria delas não tinham a pretensão de serem publicados e muitos foram impressos por descendentes após a morte da autora. Esses relatos, quando publicados, "nunca chegaram a ter o volume dos viajantes, com

[26] Entre as narrativas epistolar, destacamos duas viajantes: Ina von Binzen, que chegou ao Brasil em meados de 1881, solteira, de 22 anos, que veio iniciar sua vida profissional por aqui e publicou trinta e sete cartas escritas de 1881 a 1883, do Rio de Janeiro, da fazenda São Francisco, de São Paulo e da fazenda São Sebastião de Santos à amiga e colega Grete, sob o título de *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã* (LEITE, 2000, p. 141); e a cubana Gertrudis Goméz de Avellaneda, que deixou seu país quando tinha pouco mais de 20 anos, acompanhando a família, rumo à Espanha, país de seu padrasto. Seu relato é uma mistura de cartas endereçadas à prima e de uma memória dos dois primeiros anos de viagem. O caso de Avellaneda, é um dos que sua obra fora publicada postumamente. De acordo com Stella Franco, sabe-se que Aurelia Castillo de González "era casada com um militar espanhol que tinha inclinações políticas discrepantes a do governo espanhol na ilha, o que resultou na necessidade de viagens de exílio em certas ocasiões". Seu relato é composto por cartas, publicadas na imprensa cubana, e posteriormente reunidas em livro, sob título *Un paseo por América. Cartas de Méjico y de Chicago* (1895). Pelo meio de publicação ser um veículo da imprensa, a autora escreve como uma periodista, escrevendo com objetividade (FRANCO, 2017, n.p).

cinco e até mais volumes, principalmente nos casos das viagens de circunavegação" (LEITE, 2000, p. 133).

Para Miriam Leite há certa semelhança entre os escritos produzidos por mulheres viajantes, a principal por ela destacada, é devido a

> capacidade de observação, que ultrapassa as diferentes circunstâncias singulares e as diferentes situações pessoais e políticas que enfrentaram, através do século XIX. Sejam elas modistas, que vinham 'fazer a América', turistas, jornalistas, professoras, acompanhantes ou cientistas, provenientes dos países europeus ou dos Estados Unidos, todas têm grande cuidado e atenção às condições da vida do dia a dia, quando comparam situações vividas, no local de origem, com aquelas que procuram descrever e interpretar (LEITE, 2000, p. 132-133).

Porém, essa expectativa de que essas viajantes autoras apresentassem uma perspectiva diferente das quais vinham sendo escritas por homens, e alguma identificação com as mulheres do país visitado nem sempre se comprovou (LEITE, 1997, p. 16). "É difícil, sob esse ponto de vista, distingui-las dos autores homens. O que fazer é acrescentar, nem sempre de maneira explícita, às observações acerca da mulher brasileira, informações e reflexões sobre a condição feminina da viajante" (LEITE, 1997, p. 16).

Em seu estudo, Stella Franco aponta algumas características observadas por outras historiadoras em relação às diferenças entre os relatos escritos por homens e mulheres. Cita Sara Mills, que examinou textos de viajantes britânicas no auge do imperialismo, e concluiu que existem algumas diferenças nos relatos escritos por mulheres e os articulados pelos homens:

> As mulheres não aderiram à voz imperialista da mesma maneira que os homens. Adotaram uma escrita mais experimental e menos imperativa e descreveram indivíduos, e não estamentos e raças. Sem negar a dominação imperial, apreciaram de forma menos autoritária o 'outro' marginalizado. Esses atributos decorrem da condição especial da produção desses textos, confeccionados por mulheres presas entre as demandas do discurso feminino — que as colocavam como passivas e preocupadas com os relacionamentos — e os imperativos do discurso do colonizador — que demarcava uma ação intrépida (*Apud*. FRANCO, 2017, p. 4).

Outra autora citada por Franco é Bénédict Monicat com seu estudo sobre viajantes europeias no século XIX. Monicat concorda com a ideia da especificidade:

> Segundo a autora, adotam uma retórica distinta: se os homens eram assertivos, as mulheres, ao atingirem a esfera pública, precisavam se justificar,

> conservando uma aparência de inferioridade ligada ao feminino — operação que mobilizavam para alcançarem um reconhecimento do próprio valor, ao mesmo tempo que "reconheciam" o valor do mais forte. Converge com Mills ao afirmar que as viajantes reproduziam o discurso colonial, central e dominante, e simultaneamente o contestavam, pois, estando às margens desse centro, se aproximavam da "outra" margem (*Apud*. FRANCO, 2017, p. 4).

Uma característica que se observa desses livros é a espontaneidade resultante de não terem sido escritos visando sua publicação: "Existem neles alterações de perspectivas e de opinião e uma liberdade de expressão e de temas conferida pela conversa íntima, em que é possível ignorar as conveniências sociais em favor de uma comunicação mais direta, mais fluente e menos padronizada" (LEITE, 1997, p. 145). Se no século XIX a predominância masculina nas letras e literatura era comum, as mulheres que escreviam procuraram se prender ou desenvolver padrões masculinizados em suas obras. Apesar disto,

> é possível ver pouca diferença entre o que os viajantes e as viajantes escreveram, desde os temas até as formas. Ligaram seus testemunhos pessoais à problemática social do país visitado, manifestando os próprios instrutivos que tinham com relação aos próprios leitores. E tanto nos livros de viajantes, como nos das mulheres, é importante comparar os diferentes testemunhos, em vários momentos, a fim de não tomar como gerais traços individuais, e não afirmar que não existe o que simplesmente não se viu, ou supor que o que se observou é habitual (LEITE, 1997, p. 145).

Ou seja, mesmo que encontremos semelhanças e dissemelhanças em diferentes relatos, não podemos generalizar e colocar tudo em apenas uma classificação ou distinção. Para chegar a um padrão comum entre os relatos escritos por mulheres e homens, que possibilite realizar esta distinção, teríamos que nos dispor a investigar e analisar cada relato produzido por homens e por mulheres no oitocentos, o que por si só, em virtude dos limites cronológicos de nossa pesquisa, assim como às imposições de restrição à disseminação do vírus Covid-19, que proporcionaram o fechamento de arquivos e bibliotecas, não nos é possível buscar relatos manuscritos por mulheres espalhados por arquivos públicos ou privados.

Todavia, Stella Franco realiza um trabalho utilizando relatos de mulheres viajantes, de modo a buscar os contrapontos e tendências nessa narrativa de autoria feminina. Neste trabalho, a autora tem como preocupação a análise das características existentes nos relatos de viagem de autoria feminina. A ideia é demonstrar que a concepção que os relatos fossem apenas "autobiográficos" é rara e não compreende todo o fenômeno da escrita destes documentos. Para

isso, apresenta seis diferentes autoras viajantes que circularam pela América Latina e escreveram relatos.[27]

Stella Franco apresenta que de fato os aspectos feminino e masculino interferem nas escritas das mulheres e homens viajantes, porém defende que esse dado sozinho é problemático, uma vez que isso leva a generalizações que podem desconsiderar as ambiguidades nos discursos das mulheres viajantes.

Mary Junqueira afirma que se "cada viagem é única, o mesmo se pode dizer dos vários produtos da viagem (guias, notícias ou artigos publicados em jornais, textos ficcionais, entre outros); em particular, do relato da viagem" (JUNQUEIRA, 2011, p. 46).

Para Hahner, a posição de subordinação e tratamento das mulheres, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, principalmente nos primeiros anos do século XIX,

> sempre restringiram suas oportunidades de escrever e publicar, como fizeram com sua disposição para viajar. Restrições matrimoniais, uma escassez de direitos legais e uma educação circunscrita, tudo isso impôs limites às condutas das mulheres. O tratamento que as viajantes receberam diferia daquele concedido aos homens. Um homem francês não estaria sujeito às espalhafatosas tentativas de conquista sexual que Adèle Toussaint-Samson descreveu. Diferentemente dela, muitas viajantes aparentemente se sentiram obrigadas a escrever primeiramente sobre assuntos considerados adequados de participação e observação feminina, tais como caminhos cênicos, compras e vida de rua. Poucas viajantes se aventuraram na zona rural ou descreveram a vida dos escravos nas plantações como ela fez. Narrativa de assuntos considerados impróprios para mulheres não podem ganhar o favor de editores nem do público leitor (HAHNER, 2004, p. 35).

O relato de Adèle Toussaint-Samson insere-se nos poucos livros de literaturas de viagem produzidos e publicados por mulheres. Se de um lado temos poucos estudos a respeito de Adèle Toussaint; por outro, a quantidade de fontes que nos permitem estudar sobre essa viajante é por demais abundante (MAIA, 2016, p. 31).

---

[27] Stella Franco apresenta seis autoras que circularam pela América Latina, sendo elas duas cubanas: Gertrudis Gómez de Avellaneda (1814-1863) com *Memorias inéditas de la Avellaneda: epistolario a su prima Eloisa Arteaga y Loinaz* (1836-1838) e Aurelia de González Castillo (1842-1920) com *Un paseo por América: cartas de Méjico y de Chicago* (1895); a chilena Maipina de la Barra (1834-1904) com *Mis impresiones y mis vicisitudes en mi viaje a Europa pasando por el Estrecho de Magallanes y en mi excursión a Buenos Aires pasando por la cordillera de los Andes* (2001); a brasileira Nísia Floresta (1810-1885) com *Fragmentos de uma obra inédita* (2001), *Itinerários de uma viagem à Alemanha* (1998), *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia* (1998) (com sua tradução: *Trois ans en Italie suivis d'un voyage en Grèce*); a argentina Eduarda Mansilla (1834-1892) com *Recuerdos de viaje* (1996); e a colombiana Soledad Acosta de Samper (1833-1913) com *Viaje a España en* 1892 (1893) (FRANCO, 2017, n.p).

2.2. A “verdade” em Adèle Toussaint-Samson

Se ficarmos restritos aos escritos de Adèle Toussaint-Samson, publicados sob o título de *Uma parisiense no Brasil*, pouco nos é permitido saber sobre ela. Algumas informações acerca de sua vida pessoal são ali ocultadas, pois ela não tem a intenção, ou a pretensão, de falar sobre si diretamente. Ao longo de suas páginas, a viajante se concentra em detalhar aquilo que observa, que experimenta, que sente, mas poupa detalhes de sua vida íntima.

Em seu livro é-nos permitido conhece mais de sua personalidade do que de sua vida pessoal. Ao ler seus escritos, Adèle Toussaint-Samson se mostra persistente, teimosa e eloquente, como no trecho a seguir:

> Cabe ao público dizer-me sua opinião sobre ele e julgar, em última instância, se tive razão de tirar este livro do fundo de minha escrivaninha, onde o confinara, e de esperar que estes esboços sobre os costumes brasileiros, absolutamente verdadeiros, pudessem ter algum interesse para meus compatriotas. Deseje-o, e peço também aos brasileiros que o recebam bem; pois, o que quer que possam pensar sobre eles, foram escritos por uma pena imparcial, mas amiga (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 51).

Perguntamo-nos, então, qual é a sua “verdade verdadeira” dos fatos? Qual é a “verdade” em Adèle? E para responder a tais questionamentos, propomos reflexionar seu relato da viajante, entrando em um campo vasto e complexo que é a escrita de si, mas que nos fornece uma base para a compreensão da subjetividade e a necessidade de escrever da viajante parisiense.

***

Para analisar essa ideia de “verdade” em Adèle, podemos buscar em Adam Schaff o conceito de verdade história. Para o autor, é necessário diferenciar o que é objetividade e o que é subjetividade. Se a objetividade é um conhecimento que provém do objeto, sendo ele universal e isento de carga emocional, ou seja, o conhecimento objetivo é aquele que reflete o objeto, a subjetividade é proveniente do sujeito, é particular. Assim, a “própria noção de perspectiva é posta em cheque [sic], haja visto a complexidade em se trabalhar temas sociais na atualidade que implicam um olhar singular do pesquisador do tema evocado” (SCHAFF, 1995. *Apud.* GERMINATTI; MELO, 2018, p. 5).

A respeito da imparcialidade de nossa fonte e dos historiadores, Adam Schaff nos afirma:

> Não se pode nunca exigir do historiador a imparcialidade no sentido estrito deste. Apenas o fato histórico que o historiador estuda pode ser imparcial. Quanto ao historiador, se quer avaliar esse fato, tem de tomar posição… A posição do historiador pode e deve ser científica, pode ser elevada e cada vez mais elevada, mas será sempre uma posição, um ponto de vista (…) O que nós chamamos a imparcialidade do historiador, no sentido positivo e favorável deste termo, são unicamente os esforços que desenvolve para guardar as distâncias, nos seus juízos, em relação às finalidades estranhas à verdade histórica, à sua convicção científica… Esta obrigação é mais difícil… Do mesmo modo, o que definimos como imparcialidade do historiador, é apenas a tentativa sincera, coroada de um êxito maior ou menor (SCHAFF, 1995, p. 283).

Adam Schaff afirma que o historiador é um homem como qualquer outro e não pode libertar-se das suas características humanas, ou seja, não podemos desvincular o historiador das suas relações sociais: pertence a uma nação, uma classe, um meio profissional, relações familiares, etc. (SCHAFF, 1995, p. 284). Assim como o historiador não pode se desvincular destas práticas, Adèle Toussaint-Samson em seu tempo, também se enquadrava nesta prerrogativa, a diferença agora é que ela se tornou nossa fonte de estudos, ou melhor, ela se tornou um fato histórico e deve-se permanecer imparcial.

Adèle Toussaint-Samson não "mente", mas apenas sustenta seu discurso da "verdade" através das verdades históricas. Cabe ao nosso papel, como historiadores, interpretar a fonte dentro do seu contexto. Portanto, o que nos interessa aqui não são os fatos narrados pela Adèle Toussaint-Samson, mas, sim, como ela faz e o porquê os faz dessa maneira. Deste modo, nos concentramos em pensar a viajante a partir da escrita de si.

"Viver autobiograficamente", como sugere Paul Eakin na obra *Falando sobre nós mesmos: as regras do jogo*, de 2019, não é uma tarefa de cunho expressivo no campo histórico. Para Ângela de Castro Gomes, essa modalidade de "escrita de si" é mais requisitada pelos literatos do que pelos interesses de historiadores, mas que garantem, gradualmente, seu espaço com uma abordagem nova, principalmente se pensarmos nos estudos que vêm surgindo sobre memoriais acadêmicos e diários de professores, seguindo uma vertente na História da Educação. E para ela,

> A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma

> relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos (GOMES, 2004, p. 10).

Resignar-nos-emos a importunar dois aspectos importantes de reflexão da escrita de si que Ângela de Castro Gomes nos propõe: a construção de uma memória de si escrita pelos indivíduos "comuns" e a "verdade" proposta e defendida por estes escritores ordinários.

> No que se refere à memória (com desdobramentos para História), passam a ser legítimos os procedimentos de construção e guarda de uma memória individual 'comum', e não apenas de grupo social/nacional ou de 'grande' homem (políticos, militar, religioso). Os argumentos que sustentam as novas práticas derivam tanto da assertiva sociológica de que todo indivíduo é social, quanto do reconhecimento da radical singularidade de cada um. Uma singularidade que se traduz pela multiplicidade e fragmentação do próprio indivíduo e de suas memórias através do tempo, sem que tal dinâmica torne falso (muito pelo contrário) o desejo de uma 'unidade do eu', de uma identidade. É exatamente porque o 'eu' do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem a demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo. (…) um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, e que, por sua fragmentação, experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico (GOMES, 2004, p. 12).

Essa ideia do desejo de uma "unidade do eu", de uma "identidade", também alude a questão da identidade narrativa proposta pelo historiador Paul Eakin, em que, no começo de seu texto, afirma que "a narrativa não é meramente algo que contamos, escutamos, lemos ou inventamos; ela é parte essencial de nossa percepção sobre aquilo que somos" (EAKIN, 2019, p. 9). Esta assertiva alinha-se perfeitamente com outra afirmação de Ângela de Castro Gomes:

> Defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de 'produção do eu'. (…) é como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa. (GOMES, 2004, p. 16).

Desta maneira, podemos afirmar que os relatos de Adèle Toussaint-Samson, mesmo que indiretamente, dizem muito sobre a autora e sua necessidade de uma identidade narrativa. Neste ponto, entramos na diferenciação entre tratar essa "produção do eu" como objeto e/ou como fonte. Essa diferenciação na abordagem muda completamente a metodologia de uma pesquisa histórica.

Ao levantarmos um estudo cuja proposta seja analisar a escravidão na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos relatos de Adèle Toussaint-Samson intentamos evidenciar a visão de uma mulher francesa acerca da exploração de escravizados na segunda metade do século XIX. Sendo seu escrito analisado como objeto fim daquele contexto, é-nos permitido adentrar, também, em seu universo privado, possibilitando-nos esquadrinhar aspectos de seu universo particular. Ou seja, aquilo que escreve se torna importante do ponto de vista privado. A sua maneira de escrever sobre a escravidão, e até mesmo as suas intenções por determinados recortes, permite-nos tentar reconstituir seu olhar sobre um Rio de Janeiro escravista e, mesmo, as intencionalidades de seu escrito sobre a escravidão na capital fluminense. Assim, a necessidade de saber mais sobre Adèle se intensifica quando ela se torna nosso objeto de pesquisa, mostrando ser essencial identificar se essa produção histórica é uma fonte ou um objeto, uma vez que a busca por evidenciar esse passo analítico teórico-metodológico muda ao se trabalhar sob uma ou outra perspectiva.

De acordo com Paul Eakin, nós não construímos nossa identidade do nada,

> Nós a moldamos a partir dos recursos da cultura que vivemos, recursos que especificam o que significa ser homem, mulher, ser trabalhador, ser uma pessoa dentro das circunstâncias em que vivemos nossas vidas. É muito afirmar que nós nos baseamos em modelos de identidade à medida que vamos construindo nossos *eus*, seja em nossas vidas ou a escrever sobre elas; é bem mais desafiador, porém, especificar como esse processo funciona, especialmente porque eu acredito que nossa prática de autoconstrução seja amplamente inconsciente (EAKIN, 2019, p. 37).

Outra questão trazida pelos autores citados, mais persistente agora, é a necessidade da *verdade* do autor. Se Paul Eakin afirma "contar a verdade, essa é certamente a regra mais familiar que associamos ao discurso autobiográfico" (EAKIN, 2019, p. 48); Gomes vai além:

> A verdade, nesse contexto sociocultural, não mais se esgota em uma 'verdade factual', objetiva, una e submetida à prova (científica e/ou jurídica), que continuam a ter vigência e que também tece conexões com individualista moderno. A verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos. A verdade não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser a pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferencia a memória que registra os acontecimentos da vida. (…) Isso porque a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela 'sua' verdade. Ou seja, toda essa documentação de 'produção do eu' é entendida como marcada pela busca de um 'efetivo da verdade' — como a literatura tem designado (GOMES, 2004, p. 13-14).

Em seu prólogo, Adèle Toussaint-Samson insiste em afirmar dizer a "verdade". Em menos de nove páginas, a viajante afirma seis vezes escrever a *verdade verdadeira*. Dentre estas passagens, destacamos:

> Que fazer, então? Renunciar a fazer publicar meus estudos sobre o Brasil, já que meus compatriotas não queriam absolutamente saber da 'verdade verdadeira' e eu, de minha parte, não queria zombar deles? (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 49).
>
> Que ele saiba ouvir a verdade, é o sinal da força moral (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 50).
>
> Desejo-o, e peço também aos brasileiros que o recebam bem, pois, o que quer que possam pensar sobre eles, foram escritos por uma pena imparcial, mas amiga (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 51).

A imparcialidade que Adèle Toussaint-Samson afirma ter também se encaixa na tentativa de escrever a verdade. Podemos perceber essa relação da busca da "verdade" na explicação proposta por Ângela Gomes no seguinte trecho de seu texto:

> Nesse aspecto, o tema da verdade como sinceridade, como ponto de vista e de vivência do autor do documento, foi citado e discutido de maneira contundente. Isso porque a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela 'sua verdade' (GOMES, 2004, p. 14).

Ao deparar com estes escritos e a incessante tentativa da autora de nos convencer de que escreve a verdade *absoluta dos fatos*, nos implica em uma armadilha que podemos facilmente cair: acreditar nesta memória subjetiva.

Ângela de Castro Gomes nos alerta como proceder com este tipo de escrita:

> está descartada a *priori* qualquer possibilidade de se saber 'o que realmente aconteceu' (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de 'dizer o que houve', mas dizer o que autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de 'excesso de sentido do real pelo vivido', (…) nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor que necessário como qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades para que os exercícios de análise seja efetivamente produzida (GOMES, 2004, p. 15).

Também adverte aos perigos para nós, pesquisadores, em se deixar levar por essas *verdades*: “a verdade como sinceridade o faria acreditar no que diz a fonte como se ela fosse uma expressão do que ‘verdadeiramente aconteceu’, como se fosse a verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum tipo de documento” (GOMES, 2004, p. 15).

Quando temos, de um lado, Ângela de Castro Gomes afirmando “que o autor defende sua verdade a qualquer custo” e, de outro, uma autora que dedicou momentos de sua vida em guardar suas memórias/vivências defender a sua verdade, não uma ou duas vezes, mas constantemente em seus manuscritos, é curioso. Nos intriga a tentar entender esta relação. Embora Adèle Toussaint-Samson reforce três vezes, em menos de 20 linhas, que seus escritos estão dotados de imparcialidade e verdades, cabe a nós, historiadores, tratar esta memória, subjetiva e translúcida, não como *verdade absoluta* dos fatos ali narrados, mas a verdade da autora, a fidedignidade que diz muito da nossa fonte.

Tal questionamento também chama a atenção de Andrea Costa:

> a parisiense Adèle Toussaint-Samson, (...) se vê, e pelas mesmas razões, como mensageira da verdade incontestável sobre o cotidiano vivido nos lares brasileiros. Afinal, ela havia vivido e trabalhado entre os nativos desse país. Tinha atravessado as ruas do Rio de Janeiro sob um sol ardente antes de ser recebida nas casas dos habitantes abastados, nas quais ela ministrava cursos de francês e italiano. Esses fatos lhe davam respaldo para ver-se como uma testemunha capaz de transmitir aos seus leitores ‘a verdade verdadeira’ sobre como vivia a família brasileira (Toussaint-Samson, 2003: 49). Em relação a notas colhidas durante o longo tempo que viveu no Rio de Janeiro, ela sustenta que estas, ‘na ausência de qualquer outro mérito, tinham pelo menos o da mais escrupulosa verdade’ (Toussaint-Samson, 2003: 43) (COSTA, 2014, p. 275).

Assim, o maior cuidado que temos ao se trabalhar essa fonte é a sua subjetividade. Não a adotamos como verdade, mesmo com a insistência do autor em reafirmar constantemente isso, mas a verdade que o autor quis afirmar.

Além dos usos constantes das expressões de “busca pela verdade”, a “verdade absoluta dos fatos” e “a verdade verdadeira”, empregados por Adèle Toussaint-Samson para afirmar seu discurso, temos os recursos imagéticos. No início do seu prólogo, utiliza a afirmação que trouxe fotografias acerca do Brasil:

> Quando regressei do Brasil, há alguns anos, trazendo sobre aquele país e seus habitantes notas recolhidas durante minha longa permanência no Rio de Janeiro, as quais, na falta de outro mérito, tinham ao menos o da mais escrupulosa veracidade, e a que se juntavam as fotografias das principais igrejas e praças da capital do Brasil, bem como tipos de índios, de mulatos e de negros, reproduzidos com exatidão, imaginei que tudo isso pudesse

> oferecer algum interesse aos meus compatriotas e que facilmente as conseguiria editar (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 44).

Para a viajante, do mesmo modo que afirma "tinham ao menos o da mais escrupulosa veracidade", complementa com "que se juntavam as fotografias (...) reproduzidos com exatidão" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 44). Desta forma, a viajante está assegurando que aquilo que escreve é uma verdade e, além, possui provas para fundamentar tal afirmação.

Essa credibilidade de reproduzir com "exatidão" que Adèle Toussaint-Samson atribui as fotografias, faz parte de um pensamento da época:

> Ainda no século XIX, sua difusão provocou uma grande comoção no meio artístico, marcadamente naturalista, que via o papel da arte eclipsado pela fotografia, cuja plena capacidade de reproduzir o real, através de uma qualidade técnica irrepreensível, deixava em segundo plano qualquer tipo de pintura.
>
> O caráter de prova irrefutável do que realmente aconteceu, atribuído à imagem fotográfica pelo pensamento da época, transformou-a num duplo da realidade, num espelho, cuja magia estava em perenizar a imagem que refletia (MAUAD, 1996, p. 2).

A utilização das imagens por Adèle Toussaint-Samson dá-se pelo fato de a própria autora acreditar que aquelas imagens representam a realidade e, assim, confirmar seu discurso. Desta forma, as empregam com a finalidade de ilustração.

Para Boris Kossoy:

> A comunicação não-verbal ilude e confunde. Deve-se, no entanto, 'perceber na imagem o que está nas entrelinhas, assim como o fazemos em relação aos textos', como bem colocaram Weinstein & Booth '(…) precisamos aprender a esmiuçar as fotografias criticamente, interrogativamente e especulativamente (…). No que uma boa fotografia desvenda para o olho e a mente compreensiva, ela falhará em desvendar para o olhar apressado'. Tal é o desafio a enfrentar. Não deixar de ousar na interpretação: esta é a tarefa (*Apud*. KOSSOY, 2001, p. 128)[28].

Na primeira versão francesa, de 1883, além da descrição feita por Adèle Toussaint-Samson, temos uma nota da autora induzindo ao leitor a observar a imagem inserida: "(1) Voir la photographie de l'une d'elles" ("Veja a fotografia de um deles") (TOUSSAINT-SAMSON, 1883, p. 41).

Na versão atual, da editora Capivara, 2003, a publicação manteve o formato da primeira:

[28] Boris Kossoy referencia Robert A. Weinstein & Larry Booth, Colletion, Use and Care of Historical Photographs, Nashville, American Association for State and Local History, p. 11.

> Ao fundo, dando para o mar, encontra-se o mercado de peixe, aonde abundam sardinhas, camarões, ostras e peixes deliciosos, que são comprados vivos; ao longo de todo o cais, que margeia o mercado desse lado, estão as pirogas ou *canoães* [canoas], aonde os pescadores vendem o peixe por lotes; ali permanessem, sobre grandes guarda-sóis de pano, negras (FOTO B) que lhe servem por *un vintem* [um vintém], uma tigela de café quente, ou então batatas-doces fumegantes, sardinhas fritas e angu (farinha de mandioca misturada com água fervente e sal, formando uma papa muito espessa); os negros maus gulosos temperam tudo com uma espécie de gordura, que chama *azeite de dindin* [dendê] (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 76–78).



Fonte: HENSCHEL & BENQUE. *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*. 1869. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4508.

IMAGEM 7
Henschel & Benque: *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*

qui borde le marché de ce côté, sont les pirogues ou *canoâès*, où les pêcheurs vendent le poisson par lots ; là se tiennent, sous de grands parapluies de toile, des négresses (1), qui vous servent, pour *un vintem* (deux sous), un bol de café chaud, ou bien des *batatas doces* fumantes, des sardines frites et de *l'angù* (farine de manioc mêlée avec de l'eau bouillante et du sel, et formant une bouillie très épaisse) ; les nègres les plus friands assaisonnent le tout d'une espèce de graisse, qu'ils appellent *azeite de dindin* (huile de dindin). Là aussi se vendent les *massarocas* (épis) de maïs grillé, et la *feijõada*, c'est-à-dire tout ce qui constitue, au Brésil, un repas de nègres, et même de blancs de la classe inférieure.

Ç'est là qu'il faut entendre parler cette langue africaine, qu'on appelle langue de

(1) Voir la photographie de l'une d'elles.

Fonte: TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Une parisienne au Brésil*: avec photographies originales. Paris: P. Ollendorff, 1883, p. 41.

IMAGEM 8
Adèle Toussaint-Samson: descrição do mercado

O registro fotográfico feito sobre os negros, sejam eles livres, escravizados ou libertos, no Brasil é marcado por duas particularidades: o primeiro, refere-se a entrada da fotografia no país, que, já nos finais dos anos 1860, contava com uma clientela certa, entre eles, o imperador D. Pedro II, que também era fotógrafo. Outra característica, dá-se pelo fato que a escravidão tardou demais a acabar. Destes fatores, "em certo sentido perversa", resultou em um variado e amplo registro do sistema escravista e de seus trabalhadores escravizados. Algumas dessas fotografias, foram tomadas por acaso, por vezes figurando como modelos exóticos ou tipos[29] para a análise da ciência, outras, como parte do cenário, e ainda como figuras principais, os escravizados foram flagrados nas mais diversas situações (SCHWARCZ; MACHADO, BURGI, 2013, n.p).

Um dos fotógrafos conhecidos desta época é Alberto Henschel, autor da foto utilizada no registro da viajante. Assim como outros fotógrafos atuantes na corte na segunda metade do século XIX, Henschel[30] foi fundamental para a construção da chamada "boa sociedade", em particular, da família imperial. Suas contribuições, vão, também, ao grande acervo que deixou sobre a escravidão (MAGALHÃES, 2020, p. 5).

Nesta fotografia, utilizada para ilustrar o relato de Adèle Toussaint-Samson, Henschel "caprichou na composição do cenário, incluindo nele quase tudo o que encontrou de 'exótico', tanto que a modelo quase se perdeu no meio do arranjo". Os detalhes foram colocados, cuidadosamente, pelo fotógrafo, a fim de chamar a atenção das pessoas. O primeiro que observamos é o grande guarda-sol, centralizado acima da escravizada. Em sua volta, há uma variedade de frutas e legumes tropicais, entre as quais, bananas, cocos, mamões, cana-de-açúcar, etc. No centro da figura, temos a figura da mulher, com roupas claras, colar e pulseira, com seu enorme turbante e, entre as mãos, o comprido cachimbo. Os detalhes pormenores da composição, ficam a cargo da graminha no piso e um painel com uma paisagem tropical no fundo. Assim, nesta foto, vemos, então, o forte apelo aos variados elementos considerados

[29] Segundo Magalhães: "Entende-se por 'tipo' uma denominação classificatória das diferenças humanas físicas e culturais, caras aos estudos de história natural dos séculos XVIII e XIX, segundo os quais a humanidade é vista como parte da natureza, devendo ser estudada conforme os mesmos critérios taxonômicos. (...) A classificação humana como 'tipo' foi muito adotada para identificação das populações das áreas colonizadas pelos europeus, como a América e a África. Destinava-se não apenas, com base na biologia e na antropologia física, ao conhecimento e ao estudo sobre o 'outro', que se distinguia pelo seu fenótipo, mas, também, a subalternizá-lo e dominá-lo, sob a perspectiva de lidar com uma 'essência abstrata da variação humana' que é como o 'tipo' é definido por Elizabeth Edwards" (*Apud*. HIRSZMAN, 2011, p. 48). O termo 'tipo' está na base do racismo científico, ancorado nas teses naturalistas de hierarquização social, objetificação do 'outro' e inferioridade de povos como os negros (MAGALHÃES, 2020, p. 8).

[30] Alberto Henschel nasceu em Berlim, em 1827, judeu, descendente de uma família de gravadores, era um fotógrafo experiente quando desembarcou em Pernambuco, em maio de 1866. (MAGALHÃES, 2020, p. 6).

“exóticos”, “típicos, como um pequeno ‘gabinete de curiosidades’”. “Não são quaisquer itens que ali apareceram, mas a exuberância tropical em variedade de formas e tons de cores (mesmo que em tons diferentes de sépia) e em quantidade. Podia ser uma visão romântica de uma terra distante, uma visão romântica dos trópicos” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 109-110).

É importante atentarmos ao fato do que Mônica Cardim nos alega:

> A mulher fotografada não é exatamente uma ‘bahiana quitandeira’, é apenas uma representação de mais uma das baianas vendedoras de frutas que circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro em meados do século XIX. O retrato, nesse caso, é mais importante do que a pessoa retratada, pois ele representa 'uma definição de quitandeiras’ (CARDIM, 2012, p. 12).

Portanto, o uso da fotografia, no relato, vem como um suporte para confirmar aquilo que a viajante está narrando. E, mesmo que a viajante utilize as fotografias como essa confirmação de sua “verdade”, ou seja, oferece ao seu leitor “provas” de que aquilo que narra é de *fato verdadeiro*, devemos nos atentar ao fato de que:

> Toda fotografia foi produzida com uma certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atuação, esses registros — que foram produzidos com uma finalidade documental — representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico (KOSSOY, 2001, p. 48-50).

A imagem colocada, propositalmente pela autora, ao lado de suas descrições, revela a necessidade da busca por uma afirmação e evidências daquilo que vê e deseja transmitir. Neste caso, Adèle Toussaint-Samson utiliza o discurso narrativo alinhado ao recurso imagético. Kossoy relaciona que:

> Assim como a palavra é a expressão de uma ideia, de um pensamento, a fotografia — *embora se trate de uma imagem técnica produzida por meio de um sistema de representação visua*l — é também a expressão de um ponto de vista, de uma visão particular de mundo de seu autor, o operador da câmera. É nesta visão singular de cada um que se estabelece a diferença, as múltiplas formas de entender o mundo e os fatos que nele transcorrem ininterruptamente (KOSSOY, 2001, p. 53. Grifos no original).

No início desta parte, nos resignamos em questionar o que é a verdade em Adèle Toussaint-Samson. Assim, podemos concluir que essa verdade está respaldada em narrar aquilo que a própria viajante está observando. De fato, o que Adèle Toussaint-Samson narra não é uma mentira, mas um discurso de um sujeito que presenciou os acontecimentos e escreveu sobre eles.

Por fim, a "verdade verdadeira" de Adèle Toussaint-Samson não é a verdade acima das outras, é apenas mais um ponto de vista nas variadas verdades históricas. E, como afirma Ana Maria Mauad, para "o viajante, a impressão causada pelo olhar é a que fica, fornecendo o estatuto da verdade ao relato. O fato de ele ter estado presente, de ter sido a testemunha ocular de um evento, ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa o teor incontestável" (MAUAD, 2019, p. 141).

2.3. Vida e obra de Adèle Toussaint-Samson nos periódicos fluminenses

A maior parte das informações sobre Adèle Toussaint-Samson não são mencionadas em seu relato. Ao longo de suas páginas, concentra-se em detalhar aquilo que observa, que experimenta, que sente, mas poupa particularidades de sua vida íntima. Se por um lado, como observado anteriormente, Adèle omite datas e até nomes de familiares; por outro, seu nome circula nas páginas de importantes jornais cariocas. A trajetória profissional de seu marido, Jules Toussaint, aparece estampada nos mais significativos jornais da capital fluminense e, com base nessas informações, a seguir detalhadas, podemos observar o estilo de vida e como eles viviam e se estabeleceram no Brasil.

Antes de nos referirmos ao casal e suas participações nos jornais fluminenses, apresentemos alguns dados biográficos sobre Adèle Toussaint-Samson, compulsados na curadoria de Inês Turazzi para o prefácio da nova publicação dos seus relatos (2003) e pela tese de Ludmila de Souza Maia (2016).

***

Nascida sob o nome de Marie Adèle Samson, veio ao mundo em 13 de julho de 1820[31]. Seu pai, Joseph Isidore Samson (1793-1871) era professor de teatro, ator e autor de peças de

[31] Ludmila Maia indica que seu nascimento foi registrado em 13 de julho de 1820. Tal informação consta no *Archives de Paris, Etat Civil, Naissances, Marie Adèle Samson* (MAIA, 2016, p. 32).

teatrais de grande sucesso na capital francesa entre as décadas de 1820 e 1860. Jovem de família modesta, Isidore Samson, aconselhado pelos seus professores, estabeleceu-se como ator de comédias, no qual se destacaria como um dos grandes nomes mais respeitados no meio artístico (MAIA, 2016, p. 31; TURAZZI, 2003, p. 10).

Isidore Samson foi ator do *Théatre-Français* e professor do *Conservatoire Royale de Musique et Déclamation.* Depois foi "societaire" e ator da *Comédie Française* (MAIA, 2016, p. 34). Em 1854, já lhe era dedicado um dos volumes da série *Les Contemporains*, coleção popular da editora Roret que obteve sucesso de público. Consagrado como professor, publicou em 1857 uma obra didática, *L'Art Théatral* (TURAZZI, 2003, p. 10-11).

Em 1815, Isidore Samson casou-se com Marie Thèrese Conillat (1797-?)[32]. O casal teve quatro filhos: Félicie Julie Caroline, Marie Adèle, Jules Isidore e Emilie. Ela dedicou sua vida ao cuidado da casa e família. Mesmo ocupando seu tempo à vida doméstica, Conillat participava ativamente dos bastidores da carreira de Isidore Samson. Devido à aproximação de seu marido com este meio, e também seu passado como atriz, possibilitou que sua residência recebesse atrizes, atores e membros da cena artística francesa, fazendo com que sua casa se destacasse como um centro de reuniões e espaço importante de sociabilidade (MAIA, 2016, p. 32).

Esses contatos da família Samson com o meio artístico exerceram influência em Adèle Toussaint-Samson, ao que notamos: "Eu, que saíra do meio artístico de Paris e que fora habituada a ouvir debater todas as questões sociais, políticas, literárias e artísticas na casa de meu pai, fiquei muito surpresa, quando cheguei ao Rio, com essa absoluta falta de conversação" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 168).

Não apenas a vida artística de Isidore Samson exerceu influência em Adèle Toussaint-Samson, mas, também, a necessidade que seu pai tinha em instruir seus filhos. Adèle Toussaint-Samson e seus irmãos "foram educados em casa pelo próprio Samson, que 'apesar da atribulada vida de artista' reservava todas as manhãs para ensinar aos filhos, como a própria Adèle Toussaint-Samson escreve no prefácio da obra do pai em 1882"[33] (MAIA, 2016, p. 33):

[32] Não temos a informação acerca da data de falecimento de Marie T. Conillat. Maia (2016, p. 31) obtém a informação de seu nascimento pelo documento "*Extrait du registre des actes de naissance de la Commune de Saint Mandé (Seine). Marie Thèrese Conillat.* In. Pasta de Joseph-Isidore Samson. Documentation du Ministère de l'instruction publique et des Beaux-Arts, Paris, [18--?], Archives Nationales. Site: Pierrefitte-sur-Seine, Saint-Denis."

[33] Em 1882, é publicado pela editora Paul Ollendorff, um livro em homenagem a Isidore Samson, intitulado *Mémoires de Samson: De la Comédie-Française*. Desta publicação, Adèle Toussaint-Samson escreve a dedicatória ao pai e o prefácio. Nesta obra, a trajetória pessoal e profissional de Isidore Samson é

> Às oito horas começavam nossas lições, pois ele quis se responsabilizar por nossa educação. Foi ele quem me ensinou o francês, o latim, a história e a geografia até a idade de quatorze anos, e eu posso dizer que é a ele somente que eu devo o pouco que sei (TOUSSAINT-SAMSON. *Apud*. MAIA, 2016, p. 33).

Com esta formação, possivelmente autodidata, após ter recebido os ensinamentos de seu pai, Adèle Toussaint-Samson havia aprendido a ver o mundo com liberdade. (MAIA, 2016, p. 33; TURAZZI, 2003, p. 12). Embora o teatro seja uma das grandes paixões dos franceses, a popularidade e o reconhecimento de Isidore Samson não retornou grande sucesso financeiro para ele e sua família (TURAZZI, 2003, p. 13). Embora a família Samson não fosse rica, eles tinham a possibilidade de viajar em quase todos os verões para a praia ou o campo (MAIA, 2016, p. 35).

Em 1840, Adèle Toussaint-Samson acompanhou seu pai a Rouen, onde ele assumiu um contrato no teatro da cidade durante o verão. Neste mesmo ano, já escrevia poemas de inspiração romântica. Sua irmã, Caroline, já era escritora, e, diferente dela, Adèle Toussaint-Samson preferia um gênero bem diverso, ao estilo alegre e irreverente. Em 1870, Adèle publica um livro de poemas intitulado: *Épaves, sourires et larmes: poésies*, pela E. Dentu Editeur. O livro é uma coletânea de poemas, a quem Adèle Toussaint-Samson dedica à pessoas próximas e/ou que prestigia, como o poema dedicado a sua irmã, intitulado *A ma soeur* (1870, p. 101-108), que relembra a forte ligação com ela e a paixão das duas pela escrita ma juventude (MAIA, 2016, p. 36). Outro poema, é dedicado aos filhos, *A mon fils* (1870, p. 56-60), escrito em 1856, mas só publicado nesta coletânea, o eu-lírico é uma mãe que descreve os esmerados e minuciosos cuidados com a educação de sua criança (MAIA, 2016, p. 121). Em relação à poemas dedicados à pessoas que Adèle Toussaint-Samson estima, temos o *Vers a João Caetano, premier acteur tragique du Brésil à l'occasion d'une couronne d'or que ses compatriotes lui offraient*. "Com duas estrofes, ela saúda o mais famoso ator brasileiro, naquele momento, quem ela compara a um dos mestres de seu pai Samson" (MAIA, 2016, p. 130).

Aos seus 20 anos, Adèle Toussaint-Samson ainda era solteira. Os bailes, nos quais homens e mulheres buscavam candidatos ideais para matrimônio, deviam fazer parte de sua vida social (MAIA, 2016, p. 45). Adèle Toussaint-Samson teve suas primeiras poesias

---

cuidadosamente explicada pela história política do país, com todas suas tensões sociais e instabilidades dos governos (MAIA, 2016, p. 40).

publicadas em folheto em 1843: *Essas; d'arès une note manuscrite* e *Poésie de Mle. Adèle Toussaint*, ambas pela Imprimerie de Jules-Juteau, Paris (TURAZZI, 2003, p. 11).

Adèle Toussaint-Samson somente se casou em julho de 1843, com o dançarino de teatro Jules Toussaint, filho dos artistas franceses Auguste e Joséphine Toussaint (TURAZZI, 2003, p. 13-14). Embora filho de franceses, Jules Toussaint nasceu no Rio de Janeiro. A primeira aparição do nome de Júlio Toussaint nos periódicos fluminenses ocorre no *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)*, em 22 de dezembro de 1849, onde se consegue observar sua naturalidade e dançarino da Ópera de Paris, com o anúncio de sua peça:

> Seguir-se-ha a segunda estréa do Sr. Julio Toussaint, primeiro dansarino da opera de paris, natural do Rio de Janeiro, em UM PASSO PHANTASTICO de sua composição; acompanhado pela Sra. Marietta Baderna, e fazendo tambem parte do mesmo a Sr. Pessina e Mme. Daubigny. Os bilhetes vendem-se no escriptorio do theatro.
>
> Principiará ás 8 horas e um quarto (CORREIO MERCANTIL, 1849, p. 4).

Para usufruir um melhor aproveitamento financeiro de suas habilidades teatrais, o casal passou a exortar o teatro como meio de ganhar a vida. Em jornais da época, como o *Jornal do Commercio* (edições de 1850 a 1890), *Diário do Rio de Janeiro* (de 1821 a 1858), *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (edições de 1844 a 1885) e *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (de 1848 a 1868), encontramos referências a essas jornadas de trabalho no ambiente teatral, assim como relances específicos com alguns dados de suas vidas privadas. Por exemplo, no *Almanak Administrativo* consegue-se mapear suas estadias — moradia ou endereços profissionais — por diferentes anos; já no *Correio Mercantil* é-nos permitido traçar a vida profissional de Jules e informações de sua carreia, inclusive sua ascensão como professor particular de dança da corte imperial.

A primeira menção ao sobrenome Toussaint apareceu no *Diário do Rio de Janeiro (RJ)*, em 16 de novembro de 1822, no anúncio:

> Monsiuer, e Madame Toussaint (sua mulher) Dançarina de Pariz, novamente chegados a esta Corte, tem a honra de se aprezentar ao Respeitavel Publico, Domingo do corrente no Theatro de S. João, e esperão receber delle o mesmo acolhimento que tem prestado a outros iguaes circustancias (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1822, p. 4).

Os dançarinos citados, possivelmente, eram os pais de Jules Toussaint.[34] Aliás, menções semelhantes a essa já aparecem na imprensa no começo do século XIX e citam um "casal parisiense" e "dançarinos" (MAIA, 2016, p. 48). Também em referência ao nome familiar "Toussaint", associado ao ofício de professor de dança, aparece inscrito nas páginas de periódicos editados até o ano de 1850, como no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ)* (ALMANAK, 1852, edição 9, p. 287). Também se encontram menções a outros "Toussaint", mas em período anterior ao da chegada da família de Adèle Toussaint-Samson ao Rio de Janeiro.

Em 1848, temos o sobrenome "Toussaint" estampado em uma pequena parte do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1848, edição 5, p. 340), como anúncio de professor de dança, no endereço Rua do Sacramento. Notamos que este Toussaint não se refere a Jules Toussaint, mas a outra pessoa. Em mensagem publicitária publicada no ano seguinte, nesse mesmo impresso, há o anúncio de dois professores de dança com o sobrenome Toussaint, sendo o primeiro com aulas oferecidas na Rua do Sacramento, número 16, e, o segundo, Julio Toussaint, com escritório de dança localizado na Rua do Rosário, número 96 (ALMANAQUE, 1850, edição 7, p. 304), em endereço tradicional da cidade, por ser uma dos logradouros mais antigos e importantes do município.

Em seu relato, Adèle Toussaint-Samson informou que ao chegar ao Rio de Janeiro eles ficaram hospedados na casa de um tio de Jules[35]. Em jornais cariocas e no *Almanak* dos anos 1840 aparece José Maria ensinando dança e com atuações em peças apresentadas em teatros variados da cidade (MAIA, 2016, p. 118).

Mesmo instalada na residência de um parente, ela transcreveu a informação de que tinha um rápido desejo de mudar-se dali, instalando-se em casa própria. Escreveu:

---

[34] "Há registros do casal Toussaint no Brasil até o ano de 1832 e depois dessa data devem ter retornado à França" (MAIA, 2016, p. 48).

[35] O tio de Jules era José Maria Toussaint, bailarino na corte no período anterior à chegada de Jules (MAIA, 2016, p. 118).

> Depois de ter percorrido toda a cidade, encontramos o que queríamos apenas na rua do Rosário. Ai! Que rua para parisienses habituados a todo o conforto e a todo o luxo de nossa capital! Ela é estreita, triste e, por todo estabelecimento comercial, não tem mais que vendas no térreo das casas, isto é, sombrias lojas onde se amontoam montanhas de *carne secca, bacalhao* [carne seca, bacalhau], os sacos de feijões e de arroz, bem como os queijos de Minas. (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 92).

Entretanto, o nome "Toussaint", professor de dança e associando ao morador da Rua do Sacramento, apareceu pela última vez na imprensa no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro,* na edição 9, sétimo ano de publicação, de 1850, p. 327, o que sugere seu regresso à França ou possível aposentadoria (MAIA, 2016, p. 118). A partir de então, apenas o nome de Julio Toussaint passou a estampar o sobrenome Toussaint associado a ofertas de aulas de dança nas publicações periódicas impressas no Rio de Janeiro.

Adèle Toussaint-Samson citou duas vezes a Rua do Rosário na segunda parte de seu livro. Porém, esse endereço apareceu informado no Almanak apenas em 1850. A primeira, supracitada, Adèle Toussaint-Samson comenta a satisfação ao encontrar um lugar que se sentia confortável em morar. Já a segunda menção, se dá a uma experiência com sua vizinha: "Tínhamos como vizinha, na rua do Rosário, no andar superior, uma *señora* [senhora] espanhola que tinha a seu serviço três ou quatro escravos. Todo dia, cenas horríveis aconteciam acima de nossas cabeças" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 96). A rua do Rosário, como nos conta Frédéric Mauro, era especialmente ocupada por comerciantes de comestíveis, cujas lojas eram muito diversas (MAURO, 1991, p. 22).

A partir de 1851, Julio Toussaint passou a ofertar suas aulas no endereço: Caminho Velho do Botafogo, 15 (ALMANAK, 1851, edição 8, p. 307) tendo permanecido ali até 1853. Em 1854, o encontramos instalado na Rua das Belas Artes (ALMANAK, 1854, edição 8, p. 383).

Pelo *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ, 1848/1868), é-nos permitido observar a carreia teatral de Julio Toussaint. Entre os períodos de 1849 a 1852, acompanhamos anúncios referentes às suas apresentações teatrais.

No dia 22 de dezembro de 1849, Julio Toussaint aparece no jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, com uma peça de dança, denominada *Um passo Phantastico,* apresentada no dia 23 de dezembro, às 8 horas, no Teatro de São Pedro de Alcantara (CORREIO MERCANTIL, 1849, edição 348, p. 4).

Em 1852, Julio Toussaint apresentava uma nova peça composta por ele, chamada *As Hamadryadas*. Além da composição, Júlio Toussaint atua como o personagem Barão Strauz.

Em 24 de novembro de 1856, na primeira página do *Correio Mercantil*, o nome de Julio Toussaint aparece como um dos listados que tiveram a honra de cumprimentar Sua Alteza Real Dom Pedro II, em evento da elite no Paço Imperial, como explicita:

> PAÇO IMPERIAL.
>
> Tiverão a honra de comprimentar a SS. MM. e AA. II. durante a semana passada os Srs: conselheiro Barreto Pedros, Drs. Luiz Carlos da Fonseca, sua senhora e uma filha, Torres-Homem e suas filhas, conselheiro Jobim e suas filhas, Tonnet e sua filha, barão de Piabanha, D. Maria Izabel Montaury queiroz Carreira, veador Faro e seus sobrinhos, barão e baroneza de Pirassinunga, Julio Toussaint. (CORREIO MERCANTIL, 1856, edição 323, p. 1)

Consequentemente, em 16 de fevereiro de 1857, Jules Toussaint é nomeado mestre de dança de suas Altezas Imperiais:

> CORREIO MERCANTIL. NOTICIAS DIVERSAS.
>
> Consta-nos que por decreto de 27 de janeiro ultimo foi nomeado escrivão da mordomia-mór da casa imperial o official da mesma repartição, o Sr. Izidoro José Martins Pamplona Côrte-Real.
>
> — Foi nomeado mestre de dansa de Suas Altezas Imperiais o Sr. Julio Toussaint. (CORREIO MERCANTIL, 1857, edição 42, p. 1)

Naquele mesmo ano, em 4 de abril, Julio Toussaint apareceu referenciado no Correio Mercantil por ensinar uma nova dança, de estilo inglês, mas reproduzida em salões franceses, em curso oferecido a 500 réis por pessoa, na Rua do Ouvidor, endereço dos mais antigos do centro da capital fluminense, por ali estarem instaladas as mais importantes lojas comerciais de moda, centros de estética, cafés, confeitarias, casas de música, livrarias, etc.[36] Em um desses anúncios se lê:

> ANNUNCIOS. Aos srs. Mestres de dansa. Recommendamos para ensinar esta nova combinação de dansas, muito mais brilhantes do que as quadrilhas ordinarias dansadas até hoje e adoptadas já em todos os salões da França; o Sr. Julio Toussaint teve conhecimento della, e vai amanhã principiar a ensinar na alta gararchia do Rio de Janeiro — os lanceiros; é uma quadrilha ingleza que foi dansada no grande baile que deu S. M. a Rainha Victoria, na

[36] Segundo Frédéric Mauro, a rua do Ouvidor, a mais famosa, era ocupada quase que exclusivamente por comerciantes franceses, "nela, se encontravam damas de pouca virtude que muitas vezes tinham a mesma origem, e era possível beber nos cafés ou tomar soverte nas sorveterias. Era a rua onde se ia passear, conversar com os amigos. Era o salão a ar livre, o ponto de encontro dos intelectuais" (MAURO, 1991, p. 22).

> Inglaterra, contendo as explicações em francez; nova theoria para se dansar a 16 e 8 pessoas, para piano só, com explicações, 500 rs. Vende-se na imperial imprensa de musica de Fillippone e Tornaghi, rua do Ouvidor n. 101 (CORREIO MERCANTIL, 1857, edição 92, p. 1).

Em seu relato, Adèle Toussaint-Samson dedica alguns parágrafos sobre o Imperador e vida da Corte. Em uma dessas passagens, a viajante afirma ter tido a "honra de ser recebida duas vezes em pequenas reuniões íntimas, dadas pelas princesas imperiais, que me haviam mandado pedir que arranjasse, ou antes desarranjasse, uma peça de Racine, *Les Plaideurs*, para que pudessem representá-las" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 162).

Destes contatos, Adèle Toussaint-Samson nutre uma admiração pelo imperador e pela imperatriz, afirmando que não se trata de "bajulação", já que seus compatriotas "puderam julgar o imperador por si próprios e ver que não exagero nada"[37] (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 164).

A partir de setembro de 1863, Jules deixou a função de mestre de dança da família imperial (TURAZZI, 2003, p. 22). Uma última menção a ele apareceu descrita no *Correio Mercantil*, em 19 de dezembro de 1864, quando recebeu permissão para regressar ao seu país de origem:

> POLICIA
>
> Legitimarão-se na policia, afim de seguirem para os logadoros abaixos declarados, conforme a designação feita, pelos legitimadores:
> França — João Baptista Blanchard; João Dominico Labutut, Julio Toussaint, francezes (CORREIO MERCANTIL, 1864, edição 350, p. 2).

Embora sua última menção no *Correio Mercantil* tenha sido em 1864, seu nome ainda apareceu no Almanak entre os anos 1865 a 1868, com os dizeres: "Julio Toussaint, ladeira da Gloria, 45 B, chácara do Russel" (ALMANAK, 1865, edição 22, p. 81) e "Julio Toussaint, Mestre de Dansa de SS.AS. II, r. das Bellas-Artes, 1, 3º andar, ou ladeira da Gloria, 43 B" (ALMANAK, 1868, edição 25, p. 475). Ainda aparece, na aba de "indicador", apenas o sobrenome "Toussaint" em 1969, com o mesmo endereço. (ALMANAK, 1869, edição 26, p. 90).

[37] Ao referir-se aos "seus compatriotas", Adèle Toussaint-Samson direciona seu texto aos seus leitores franceses, que com a visita de D. Pedro II, puderam conhecer a personalidade do imperador (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 164).

Não temos conhecimento exato de quando o casal Toussaint deixava o país, porém, Adèle Toussaint-Samson diz em seu livro que permaneceu no Brasil por doze anos, intercalando viagens de ida e volta de Paris. Dentre essas idas:

> No dia 21 de março de 1858, Adèle e Paul embarcaram a bordo da galera francesa *Normandie* rumo ao Havre, após quase uma década sem ver a família e a pátria. O novo cargo do marido sem dúvida lhes permitiu pagar pelo tão almejado reencontro de Adèle com os seus. Jules, contudo, não podia partir junto com a família devido ao importante trabalho (MAIA, 2016, p. 220).

No começo de seu relato, Adèle Toussaint-Samson descreve os diversos tipos de passageiros e aconselha as mulheres que viajam sozinhas, demonstrando que a própria já realizava tal atividade. Também, ao final do livro, Adèle Toussaint-Samson aconselha, para um público geral que planeja viajar para o Brasil que:

> a melhor estação para realizar é em maio ou em junho, porque então se chega no inverno e tem-se mais probabilidade de aclimatar-se e de evitar febre amarela, que, aliás, já não é tão mortífera e da qual é possível resguardar-se com precauções. Além disso, as travessias são excelentes nessa época do ano (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 173-174)

Em sequência, a viajante nos informa que quando retornou ao Brasil pela segunda vez, depois de uma permanência de um ano na França, não quis fazer antes de maio, indicando uma dessas viagens que fez.

Em outro conselho para seus leitores, a viajante afirma que não se deve fazê-las em setembro ou em março: “Uma vez, tive a imprudência de embarcar neste último mês; e, além do frio que suportei, que por pouco não me deixou doente, sofremos uma tempestade tão forte que realmente pensei jamais rever a França” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 177).

No *Correio Mercantil*, encontramos a saída e entrada de Adèle Toussaint-Samson referente à tais passagens. No dia 22 de março de 1858, pelo clíper *Normandia*, Adèle Toussaint-Samson deixa o Rio de Janeiro rumo ao Havre (CORREIO MERCANTIL, edição 78, p. 4). E, no dia 22 de junho de 1859, o *Correio Mercantil* registrava sua entrada no Porto do Rio de Janeiro no dia anterior da publicação (CORREIO MERCANTIL, edição 170, p. 4)

Com as informações que conseguimos ao localizar tais dados nos periódicos, conseguimos organizá-los, na tabela abaixo, a vida de Adèle Toussaint-Samson junto ao seu marido, durante sua estadia no Rio de Janeiro.

TABELA 2
A vida e obra de Adèle nos periódicos fluminenses

Ano	Endereço	Título do jornal	Justificativa
1849		*Correio Mercantil* edição 348, p. 4.	Segunda estreia de Júlio Toussaint, como dançarino com *Um passo Phantastico.*
1850	Rua do Sacramento, 16	*Almanak* edição 7, p. 304.	Adèle Toussaint-Samson nos conta que passou três meses na casa de um "tio" que vivia na América, possivelmente, este tio era José Maria Toussaint.
1850	Rua do Rosário, 96	*Almanak* edição 7, p. 304.	Endereço de Júlio Toussaint; passagem de Adèle Toussaint-Samson referenciando morar na Rua do Rosário.
1851	Velho do Botafogo, 15	*Almanak* edição 8, p. 307.	Júlio Toussaint passa a ofertar as aulas neste endereço.
1852		*Correio Mercantil* edição 225, p. 4.	Apresentação da peça *As Hamadryadas.*
1854	Rua Bellas Artes	*Almanak* edição 8, p. 383.	Júlio Toussaint passa a ofertar as aulas neste endereço.
1855		*Jornal do Commercio* edição 119, p. 2.	Convocação de exame de habilitação para ensino de língua francesa "Marie Adèle Toussaint".
1856		*Correio Mercantil* edição 323, p. 1.	Júlio Toussaint listado como um dos que tiveram a honra de conhecer D. Pedro II.
1856		*Courrier du Brésil* edição 17, p. 3.	Adèle Toussaint-Samson publica uma pequena crônica, intitulada *De la femme incomprise*.
1857	Rua do Infante, 3, Catete	*Jornal do Commercio* edição 29, p. 3.	Licença para Adèle Toussaint-Samson dar aulas.
1857		*Correio Mercantil* edição 42, p. 1.	Jules Toussaint é nomeado mestre de dança de suas Altezas Imperiais.
1857		*Correio Mercantil* edição 92, p. 1.	Júlio Toussaint ensina nova dança, de estilo inglês.
1858		*Correio Mercantil* edição 78, p. 4.	Registro do Porto: "Sahidas no dia 21 Havre (...) os franceses Mme. L Marguinti e Maria Adèle Toussaint e 1 filho (...)

1859		*Correio Mercantil* edição 170, p. 4.	Registro do Porto: "Entradas no dia 21 (...) Havre — (...) Mlle. Carolina Toussaint, Mme. Adèle Toussaint, 2 filhos e 1 criada".
1861	Bellas Artes, i, 3ª andar e ladeira da Glória	*Almanak Administrativo* edição 18, p. 462. *Almanak Administrativo* edição 18, p. 94.	Mesmo endereço das aulas particulares de Adèle Toussaint-Samson e Júlio Toussaint.
1864		*Correio Mercantil* edição 350, p. 2.	Permissão para regressas à França.
1866	Bellas Artes e ladeira da Glória	*Almanak* edição 10, p. 3.	Última menção a Adèle Toussaint-Samson em "indicador de morada de seus principais habitantes".
1865 – 1868	Bellas Artes e ladeira da Glória	*Almanak* 1865, edição 22, p. 81. *Almanak* 1866, edição 3, p. 19. *Almanak* 1867, edição 4, p. 462. *Almanak* 1868, edição 25, p. 480. *Almanak* 1869, edição 26, p. 90.	Nome de Júlio Toussaint ainda aparece nos jornais como professor de dança e no "indicador de morada de seus principais habitantes".
1869	Bellas Artes e ladeira da Glória	*Almanak* edição 26, p. 90	Aparece apenas o sobrenome "Toussaint", como professor de dança, no mesmo endereço.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como conseguimos dados acerca da vida de Adèle Toussaint-Samson pelos jornais fluminenses, seu nome também é muito citado pelos periódicos franceses. Exemplos: o jornal *Le Figaro*, que publicou trechos de seu relato em 1877 (edição 157, p. 5), e *La Gazette des femmes* (1883, n. 6, p. 45), com uma resenha sobre o seu livro.

A partir de periódicos franceses, conseguimos localizar alguns fatos sobre a vida de Adèle Toussaint-Samson à França, e, como noticiou o *Le Figaro*, o trágico acidente da viajante, no dia 12 de outubro de 1911:

> Ontem, um triste acidente afligiu o senhor Toussaint, o excelente tesoureiro de *Comedie Française*. Sua mãe, a senhora Toussaint — a filha do grande Samson —, com a idade de oitenta e dois [sic] anos, aquecia-se, após o almoço, junto à lareira de sua sala, quando algumas brasas em chamas, movendo-se, atearam fogo à sua roupa. Em vão, acudiram-se os seus gritos; a pobre mulher foi seriamente queimada e ontem o seu estado era grave (LE FIGARO, 1911, p. 6).

No dia seguinte, o periódico anunciava a sua morte:

> O cruel acidente de que a viúva Toussaint foi vítima teve as consequências que temíamos. A infeliz mulher morreu ontem à noite com dores horríveis. Ela tinha noventa e dois anos de idade.
>
> O funeral será celebrado amanhã, sábado, às dez horas em ponto, na igreja de Notre Dame de Grâce de Passy [Nossa Senhora das Graças], rue de l'Annonciation [rua da Anunciação]. (LE FIGARO, 1911, p. 6. Tradução nossa).

Para Inês Turazzi, Adèle Toussaint-Samson é "uma mulher de espírito cultivado, hábitos arrojados e língua afiadíssima que se transporta para um espaço-tempo já distante, mas ainda tão presente em suas lembranças". Para nós, Adèle Toussaint-Samson se mostra persistente, teimosa e eloquente (TURAZZI, 2003, p. 36). Seus relatos permanecem preservados e vivos, utilizados para estudar os usos e costumes do século XIX, as visões sobre o Brasil, o olhar do estrangeiro para o país visitado, e ainda, o testemunho de uma mulher que enfrentou as mazelas das viagens transatlânticas e se aventurou em um desconhecido país. Assim, a seguir, localizaremos essas apropriações de seus escritos, dentro e fora da historiografia brasileira.

2.4. Importância e permanência do relato de Adèle Toussaint-Samson para a historiografia brasileira

O primeiro passo que fez com que os relatos de Adèle Toussaint-Samson se convertessem perenes foi, sem dúvida, sua própria insistência em torná-los públicos e acessíveis. Já no ano de 1883 conseguiu publicá-lo pelo jornal francês *Le Figaro*, e consequentemente, pela editora Paul Ollendorff, também francesa. No mesmo ano, seus escritos foram publicados em português em formato de folhetim pelo *Jornal do Commercio* e em livro. Passados quase cento e quarenta anos das suas primeiras edições, os relatos de Adèle

Toussaint-Samson foi reeditado e publicado, novamente, no Brasil pela editora Capivara, em 2003.

Em seu Prólogo, explicitou o quanto foi difícil realizar aquele desejo:

> Se já lhe foi dado, leitor, estar alguma vez em sua vida em busca de um editor, sua simpatia por mim está decerto conquistada, e posso começar o histórico deste livro (...) imaginei que tudo isso pudesse oferecer algum interesse aos meus compatriotas e que facilmente as conseguiria editar. Esquecera completamente os usos e costumes de meu país natal, com bem irão ver. (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 43).

Sua missão foi árdua. Na época, apesar de o assunto Brasil mostrar interesse ao europeu, os editores de livros no Velho Continente, a princípio, não aceitaram divulgar sua experiência de moradia nos trópicos.

Agora, se em páginas anteriores nos concentramos em demonstrar a persistente busca da "verdade" pela autora; daqui em diante visamos evidenciar a persistência de Adèle Toussaint-Samson ao desejar publicar seus manuscritos. Dos dois editores que a parisiense citou sobre isto, cada um deles demonstrou uma abordagem diferente para a recusa de imprimir seus relatos.

O primeiro desses contatos era o redator-chefe de um dos principais jornais ilustrados da época, para quem Adèle Toussaint-Samson afirma não ser uma desconhecida. Nesta conversação, a escritora-viajante recebeu uma resposta vaga e rápida: "Não valia a pena enviar-lhe meu manuscrito, dizia-me ele, porque possuía tantos documentos sobre a América do Sul e já publicara tantas coisas sobre o Brasil, que a matéria lhe parecia esgotada" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 44).

A reação de Adèle Toussaint-Samson ao receber tal resposta foi curiosa. Ela lançou-se a procurar em toda a coleção de livros lançados pela editora daquele redator, já que ela possuía todos os volumes até então impressos, e fuçar *avidamente* seus índices, a fim de encontrar referências sobre o Brasil. No final, deparou-se com três citações. A primeira dizia respeito sobre a data do descobrimento do Brasil e os respectivos nomes dos primeiros navegadores que aqui chegaram e tomaram posse do território. Sobre a seguinte indicação comentou:

> No segundo artigo, que alardeava a pretensão de ser um estudo de costumes sobre a América do Sul, o autor, que tirara seus documentos dos relatos de viajantes enterrados havia meio século, ensinava a mim, que morara doze anos naquele país, uma coisa que ignorava totalmente, isto é, que os habitantes do Rio de Janeiro só iam fazer suas visitas trajados à francesa, calções curtos e tricórnio debaixo do braço. Os do interior, segundo ele, saíam

> para ir à igreja apenas em grandes carretas de duas rodas de madeira, e a gravura que acompanhava o texto representava de fato, a mencionava carreta encimada por uma espécie de dossel, sob o qual mulheres, vestidas de espanholas, estavam sentadas, com pernas pendentes, enquanto negros, vestidos também no gênero dos guerrilheiros, conduziam a parelha de bois; toda essa cena se passava em uma paisagem nua e árida, onde não se viam mais que rochas e areia. Ora, no Brasil, mesmo as rochas são cobertas da mais luxuriante vegetação, os muros das habitações e os telhados são carregados de plantas parasitas. Tudo aquilo era, portanto, absolutamente fantasia. Se algum dia houve algo de verdadeiro no traje dos brasileiros descritos, isso podia remontar a uns sessenta anos pelo menos. No entanto, parece que essas notícias cheias de frescor bastavam amplamente ao assinante parisiense, que se mostrava absolutamente satisfeito com elas (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 45).

Embora o excerto seja longo, este parágrafo de Adèle Toussaint-Samson demonstra o seu descontentamento em relação ao que se lê e observa publicado até então. Para a viajante, ela estava oferecendo a verdade atualizada dos fatos e aquela revista recusou-se, ao menos, de ler suas impressões. Descontente, ela decidiu procurar outra revista que, anteriormente, já havia publicado textos escritos por ela.

Já a segunda experiência diferiu da anterior. Apesar de o editor se mostrar interessado pelo texto de Adèle Toussaint-Samson, as expectativas que nutria por aquela publicação não se concretizaram da maneira que esperava. Na entrevista, o diretor perguntou-lhe: “Há tigres, serpentes, missionários comidos pelos selvagens no que me traz?” Adèle Toussaint-Samson nega tal enredo em seu texto e diz oferecer aos leitores estudos sobre usos e costumes praticados no país que viveu por doze anos, enfatizando que escreveu o que realmente observou e que não inventara nada. A necessidade do diretor em querer “dar emoção” ao seu relato, de certa maneira, enfureceu Adèle Toussaint-Samson, que no final da conversa lhe respondeu: “Então, sirva-lhes tigres; quanto a mim, lamento não ter o menor deles a lhe oferecer” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 46). Isto posto, a viajante deixava novamente a sala de um diretor sem ao menos contar com a leitura de seus manuscritos.

Devido a essas duas tentativas falhas, Adèle Toussaint-Samson pensou em oferecer seus escritos em formato de livro. Procurou um editor e, novamente, seus relatos não foram lidos. Na ocasião, apenas uma série de perguntas foram-lhe feitas. A primeira dizia respeito à quantidade de páginas. A segunda, a respeito de seu título. Após sugestões como “alongar a matéria”, “pode enfeitar?” e conselhos como “se seu assunto comporta mais, cortam-no; se comporta menos, o esticam, e é assim, senhora, que conseguem chegar sem falta a seu fim, não dando a seus editores nem uma palavra a mais nem a menos do que foi estipulado” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 47), das quais a viajante desconsiderava por não querer

alterar “a verdade dos fatos”, Adèle Toussaint-Samson finaliza a conversa com “pensarei com certeza. O senhor quer apenas trezentas páginas e um título; é bem isso, não é? Até mais ver, senhor” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 48), procurando um novo editor.

Em sua segunda procura por um editor de livros, Adèle Toussaint-Samson nem ao menos conseguiu conversar com o responsável, que apenas lhe informou: “Tenho tudo isso para ler antes de me ocupar da senhora, disse-me ele; volte em um ano” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 48).

Por fim, o terceiro editor, a quem Adèle Toussaint-Samson afirmou ter sido muito bem recomendada, decidiu confiar o manuscrito a um de seus examinadores, “que declarou em seu relatório que minha obra não podia convir ao gênero de publicação da casa, mas que era o estilo agradável. Eu era mulher, não se podia conceder-me mais; era já muita honra que se me fazia” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 48).

Ao resumir suas experiências à procura de um editor, Adèle Toussaint-Samson decidiu fechar “tudo isso na escrivaninha, disse-me eu, e não falemos mais nisso” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 49). Entretanto, com a vinda de Dom Pedro II à Paris, Adèle Toussaint-Samson encontrou nova oportunidade de publicar seus escritos. A parisiense escreveu a Villemessant, diretor do jornal *Le Figaro*, perguntando-lhe se teria interesse em publicar um fragmento de suas lembranças do Brasil, em trechos relacionados com o imperador e com toda sua família. Com o aceite do editor, Adèle Toussaint-Samson, finalmente, realizou seu desejo de tornar público seus relatos. O diretor do *Le Figaro* achou seu texto de grande atualidade. Porém, a receptividade proporcionada pelos relatos de Adèle não correspondeu às expectativas esperadas por ela:

> Toda a colônia brasileira residente em Paris alvoroça-se e declara que de modo nenhum acha meu estilo agradável! Eu disse que a raça brasileira era abastardada: é monstruoso! Parece, ao contrário, que ela pode rivalizar, como força e como grandeza, com os mais robustos povos do Norte. Afirmei que o brasileiro era indolente; nada de mais falso: garantem-me que é cheio de energia. Anunciei que era orgulhoso: eleva-se um clamor geral contra essa afirmação, e todos os jornais do Rio de Janeiro põem-me no índex (...) Em suma, eu disse tanto o bem quanto o mal sobre um povo que me é simpático e, sobretudo, não quis exagerar nada (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 50).

Ao fim de seu Prefácio, Adèle Toussaint-Samson descreve — que me arrisco a dizer — uma de suas melhores análises acerca do retrato e daquilo que se espera ver do Brasil oitocentista, tanto em sua forma crítica e literária:

> Quando se representa um brasileiro entre nós, temos o hábito de fazer dele um pele-vermelha, de pôr-lhe joias em todos os dedos e de lhe dar ares de selvagem ou de macaco. Eu quis que ele fosse mais bem conhecido; mostrei-o como é: inteligente, hospitaleiro, muito bondoso em sua família e tendo progredido em vinte anos mais que nenhum outro povo em meio século (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 50).

Por fim, Adèle Toussaint-Samson solicitou ao público o envio de suas impressões de leitura. Mas, em seu final, pediu "aos brasileiros que os recebam bem; pois, o que quer que possam pensar sobre eles, foram escritos por uma pena imparcial, mas amiga" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 51).

Assim como Adèle Toussaint-Samson recebeu várias decepções, mas não desistiu em publicar seus manuscritos, tornando-os presentes; neste subcapítulo propomos pensar a importância dos relatos de Adèle Toussaint-Samson, bem como as razões para sua continuidade ao longo dos anos. Propomos um levantamento das utilizações do relato de Adèle Toussaint-Samson ao longo da historiografia, — e até mesmo em outras áreas acadêmicas — em uma busca por respostas do porquê seu relato foi tardiamente e pouco usado nas pesquisas acerca da escravidão, usos e costumes, questões de gêneros, ruas, paisagens, imagem e autoimagem, etc.; assuntos dos quais, os relatos da viajante expande um grande leque de abordagem. Portanto, faremos uma reconstrução das citações e usos como fonte das suas lembranças ao longo dos anos e como estes relatos foram apropriados.

***

Para estudiosos e leitores do Brasil Império, o nome de Adèle Toussaint-Samson não era estranho. Citada por grandes historiadores, como Emília Viotti da Costa em *Da senzala à colônia* (1966) e, recentemente, Mary del Priore em *Histórias da gente brasileira* (2016), o relato da parisiense já se faz presente, mesmo que gradualmente, em nossa historiografia[38].

A descrição de Adèle Toussaint-Samson ao desembarcar no Rio de Janeiro, e assim, tendo seu primeiro contato com os negros escravizados no Brasil, chamou a atenção de Viotti da Costa: "Conta-nos uma parisiense que esteve entre nós, nos meados do século, que nos braços de negros Minas chegara à terra firme" (COSTA, 1966, p. 227).

[38] O historiador francês Frédéric Mauro, em *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*, também se apropria de um trecho de Adèle Toussaint-Samson para caracterizar a baía do Rio de Janeiro do século XIX. Porém, não o referenciamos no corpo deste trabalho devido a citação de um único trecho dessa autora e com o sentido de a visão da viajante ser do ano de sua publicação (1883) e não do período de estadia (1850-1860): "Em 1883, a senhora Toussaint Samson escrevia" (MAURO, 1991, p. 16).

Deste primeiro contato, Adèle Toussaint-Samson nos diz:

> Essas faluas, uma espécie de grandes barcas com uma altíssima vela latina, são tripuladas geralmente por cinco negros robustos; o patrão mantém-se no leme, enquanto os quatro outros remam lentamente, em cadência, erguendo-se de seu banco a cada remada e voltando a sentar-se para levantar de novo. Essa foi uma das minhas primeiras surpresas, aqueles negros nus até a cintura, de cara achatada e bestial, sulcada por largas cicatrizes (quando são negros Minas), o suor escorrendo pelo corpo, impassíveis como estátuas, olhando-o sem curiosidade e sem espanto, e não parecendo preocupar-se nem com você nem com nada no mundo além de comer e de dormir; aquelas faces estranham impressionam. (…) Os negros lançam-se à água e levantam-me em seus braços robustos para pôr-me em terra, pois as margens da baía são mais um vaso infecto, onde detritos de toda espécie apodrecem exalando emanações nauseabundas (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 72; 74).

Outra citação de Adèle Toussaint-Samson que capta a atenção de Emília Viotti se dá pelo seu zelo ao detalhar uma missa com a presença de negros:

> Não menos penosa, foi a impressão de Madame Toussaint Samson, ao assistir a uma cerimônia de culto realizado em certa fazenda das proximidades do Rio de Janeiro. Dois negros recitaram alguns pedacinhos de latim que um capelão, outrora adido à fazenda, lhes havia ensinado, além de outro que eles próprios tinham composto e que servia de exórdio à ladainha dos santos. Depois do culto que se encerrou com um *Miserere Nobis*, acompanhado da prosternação de todos os escravos, desfilaram eles perante os brancos ali presentes, pedindo-lhes a benção (COSTA, 1966, p. 251)

Na passagem de seu livro, Adèle Toussaint-Samson descreve com atenção e comoção a realização da missa com a presença dos negros:

> Acenderam-se quatro círios, e os dois feitores subalternos postaram-se nos degraus do altar, onde o Cristo aparecia no meio de quatro vasos. Eram esses dois negros que conduziam o ofício à sua maneira: haviam retido alguns trechos do latim que um capelão, outrora ligada à fazenda, então lhes recitava, e com eles haviam composto um outro dos mais pitorescos, que servia de preâmbulos às litanias dos santos. Depois dos *Kyrie Eleison*, eles começaram a cantar em uníssono: 'Santa Maria *Mai Deos, ora pro nobis*'! Então seguiram-se todos os santos do paraíso, os quais acreditaram dever acrescentar mesmo este: 'Santa pé de cana, *ora pro nobis*'! Enfim, seu canto terminou por esse grito dilacerante, que todos lançaram prosternando-se com a face contra o chão: '*Miserere nobis*'! Esse grito comoveu-me até às entranhas, e lágrimas correram silenciosamente de meus olhos, enquanto, depois da reza, os negros desfilavam um a um diante de nós, pedindo-nos a benção, ao que cada um dos brancos deve responder: 'eu te abençoo'. A reza era feita todos os sábados à noite: jamais a pude ouvir sem ficar profundamente impressionada. A visão daquelas misérias e daqueles sofrimentos, e aquele grito de desespero que me parecia elevar-se até Deus,

> tudo aquilo era espantoso e de uma horrível beleza, mesmo do ponto de vista artística. (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 119-120).

Em 1997 é lançado, de título breve, "vago e indefinido", como afirma a própria autora, *Livros de viagem (1803/1900)*, de Miriam Moreira Leite, que permite um grande leque para estudos dos relatos de viagem a partir dos escritos de mulheres. (LEITE, 1997, p. 7). Com este livro, Leite realiza um levantamento de fontes oriundas de relatos de viagem femininos, apresentando dados estatísticos sobre a quantidade de relatos escritos por homens e mulheres. Dentre as mulheres destacadas pela historiadora, Adèle Toussaint-Samson marcou presença.

Em uma das discussões em seu livro, Miriam Moreira Leite aponta que a partir do maior desenvolvimento dos estudos sobre a mulher, possibilitou entender as relações do trabalho doméstico:

> O interesse pela vida cotidiana e pela História Social dos dominados, que vem se desenvolvendo desde a década de sessenta do século XX, teve como um dos resultados a verificação de que, ainda que habitualmente considerado improdutivo, o trabalho doméstico é uma atividade indispensável, atribuída à mulher, quase como missão intransferível. O regime de trabalho escravo no Brasil fez com que mulheres brancas transferissem para as escravas negras essas atribuições, além de outras. (LEITE, 1997, p. 72-73).

Essa estrutura perpetuou a ideia da ociosidade da mulher branca residente do Brasil e contribui para que, ao fim da escravidão, grande parte das mulheres negras caminhou-se para o trabalho doméstico assalariado. A historiadora destaca que Adèle Toussaint-Samson conseguiu descrever e compreender de onde provinha essa qualificação generalizada de ociosa, atribuída à mulher branca brasileira (LEITE, 1997, p. 72-73).

Adèle Toussaint-Samson permitiu pensar sobre esta estrutura e a ociosidade da mulher branca no Brasil de maneira mais ampla e que refletisse sobre coisas que outros viajantes se recusam a escrever ou considerar:

> A brasileira (…) põe o maior empecilho em não ser vista nunca em ocupação qualquer. Entretanto, quem for admitido à intimidade, achá-la-á pela manhã de tamancos, sem meias, com um penteador de caça de vestido, presidindo a fabricação de doces, cocadas, arrumando-os nos tabuleiros de pretos e pretas, que os levam a vender pela cidade, qual doces, qual frutas, qual outros legumes da horta. Logo que estes saem, as senhoras dão tarefas de costuras às mulatas, pois quase todos os vestidos das crianças, do dono e da dona da casa são cortados e cosidos em casa. Fazem ainda lenços e guardanapos de ponto de crivo, que mandam também a vender. Cumprem que cada um dos escravos, chamados de ganho, traga à senhora a quantia designada no fim do dia, e muitos são castigados quando vem sem ela. É isto o que constitui o

> dinheiro para os alfinetes das brasileiras e lhes permite satisfazer as suas fantasias (TOUSSAINT-SAMSON, 1883, p. 66. *Apud*. LEITE, 1997, p. 74).

Prosseguindo em seu livro, Moreira Leite analisa as condições intertextuais que as obras das viajantes escritoras estiveram inseridas. Grande parte dessas obras só foi possível ser publicadas após a morte das autoras ou quando elas ainda em vida se utilizaram de subterfúgios para conseguir publicar de maneira anônima seus escritos, ou quando muito passaram a utilizar na impressão o sobrenome de seus maridos. E para confirmar suas observações, Moreira Leite utiliza uma pequena nota de rodapé publicada pelo tradutor crítico do livro de Adèle Toussaint-Samson, Antônio Estevão da Costa e Cunha, no qual afirma a evidente necessidade dos homens letrados em apontar determinados erros da autora, de modo a desmoralizar e apontar certa superioridade literária: "Eis uma *cousa* que todos nós brasileiros ignorávamos: Niterói já foi capital do Brasil. A autora, se queria escrever conscienciosamente sobre este país, deveria antes de tudo empregar algumas horas em ler a sua história, que não é longa" (CUNHA, 1883, p. 16. *Apud*. LEITE, 1997, p. 104).

Antônio Estevão da Costa e Cunha era professor da instituição primária da corte (TURAZZI, 2003, p. 31). Além de traduzir seus escritos, Costa e Cunha se tornou um porta-voz da indignação patrícia. Com suas notas publicadas com o relato de Adèle Toussaint-Samson para o *Jornal do Commercio*, Estevão Costa e Cunha trazia suas reações e interpretação, posicionando-se como um intérprete que atribuiu sentidos e intenções ao texto original (TURAZZI, 2003, p. 32).

Além da nota supracitada, escolhida por Miriam Moreira Leite, Estevão Costa e Cunha escreveu outras com mesmo tom narrativo. Exemplo: "A autora encarou certas coisas muito superficialmente. Nem o nome de um seu conterrâneo, vocábulo de seu próprio idioma, cuja ortografia os brasileiros têm conservado intacta em respeito à verdade história, mereceu sua atenção" (CUNHA, 1883. *Apud*. TURAZZI, 2003, p. 33).

Essas notas publicadas pelo tradutor, também foram entendidas por Inês Turazzi "como munição para que desqualificasse o retrato do Brasil e dos brasileiros traçado pela autora" (TURAZZI, 2003, p. 33). Em seus escritos, Adèle Toussaint-Samson aponta algumas vezes o quão era sofrível a mistura dos idiomas português e francês, tal qual faziam os seus compatriotas depois de vinte ou trinta anos de estadia no Brasil. (TURAZZI, 2003, p. 33)

Para Turazzi, “neste debate, já tão caro aos brasileiros do século XIX, o juízo crítico comum a todos os viajantes era agravado pelo estilo cortante e perspicaz de uma mulher bastante arrojada para a mentalidade patriarcal de seus leitores deste lado do Atlântico” (TURAZZI, 2003, p. 33).

Na tradução de Antônio Estevão da Costa e Cunha, ele descreve notas de rodapé “desmentindo” ou “desqualificando” os relatos de Adèle Toussaint-Samson, porém, também não nos cabe adotar suas críticas como algo generalizado, nem também como verdade. Suas críticas representam um padrão da época, a visão e recepção que a obra da viajante teve.

Analisando as notas de Costa e Cunha no *Jornal do Commercio,* observamos, ao todo, vinte e oito intervenções realizadas[39]. Apenas na edição 83 não há qualquer comentário. A maioria dessas intervenções são notas de tradução do texto comparando com o original, como “(1) Raizes de frais, diz o original” e “(2) Diz o original: Pot-au-noir” (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 73, p. 1). Outras, são notas corrigindo as informações dadas pela autora, como “(5) As faluas, em geral, têm duas velas triangulares, e ão uma, como diz a autora” (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 73, p. 1).

Porém, alguns desses comentários refletem opiniões desgostosas do tradutor em relação à certas descrições feitas por Adèle Toussaint-Samson em seu relato. Estevão da Costa e Cunha exprime seu descontentamento através de comentários diretos nas notas. Eis algumas delas:

> (6) Eis uma cousa que todos nós Brazileiros ignoravamos: Nitheroby já foi capital do Brazil. A autora, se queria escrever conscienciosamente sobre este paíz, devia antes de tudo empregar algumas horas em ler a sua historia, que não é longa (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 73, p. 1).
>
> (8) Onde viria a autora fazer garrafa de uma moringa?
>
> (10) Dindin, diz o original, que, como se está vendo, é pouco exacto nesta ultima descrição.
>
> (3) Agora são os Inglezes: elles que agradeção. Em todo o caso, ha muita exageração nas palavras da autora, exageração perdoavel, pois conhece-se que escrevem por informações de pessoas pouco escrupulosas. (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 75, p. 2).
>
> (4) Que injuria às familias brazileiras faz aqui a autora, por informações ou desculpas de uma escrava devassa! (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 75, p. 2).

[39] As notas estão distribuídas em: edição 73: dez notas; edição 75: onze notas; edição 80: 4 notas; edição 82: uma nota; 83: zero e; 84: duas notas.

> (5) Os ociosos, os palpavos, sem duvida! (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 75, p. 2).
>
> (8) Neste ponto a autora falla sempre no preterito, isto, é, como que factos que já passárão; mas, tendo escripto seu livro para a Europa, porque não faz esta declaração? Já se não vê mais disso no Brazil, a não ser em lugares remotos, aonde não póde chegar a acção da autoridade. (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 75, p. 2).
>
> (9) Mal informada ainda neste ponto, a autora só nos concede uma pequena colonia de Allemães. Não terá ella noticia de ao menos da de S. Leopoldo? (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 75, p. 2).
>
> (11) outra Inexatidão. (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, edição 75, p. 2).

Podemos verificar que as principais notas de Costa e Cunha estão direcionadas ao conhecimento da História do Brasil e a imagem dos brasileiros. Mesmo em curtas notas, o tradutor demonstra a indignação que sente ao ler que a viajante não sabe o básico do país do qual quis escrever. Desta maneira, temos uma visão de como foi a recepção do livro de Adèle Toussaint-Samson no Brasil, principalmente se considerarmos a influência que Estevão da Costa e Cunha possa ter exercido no periódico.

Mary del Priore, em um trabalho acerca do Brasil império, composto grandemente por fontes oriundas da literatura de viagem, também utilizou um fragmento do relato de Adèle Toussaint-Samson. Diferentemente de Emília Viotti da Costa, o trecho referenciado por Priore se refere a "amores mulatos". Segundo ela, "a ascensão social de mulatos no século XIX impactou as formas de dizer o amor, e sobre esta linguagem conta-nos mais nossa já conhecida Adèle Toussaint-Samson" (PRIORE, 2016, p. 419). Eis o trecho:

> A língua brasileira, com todos os seus diminutivos em *zinha*, *zinhos*, tem uma graça toda crioula, e jamais a ouço sem descobrir um grande encanto; é o português com sua entonação nasal modificada. A língua-mãe abastardou-se evidentemente. 'É uma espécie de patoá', dizem os portugueses. Não importa! Todas as suas denguices lhe caem e dão à língua brasileira um não sei quê que seduz mais ao ouvido do que a língua de Camões. (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 173. *Apud*. PRIORE, 2016, p. 420).

O fato de Mary del Priore utilizar a expressão "nossa já conhecida Adèle Toussaint-Samson" conduz a uma certa relevância que Adèle Toussaint-Samson vem conquistando neste espaço. Por muito tempo ignorada ou sem sua devida importância, Adèle Toussaint-Samson começa a ocupar seu lugar nos meios acadêmicos.

Para Mary del Priore, Adèle Toussaint-Samson

> observa de que maneira nossas formas de dizer o amor impregnavam-se, nesse período, de uma cultura mestiça e mulata. Afinal, já eram trezentos anos de intenso convívio entre brancos, negros e índios, com suas múltiplas consequências, inclusive os 'barões de chocolate' — expressão que designava mestiços abastados de origem africana, agraciados com títulos de nobreza por d. Pedro II. (PRIORE, 2016, p. 420).

Nesta passagem do livro de Adèle Toussaint-Samson, a viajante narrou sua concepção e panorama da literatura produzida no Brasil, tema do qual, Adèle Toussaint-Samson afirma — em sua *opinião* — que o povo brasileiro está atrasado sob o aspecto artístico. Dos poetas existentes, pelo menos dois deles captaram a admiração da viajante: Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães; autores cuja viajante se preocupou em colocá-los e traduzi-los para o francês, no anexo de seu texto. Embora Adèle Toussaint-Samson cite Gonçalves de Magalhães como um de seus poetas brasileiros preferidos, os poemas constantes no anexo são *A canção do exílio*, de Gonçalves Dias, e *O Escravo*, de autoria erroneamente anotada como sendo de Fagundes Varela.

> Creio que ainda não houve mais que uma ou duas obras brasileiras representadas, o que prova que, a despeito do que disso se diga em diversas obras sobre o Brasil, os povos da América do Sul estão ainda muito atrasados sob o aspecto artístico. Têm alguns poetas, porém, dos quais os melhores são, em minha opinião, Gonçalves Dias e de Magalhães. É principalmente a graça que domina no caráter de sua poesia. Apresento algumas delas como exemplo no fim do volume (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 172).

Este é outro tema que a viajante se debruça. Adèle Toussaint-Samson se preocupada em narrar até mesmo suas impressões acerca da vida literária do país. Não poupa elogios a José de Alencar, afirmando que "um dos melhores romances deles é o que tem por título o *Guarani*", obra da qual a viajante acreditava que o autor indianista narrasse de maneira "fiel a vida do índio, a um só tempo poética e verdadeira" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 173).

Adèle Toussaint-Samson apenas tece um breve comentário acerca de José de Alencar, indicando a leitura de *O Guarani* e da novela *Cinco minutos*, do qual: "Traduzi do português uma pequena novela chamada Cinco minutos, que não é desprovida de originalidade; também ela se deve à pena de Alencar, cujo talento é incontestável" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 173)[40].

[40] Embora Adèle Toussaint-Samson cite a tradução da novela, não há, em seu relato, nenhum trecho por ela traduzido. Encontramos a tradução no jornal francês: *Le journal pour toutes*, Paris, 6, 13, 20 e 27 de maio e 3 e 10 de junho de 1865, com o título "*Cinq minutes, nouvelle brésilienne. Traduite du portugais par Mme Adèle Toussaint née Samson*" (MAIA, 2016, p. 300). Disponivel em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1239712/f222.image.r=adele.

A parisiense também capta a atenção de outros estudiosos, principalmente no que se refere a relação de gênero no século XIX. Dentre eles, June E. Hahner propôs refletir sobre a Adèle Toussaint-Samson e seu relato, em que de início afirma: "O primoroso relato de Adèle Toussaint-Samson acerca de sua estadia de dez anos no Brasil continua a ser uma preciosa fonte de discernimento e informação, especialmente no que diz respeito à escravidão e às relações de gênero nos anos 1850" (HAHNER, 2004, p. 34).

Neste ensaio de Hahner, temos um dos primeiros trabalhos sobre Adèle Toussaint-Samson utilizando os periódicos fluminenses como fonte para reconstituir a trajetória de vida da viajante.

Antes disso, em 2003, Inês Turazzi produziu uma curadoria para a nova edição de *Uma parisiense no Brasil* pela editora Capivara. Emília Viotti da Costa cita Adèle Toussaint-Samson em 1966 em *Da Senzala à Colônia*, mas sem apurar aos periódicos da época. Em 1997, em *Livros de viagem*, Miriam Moreira Leite cita as menções do nome de Adèle Toussaint-Samson no *Jornal do Commercio*, mas não adentra profundamente no assunto. Apenas em 2016, com a tese de doutorado de Ludmila Maia, *Viajantes de saias: Gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, Século XIX)*, que vamos ter um trabalho integral com essas fontes.

Em seu trabalho, a historiadora Hahner colocou em xeque uma das confusões comuns com a tradução do texto de Adèle Toussaint-Samson ocorrida para o inglês em 1891. Nesta tradução, realizada por Emma Toussaint, bem como a coincidência de sobrenome, constava a seguinte dedicatória: "a tradução deste livro é um tributo carinhoso a sua autora. O incentivo para trabalhar: a memória da minha querida mãe com o constante encorajamento do seu pai" (HAHNER, 2004, p. 36).

Hahner, em um primeiro momento, pensou que Emma era filha de Adèle Toussaint-Samson, nascida após seu regresso a França, pois, como se observa em seus relatos, Adèle Toussaint-Samson menciona portar um filho de colo quando viajou para o Brasil e, outro, nascido já nos trópicos; porém, não menciona a existência de que tivera uma filha. Nesse impasse, Hahner procurou pistas para se averiguar se Emma Toussaint era realmente filha de Adèle Toussaint-Samson (HAHNER, 2004, p. 36–37). Desta pesquisa, a historiadora descobre:

> Uma vez que a dedicatória de Emma incluiu um lugar, Avenida Aspinwall no Brookline, um subúrbio de Boston, outra linha de investigação foi aberta. Com a ajuda e o esforço dos bibliotecários da Biblioteca Pública do Brookline, que contém cópias, não encontradas em qualquer outro lugar, do almanaque da cidade, o Livro azul do Brokline, voltando ao início do almanaque em 1885, os nomes de residentes desta rua poderiam ser

> rastreados. O catálogo de 1885 listou Winand J. Toussaint como morando no n.º 203 da Avenida Aspinwall. Uma solicitação ao Arquivo do Estado de Massachusetts de certidões de óbito exibiu uma cópia do atestado de óbito deste último, afirmando que Winand J. Toussaint, um viúvo, nascido em Liège, Bélgica, morreu no Brookline em 10 de fevereiro de 1904. Mas Adèle tinha escrito que o seu marido tinha nascido no Brasil. Felizmente, para nos ajudar resolver esta confusão, ainda existem os dados originais e detalhados, nunca publicados, do censo federal americano de 1890 para Massachusetts que indica que vivia na Rua Aspinwall em Brokline um casal Winand e Emily Toussaint, com sua filha Emma. Também indica o censo que Winand como Emily nasceram na Alemanha. (…) Ele [marido de Adèle] não podia ser Winand J. Toussaint, mas outro Toussaint, talvez um parente de Winand, porque a dedicatória de Emma implicava laços íntimos e um relacionamento carinhoso entre essas duas mulheres. E, mais importante, Adèle ainda estava viva quando saiu esta tradução para o inglês. Ela só faleceu em 1911, em Paris, como nos informou o jornal Le Figaro, em outubro daquele ano (HAHNER, 2004, p. 37).

Assim, para averiguar tais informações, Hahner trabalhou com o manuseio de jornais fluminenses para reconstituir a estadia do casal Toussaint no Brasil.

Miriam Moreira Leite e Hahner iniciam seus trabalhos acerca de Adèle Toussaint-Samson, deixando uma porta aberta para novos pesquisadores que visam estudar a literatura de viagem por uma ótica diferente da qual estávamos acostumados, ou seja, pelo olhar de naturalistas e artistas masculinos e brancos.

Seguindo esta premissa, novos estudos vêm sendo realizados como Adèle Toussaint-Samson em seu centro de estudos. O trabalho mais recente a seguir por este caminho é o de Iranildo Mota da Silva, cuja origem está em sua tese de doutorado na área de Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que deu origem a publicação de um artigo em 2020. Intitulado “O negro em Uma parisiense no Brasil: uma imagem em (des)construção no século XIX”, propicia pensar uma análise da (des)construção da imagem do negro no relato de viagem da Adèle Toussaint-Samson (SILVA, 2020). Neste artigo, o autor defende o ponto que, por algumas escolhas lexicais e adjetivos efetuados pela viajante, podemos observar uma (des)construção das imagens do negro.

Além de pensar os relatos de viagem da parisiense como uma fonte para sua reflexão, neste artigo, Iranildo Silva é impulsionado para algumas questões como: “quais as reais imagens (des)construídas do negro nessa obra de Adèle Toussaint-Samson e quais fatores podem ter influenciado a autora nas suas escolhas linguísticas ao construir seu relato?” (SILVA, 2020, p. 196), e para guiar esta premissa, propõe uma análise do relato considerando a construção da imagem da sociedade brasileira, pela visão de Adèle Toussaint-Samson, principalmente a dos negros escravizados, a partir de opções lexicais realizadas pela viajante,

assim como de adjetivos e expressões que utiliza para descrevê-los em alguns outros aspectos relacionados aos seus comportamentos (SILVA, 2020, p. 196-197).

Não apenas temos a utilização dos relatos de viagem da Adèle Toussaint-Samson no campo de Estudos da Linguagem, como, em 2017, Natália Maria de Oliveira defendeu a dissertação de mestrado intitulada *Geografia e literatura de viagem: o legado das mulheres viajantes oitocentistas no Brasil*. Nesta pesquisa, a geógrafa preocupou-se em utilizar os relatos de viagem do Brasil do século XIX como objeto de estudo, visando trazer sua importância para a representação histórica e geográfica da paisagem oitocentista. Das viajantes citadas, temos Marianne North, Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck[41] e Adèle Toussaint-Samson.

Natália Oliveira justifica sua escolha em se trabalhar o relato de Adèle Toussaint-Samson, devido, em parte, ao nível razoável de sociabilidade e educação ofertado às mulheres francesas oitocentistas, e, também, dos

> méritos da própria obra que incluem a adoção de diferentes escalas de observação e descrição dos capítulos, além do enriquecimento de conteúdo por fotografias de autorias diversas. (...) Esta escolha se deu em relação à organização do relato, ao tratamento, ao elemento crítico apresentado, além da riqueza descritiva da paisagem, natural e cultural, associada a fotografias de alguns dos pontos descritos (OLIVEIRA, 2017, p. 52).

Fragmento importante do relato de Adèle Toussaint-Samson para Natália Oliveira são as descrições correspondentes às primeiras impressões acerca das paisagens narrada pela viajante. Destaca-se:

> Enquanto eles [negros escravos] remam para conduzir-nos a terra, dêem uma olhada comigo naquela esplêndida baía, orlada de todos os lados por montanhas cobertas da mais luxuriante vegetação. Esta aqui, toda tortuosa e pontuda, chama-se Corcovado; consagraremos algumas páginas a ela mais adiante. Eis uma outra, quadrada no cume, cujo nome é Tijuca; a cascata nela contida é famosa; é um dos mais belos sítios do Rio de Janeiro. Enfim, a sua esquerda, a montanha de que vêem os finos recortes destacar-se contra o céu é a Serra dos Órgãos, porque, de fato suas cristas parecem ter a forma dos órgãos de uma igreja. (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 73. *Apud*. OLIVEIRA, 2017, p. 91).

[41] Marianne North nasceu no Reino Unido (1830-1890), naturalista e artista botânica, esteve no Brasil entre *1872–1873*. Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck (1798-1875) foi uma viajante belga que iniciou suas expedições após os sessenta anos e esteve no Brasil entre os anos de 1872 e 1873 viajando por Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Minas Gerais (OLIVEIRA, 2017, p. 81).

Para Oliveira, neste trecho

> é possível imaginar, com detalhes, a imagem vista e descrita pela autora. As sensações e as impressões registradas são fundamentais para a análise da paisagem em questão. É possível, inicialmente pelo fragmento citado, visualizar a influência do romantismo na construção do relato analisado. Acredita-se que tal gênero literário seja um moderador entre a observação e a representação espacial. (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 73. *Apud*. OLIVEIRA, 2017, p. 91).

Se em uma abordagem geográfica dos escritos de Toussaint-Samson são relevantes as descrições que a autora promove das paisagens, em uma dissertação de mestrado na área de Letras, em especial em Literatura Francófonas, as informações que Adèle Toussaint-Samson nos proporciona são outras, igualmente ricas. Andrea Reis da Costa defendeu, em 2014, na Universidade Federal Fluminense (UFF), a dissertação *Adèle Toussaint Samson: o olhar da viajante sobre o outro*.

Para Costa, a utilização da narrativa de Adèle Toussaint-Samson não se concentra em um tópico específico, como observado na dissertação anterior, mas, sim, em sua narrativa completa, principalmente nas falas mais convictas de Adèle Toussaint-Samson. São nos trechos que a viajante expressa afincadamente suas opiniões que encontramos a sua subjetividade. Costa propõe analisar a visão que a Adèle Toussaint-Samson possui. Para tal concretização, a autora debruça-se a observar o olhar de Adèle Toussaint-Samson para a escravidão e para as mulheres, assuntos sempre citados por aqueles que leem os relatos da parisiense. Porém, a análise de Costa se detém em observar como é realizado esse olhar e a subjetividade de Adèle Toussaint-Samson perante os acontecimentos que presencia. Nesta questão, sua preocupação centra-se na incessante busca da verdade pela viajante,

> A noção de testemunho se impõe no relato do que ela viu, ouviu e viveu. Para a viajante, é a impressão trazida pelo olhar que permanece, dando ao relato o estatuto de verdade. O fato de ter estado presente, de ter sido testemunha ocular de um episódio ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa o teor incontestável (COSTA, 2014, p. 77).

Esta preocupação de Andrea Reis da Costa é de suma importância para nós que trabalhamos relatos de viagem. Assim como afirmou Stella Franco, os recentes trabalhos que utilizam a literatura de viagem como fonte se preocupam em estabelecer como pontos de partida questões como a discussão sobre as intencionalidades evidenciadas nas entrelinhas do

discurso dos viajantes, o lugar de enunciação do porta-voz daquele discurso ou os interesses particulares que mobilizaram suas representações (FRANCO, 2011, p. 71).

Andrea Reis da Costa destaca:

> Ainda que genuinamente bem intencionada, a autora não consegue evitar a marca de sua própria interpretação, num relato longe de ser neutro. Sem se dar conta, a autora projeta as ideias, prevenções e preconcepções da sociedade da qual ela é oriunda sobre as paragens e o povo que descobre, apropriando-se deles e, de certa forma, recriando-os na manifestação de suas observações. Se Adèle insiste em afirmar que seu relato é fiel, afiançando sua veracidade, a autora passa ao largo da isenção pretendida. Seu relato reflete sua experiência pessoal, e seu discurso, ancorado em preconcepções, é pontuado de críticas, objeções e desaprovação. A autora adapta, recorta, omite ou enfatiza fatos a seu bel prazer. Sua função de narradora a autoriza e garante sua liberdade de exprimir sua experiência pessoal (COSTA, 2014, p. 77).

Destas concepções até aqui citadas, o trabalho de Andrea Costa se torna fundamental para nós, a partir do ponto que propomos discutir o olhar de Adèle Toussaint-Samson sobre a escravidão. Não devemos desconsiderar a subjetividade presente no olhar da parisiense.

Thainã Teixeira Cardinalli, em sua pesquisa, em andamento, de doutorado, *Escalas, temporalidades e sensibilidades: a viagem ao Brasil de Adèle Toussaint-Samson e Simone de Beauvoir*, busca compreender como as viajantes, mesmo em temporalidades distintas, observaram e construíram seus relatos sobre o Brasil, atentando-se para quais lugares, cenas e situações ambas escolheram descrever, para, em seguida, observar as metáforas e figuras de linguagem utilizadas para tais construções de suas experiências.

Deixamos por citar por último o trabalho mais completo, até o momento, acerca da vida e a utilização dos relatos de Adèle Toussaint-Samson. Já mencionado diversas vezes por nós, a excelente tese de doutorado de Ludmila de Souza Maia sobre gênero na literatura de viagem abarca importantes considerações sobre a investigação da relação entre gênero e escrita através das trajetórias pessoais e intelectuais de Nísia Floresta e Adèle Toussaint-Samson durante o século XIX, entre Brasil e Europa. Um dos principais questionamentos que guiou Ludmila Maia na produção de sua tese centrou-se em pensar sobre como o fato de ser mulher exerceu influências sobre suas trajetórias, a produção e a publicação dos textos das viajantes, refletindo a respeito de como “essa condição” implicou em diferenças ou semelhanças em relação aos homens (MAIA, 2016, p. 19). Assim, Ludmila Maia pega um dos múltiplos pontos que Adèle Toussaint-Samson nos fornece, sendo ele, um dos pilares da escrita da parisiense.

Para a historiadora, se torna essencial a pesquisa pela vida e obras das viajantes, uma vez que estuda sobre a relação de gênero e escrita. A partir desta necessidade, o trabalho

primoroso de Ludmila Maia com o manuseio das fontes em periódicos fluminenses, assim como nos *Archives de Paris* e *Archives Nationales* (França), nos possibilitou um maior contato com a viajante. Entender sua trajetória de vida pessoal e profissional nos auxilia a entender os manuscritos de Adèle Toussaint-Samson amplamente.

Uma das considerações que Hahner (2004) aponta é justamente para importância do relato de Adèle Toussaint-Samson em questão de gênero:

> Percebendo-se a si mesma como uma parisiense, não apenas como uma mulher francesa culta, Adèle Toussaint-Samson criticou incisivamente as relações de gênero entre os brasileiros, bem como o comportamento dos homens brasileiros para com as mulheres estrangeiras. (...) Adèle Toussaint-Samson detalhou suas próprias condutas com relação às mulheres brasileiras, de mulheres brancas da mais alta classe e as escravas maltratadas. Ela até mesmo começou seu livro com um conselho a mulheres estrangeiras enfrentando ciladas sociais de atravessar sozinhas o Atlântico num tempo em que poucas mulheres respeitáveis viajavam sem uma escolta masculina (HAHNER, 2004, p. 40).

O interesse de Ludmila Maia em refletir sobre a condição feminina nos relatos de viagem é bastante admissível, fato ao qual Adèle Toussaint-Samson escreve passagens instigantes para uma mentalidade presente em meados de 1850.

Em uma de suas passagens, Adèle Toussaint-Samson nos chama atenção devido a sua reflexão acerca do comportamento da relação entre os homens e as mulheres:

> Quando um brasileiro volta da rua, reencontra no lar uma esposa submissa, que ele trata como criança mimada, trazendo-lhe vestidos, joias e enfeites de toda espécie; mas essa mulher não é por ele associada nem aos seus negócios, nem às suas preocupações, nem aos seus pensamentos. É uma boneca, que ele enfeita eventualmente e que, na realidade, não passa da primeira escrava da casa, embora o brasileiro do Rio de Janeiro nunca seja brutal e exerça seu despotismo de uma maneira quase branda. Tudo isso, aliás, como já disse, está em via de mudar completamente (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 155).

Além deste trecho, Ludmila Maia também observa outras passagens em que Adèle Toussaint-Samson denunciou a condição "submissa" das mulheres brasileiras, em que ela se justapôs, em relato em primeira pessoa, à sua própria situação independente como trabalhadora livre e esposa autônoma. Como observaremos, a seguir, o trecho utilizado por Maia, Adèle Toussaint-Samson conseguiu entrar no âmbito privado das famílias brasileiras e criticar o mau tratamento das mulheres do lar, em uma de suas viagens ao interior da província do Rio de Janeiro, descreve:

> Na noite anterior, eu notara uma jovem mulher branca ou, antes, amarela, de grandes olhos com olheiras, de cabelos mal penteados, que andava descalça, vestida com uma saia malfeita, uma criança pela mão e outra no colo, e supusera que bem poderia ser a mulher do administrador, que, no entanto, tinha roupa fina, um traje decente e um verniz de letras e de ciência (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 142. *Apud*. MAIA, 2014, p. 69).

Ao ouvir os lamentos da mulher que dizia ser tratada "pior do que uma escrava" por seu marido, Toussaint-Samson culpa o atraso da sociedade brasileira. Ela lembra que perguntou à mulher por que aguentava tal humilhação e sugeriu que ela abandonasse o marido e achasse um trabalho pago, porém a mulher apenas respondeu que isso "só [era] bom para as francesas, disse ela enfim, que sabem ganhar seu pão; mas nós, a quem não se ensinou nada, somos obrigadas a ser como criadas dos nossos maridos" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 140. *Apud*. MAIA, 2014, p. 70).

Outras situações em que Maia observa o posicionalmente crítico de Adèle Toussaint-Samson, em relação a sua "condição feminina", são apresentadas quanto às dificuldades e observações de Adèle Toussaint-Samson ao tentar publicar seus escritos:

> No seu retorno definitivo à França, Adèle tentou publicar suas anotações sobre o Brasil, sem obter sucesso, pois tanto em jornais como em editoras, as portas lhes foram fechadas, entre outras coisas pelo fato de ser ela uma '*femme-auteur*': 'Eu era mulher, não se podia conceder-me mais; era já muita honra que me fazia', escreveu Adèle em seu prólogo a respeito do único avaliador que se dignou a ler seu manuscrito, fazendo-lhe uma crítica fundada mais em seu gênero feminino do que em seu estilo narrativo (MAIA, 2016, p. 115).

Destacamos a observação de Ludmila Maia ao analisar a crítica de Adèle Toussaint-Samson quanto à recusa de publicar seus escritos: "se dignou a ler seu manuscrito, fazendo-lhe uma crítica fundada mais em seu gênero feminino do que em seu estilo narrativo" (MAIA, 2014, p. 115).

Segundo Maia, Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta criaram estratégias de gênero para se sentirem respeitadas em uma sociedade diversa de sua origem, em particular, Adèle "Toussaint nunca deixou o espaço da família e seu lugar de esposa, trabalhando sempre do refúgio da casa e da domesticidade" (MAIA, 2016, p. 294).

Por fim, na conclusão, Maia afirma que

> Ao contrário de muitos relatos de viagem que focavam a massa de homens africanos que dominava as ruas do Brasil, Nísia e Adèle entraram na vida doméstica para denunciar os sustentáculos da escravidão. Em vista disso, sua principal contribuição foi divulgar em ambos os lados do Atlântico um lado oculto da vida feminina e do trabalho escravo, que era negligenciado nas sociedades de meados do século XIX no mundo todo (MAIA, 2014, p. 79).

***

Embora citemos muitos trabalhos envolvendo a viajante parisiense, se contarmos com os demais viajantes estudados, Adèle Toussaint-Samson se insere no mesmo contexto e temporalidades parecidas que eles, mas seus estudos ainda são escassos e pequenos se comparados à quantidade massiva que outros viajantes representem.

Segundo Miriam Moreira Leite, dos 150 viajantes levantados em sua pesquisa documental realizada entre 1978 e 1981, foram encontradas 5 mulheres na primeira metade e doze na segunda metade do século XIX (LEITE, 1997, p. 24–43). Se é consenso entre os historiadores que utilizaram Adèle Toussaint-Samson em suas pesquisas, a importância de sua visão a respeito da escravidão, ainda nos falta discutir mais a fundo isto.

Diferente dos autores citados, nossas preocupações estarão voltadas, exclusivamente, a partir do próximo capítulo, na visão de Adèle Toussaint-Samson acerca da escravidão. Afinal, como ela observa o serviço de escravizados no Brasil e de que maneira a violência física praticada contra escravizados radicados na capital fluminense aparece narrada em seus escritos? Portanto, levamos nosso horizonte a observar, através do olhar feminino francês, o cotidiano dos escravizados na cidade do Rio de Janeiro, detendo-nos nos escritos de Adèle deixados sobre a vida dos cativos em suas lides diárias.

Capítulo III

Pela pena de Toussaint

> Em suma, eu disse tanto o bem quanto o mal sobre um povo que me é simpático e, sobretudo, não quis exagerar nada
>
> Adèle Toussaint-Samson

Entre os traços marcante do relato de Adèle Toussaint-Samson está a ambiguidade. A parisiense repudia veemente a escravidão, porém utiliza os serviços prestados pelos escravizados no dia a dia em tarefas domésticas e nos passeios à fazenda que realiza com constância. Em uma de suas passagens, encontramos, por exemplo, a indicação de uma escravizada alugada que utilizava: "Naquele dia, a negra que havíamos alugado caiu doente, e tivemos que devolvê-la ao seu senhor" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 94-95).

Em outro trecho demonstra o uso do trabalho escravizado:

> Aconteceu-me algumas vezes, tendo necessidade dos serviços de minha mucama à noite, procurá-la inutilmente por toda casa. Ela fora encontrar seus irmãos na dança. Nossas portas, no entanto, estavam cuidadosamente fechadas. Pouco lhe importava. Ela passava pela janela (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 133-134)[42].

Segundo Rogério Beier,

> Essa contradição que flagramos nas memórias de Mme. Samson não são exclusivas de uma viajante que passava pelo país, mas é característica de um Brasil que ainda vivia o regime escravista na segunda metade do século XIX, enquanto as nações consideradas mais avançadas da Europa, ou mesmo as

[42] A mucama era a escrava escolhida para os serviços domésticos, que geralmente ficava a serviço da senhora, acompanhando-a quando ela saía, por exemplo (OLIVEIRA, 2015, p. 29).

> recém independentes da América, já haviam deixado-o para trás, adotando o trabalho assalariado (BEIER, 2012, n.p).

O contato, portanto, com a escravidão era recorrente, não precisando sair de sua casa para vislumbrar o cotidiano dos escravizados negros. Porém, como veremos, Adèle Toussaint-Samson escolhe o que deseja contar e como narrar. Assim, este capítulo centra-se em analisar as impressões de Adèle Toussaint-Samson acerca da escravidão citadina no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, a partir do seu relato *Uma parisiense no Brasil*. Nesta parte, exploraremos como ela observa a escravidão e a relação que mantém com ela, confrontando com historiografias consolidadas e recentes acerca do tema e período estudado. Abordaremos, pelo seu olhar, a violência presente nestes escritos e se buscará encontrar possíveis diálogos com os escravizados descritos por ela.

Um dos pontos que Adèle Toussaint-Samson se sobrei em relação a outros relatos de viagens, se dá, além de sua retórica, pela forma como constrói sua narrativa. Nela, notamos uma linha de pensamento bem estruturada: a apresentação do fato narrado e o questionamento acerca da estrutura enraizada no país.

A autora, no prólogo, chama seus relatos de "notas recolhidas durante minha longa permanência no Rio de Janeiro" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 44). Por vezes, atribuindo, também, a designação de "estudos sobre o Brasil" e "esboços sobre os costumes brasileiros", porém, o que temos publicado é uma narrativa concisa e bem estruturada, visando narrar o que vê, tentando manter sua *imparcialidade*. São suas "lembranças e impressões" que são evocadas. Ela é uma escritora, mulher e viajante, e assim quer ser reconhecida. Seu relato não é espontâneo. É montado, pensado, construído e organizado. As frases de "efeito" que utiliza ao decorrer do livro possuem certas intenções: atrair a curiosidade do seu leitor, polemizar com outros autores/viajantes e, principalmente, reafirmar seu discurso.

Portanto, propomos pensar as intencionalidades nas entrelinhas do discurso da viajante. Nesta parte, visamos entender como ela interpreta a escravidão e a traz como destaque. Para analisarmos essa estrutura, selecionamos algumas passagens de seu relato, que, algumas pouco densas, mas necessários à sua leitura.

Na primeira parte deste capítulo, *O cotidiano escravista: esboços sobre os costumes brasileiros*, concentremo-nos em descrever os aspectos gerais da escravidão narrado pela viajante. São diversos fatores observados por ela, como descrições do ambiente da senzala, a violência, alimentação e vestimentas, etc. Aqui, apresentamos a visão da viajante e como ela narra tais fatos. Em seguida, *A escravidão enquanto espetáculo*, observamos como a viajante relaciona sua visão da violência da escravidão como um "espetáculo", assim como

conseguimos identificar as formas de resistências dos escravizados negros. Nesta parte, empreendemos análise livre de seus relatos, buscando relacionar sua visão em concordância com os tópicos discutidos. Tomamos o Brasil visitado pela parisiense, as influências de outros viajantes e autores, sua mentalidade afrancesada e suas próprias aspirações.

3.1. O cotidiano escravista: esboços sobre os costumes brasileiros

Apesar de Adèle Toussaint-Samson escrever assuntos variados sobre o Brasil nos doze anos que por aqui passou, a escravidão foi tema recorrente de suas observações. Concentremos em descrever e agrupar tais relatos acerca deste assunto, de uma forma geral. Separamos alguns trechos onde a viajante narra sobre o universo escravista fluminense. Desta maneira, podemos observar como seu olhar volta-se para estas questões, como a autora interagiu e o recurso narrativo que utilizou para descrevê-los. Pensar a escravidão pelos relatos de Adèle Toussaint-Samson nos possibilita observar as formas evidentes e sutis através de seu olhar e estrutura narrativa que constrói e o cotidiano escravista fluminense do século XIX.

Maria Odila Leite Dias, em *Quotidiano e poder*, afirma que o estudo do cotidiano, sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se avultam formas particulares de resistência e luta e, da mesma forma, o estudo do cotidiano dos escravizados vem desvendando uma experiência cumulativa de improvisação, aculturação e resistências ao poder. Portanto, incorporar "à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo" (DIAS, 1995, p. 14-15).

3.1.1. Descrições físicas, vestimentas, alimentação e impressões sobre os escravizados negros

Uma das primeiras descrições que Adèle Toussaint-Samson faz da escravidão se dá pelo seu primeiro contato com os escravizados ao chegar no Rio de Janeiro, descrevendo-os como "negros robustos", que andavam

> nus até a cintura, de cara achatada e bestial, sulcada por largas cicatrizes (quando são negros *Minas*), o suor escorrendo pelo corpo, impassíveis como estátuas, olhando-o sem curiosidade e sem espanto, e não parecendo preocupar-se nem com você nem com nada no mundo além de comer e dormir, aquelas faces impressionam (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 72).

Neste trecho, identifica que os negros com cicatrizes são os chamados negros minas. Segundo Luis Nicolau Parés, o termo "mina" foi, inicialmente, utilizado para designar os africanos embarcados no castelo de São Jorge, posteriormente, tornou-se uma expressão genérica para denotar qualquer escravizado trazido da Costa da Mina, transformando-se, assim, em uma categoria mais popular para identificar os "africanos ocidentais" no Brasil. Porém, segundo o autor, os nomes de nação adquiriram conteúdos distintos segundo as diferentes épocas e regiões, como exemplo, na Bahia oitocentista, *mina* podia, também, referir-se a africanos embarcados em Popo Pequeno (PERÉS, 2018, p. 79).

Segundo Robin Law, no que tange à terminologia das etnias africanas nas Américas, em alguns contextos, o termo "mina" indica especificamente pessoas vindas da Costa do Ouro. No Brasil, o termo era aplicado, em alguns lugares, aos que falavam as línguas gbe. Porém, em suas análises, Law afirma que o termo "mina", era mais usado para abranger diferentes povos do que para identificar os de língua gbe, em especial (LAW, 2005, p. 108-111).

> 'Guiné' e 'Mina', sem dúvida, representavam as áreas a oeste e a leste da África Ocidental, respectivamente, e 'Mina' era, por conseguinte, toda a costa da África Ocidental, da Costa do Ouro para leste Dado o padrão dos embarques de escravos no tráfico atlântico, em meados do século XVIII, os 'minas' do Rio de Janeiro devem ser predominantemente de língua gbe, mas, no século XIX, passam a predominar os que falavam iorubá. Na Bahia, entretanto, onde predominou a população da costa ocidental africana, e onde, consequentemente, a terminologia étnica era mais diferenciada, os 'minas' eram apenas um grupo entre as muitas nações da África Ocidental ali identificadas e arrolados em separado não só os de fala gbe, chamados 'geges' (mais tarde escrito 'jejes', entre os quais estão tanto os fon/daomeanos quanto os mahi), como os iorubá, também chamados 'nagôs'. Ainda na Bahia, Rodrigues identificou dois subgrupos 'minas': os 'minas-santés', isto é, achanti, e os 'minas-popós', que ele corretamente identificou como sendo de língua akam/ga, que se estabeleceram a leste do Rio Volta, no Popó Pequeno (LAW, 2005, p. 112).

Algo que Adèle Toussaint-Samson explica, aos seus leitores, o que era o termo naquela época: "Ao longo de toda a rua, nos degraus das igrejas ou à porta das lojas, estão acocoradas grandes negras *Minas* (os *Minas* são originários da província de Mina, na África ocidental)" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 80).

Em outro trecho, Adèle Toussaint-Samson caracteriza as negras minas da seguinte forma:

> Na frente do palácio, encontra-se o Mercado, que é realmente um dos locais mais pitorescos da cidade. Ali, grandes negras *Minas*, com a cabeça ornada de uma peça de musselina formando turbante, o rosto todo cheio de incisões, usando uma blusa e uma saia por toda vestimenta, estão acocoradas em esteiras junto de suas frutas e de seus legumes; ao lado delas, estão seus negrinhos, inteiramente nus. Aquelas cujos filhos ainda mamam, carregam-nos às costas por um grande pedaço de pano raiado de todas as cores, com o qual fazem dar duas ou três voltas em torno do corpo, depois de ter previamente posto o filho contra suas costas, as pernas e os braços afastados; o pobrezinho permanece assim o dia todo, sacudido pelos movimentos de sua mãe, o nariz colado às costas dela; a cabeça, quando ele dorme, não tendo nenhum ponto de apoio, rola constantemente da direita à esquerda; suas perninhas estão tão afastadas pela forte curvatura lombar da negra que muitos conservam por toda a vida as pernas arqueadas (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 75-76).

O xale de tecido que atava os bebês às costas e braços das mulheres que uniam trabalho e proximidade com as crianças, foi uma verdadeira reinvenção das mulheres africanas que permitiu aliar sobrevivência de seus filhos sem prejudicar o trabalho. Os panos-da-costas, manuseados em torno dos ombros e para prender os filhos ao dorso, eram produzidos nos teares da África ocidental, caracterizava-se entre os bens valiosos das mulheres desde os testamentos dos finais do século XVIII (TELLES, 2018, p. 278).

A fotografia, como mencionamos, é uma grande aliada de Adèle Toussaint-Samson para ilustrar os escravizados negros no Rio de Janeiro. Após descrições, a viajante tem o cuidado de selecionar uma fotografia que *confirme* sua narrativa.

Ao descrever as mulheres negras com seu filho, em que "uma grande peça de musselina é enrolada duas ou três vezes em volta de sua cabeça em forma de turbante, e uma outra peça de pano raiada é lançada sobre seus ombros para cobrir quando sentem frio ou para cingir suas costas quando carregam um filho" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 80-82), Adèle Toussaint-Samson anexa uma fotografia de Christiano Júnior para ilustrar e proporcionar aos leitores uma ideia de como seria tal prática[43].

[43] Na versão de 1883, *Une parisienne au Brésil*, não há os créditos nas imagens. Já na edição de 2003, Turazzi atribui a autoria a José Cristiano de Freitas Henriques Júnior, o conhecido Cristiano Junior, que nasceu em 1832 na Ilha das Flores, em Açores, Portugal (TURAZZI, 2003, p. 83). Ele veio para o Brasil em 1855, junto de sua esposa Maria Jacinta Fraga. O fotógrafo, assim como outros de sua época, preocupou-se em explorar e comercializar o "exotismo" brasileiro na face da escravidão (SOUZA, 2011, p. 141), e, segundo Pedro Vasquez, "foi aquele que o fez de forma mais sistemática e despiedada" (VASQUEZ, 2002, p. 23. *Apud.* SOUZA, 2011, p. 141). O que diferencia seu trabalho dos demais fotógrafos da época, na sua passagem pelo Rio de Janeiro, são os retratos da população cativa da cidade (LEITE, 2011, p. 32).



Fonte: CHRISTIANO JÚNIOR. Minha Negra Romana. *In*: TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2003, p. 83.

IMAGEM 9
Christiano Júnior: *Ma Négresse Romana*

Na fotografia, temos uma mulher negra, vestindo roupas brancas, com seu turbante, entre as costas, encontra-se uma criança atada por um enorme lenço em volta de seu corpo, um braço apoia a esteira de frutas — o que a caracteriza como uma vendedora de frutas —, enquanto mantém a outra mão livre. Diferente da imagem de Henschel, citada no capítulo anterior, o cenário desta fotografia é vazio. Não há ornamentos em volta da mulher, apenas sua figura, destacando a forma como carrega o filho e conduz seu trabalho sem que ambos se interfiram. Outro fator a se observar, é o cobrimento por completo dos pés da jovem. Em muitas imagens de Christiano Jr., os pés são deixados à mostra, descalços, denunciando a condição de cativo do modelo. Ao observar o fundo, com menos informações, podemos entender como a composição, feita por Christiano Jr. relaciona "a jovem, o menino e a cesta de frutas como uma encenação própria de ambientes externos" (CARDIM, 2012, p. 26).

> Dentre o material deixado por Christiano, os retratos de corpo inteiro são aqueles que mais nos chamaram a atenção, são neles que vemos os negros executando os mais diferentes ofícios, típicos dos escravos de ganho: vendedores de frutas, barbeiros, amoladores de facas, carregadores, entre outros. Estas imagens são vendidas no comércio local e servem como uma espécie de souvenir dos trópicos, sobretudo, útil ao imaginário que acompanha os viajantes que por aqui passam. A forma de compor a imagem, deixando quase sempre o fundo sem nenhuma informação, permite que o modelo, no primeiro plano, ganhe destaque (LEITE, 2011, p. 34).

Na primeira metade do século XIX, a presença de escravizados negros nas ruas do Rio de Janeiro foi um fenômeno muito comum, onde uma parcela considerável destes grupos, eram constituídas pelos escravizados de ganhos[44], desenvolvendo diversas modalidades de comércio ambulantes, carregando suas mercadorias em cestos e tabuleiros à cabeça, ofereciam, até mesmo, no transporte de pessoas em seus ombros pelas ruas das cidades, carregando em suas cabeças barris com os dejetos das residências que a noite eram jogados ao mar e estavam, sempre oferecendo seus serviços em quaisquer eventualidades (SOARES, 1988, p. 107-108).

[44] Escravizado de ganho era o "escravo que, nos centros urbanos, trabalhava ao mando do seu senhor prestando, algum tipo de serviço. Ele poderia ser vendedor ambulante, quitandeiro, carregador, etc. Ao final do dia, semana ou mês, pagava um determinado valor ao seu senhor. Podia morar, ou não, junto ao seu senhor; ficando com uma parte do ganho. Neste caso, deveria utilizar o dinheiro para seu próprio sustento. Alguns usavam seus ganhos para a compra de sua liberdade. No Rio de Janeiro, por exemplo, o proprietário que fosse colocar seu escravo ao ganho deveria primeiramente obter uma autorização junto à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Caso o escravo de ganho não tivesse a licença, esse era recolhido ao Depósito Público e o senhor deveria pagar uma multa" (OLIVEIRA, 2015, p. 18).

> Negras cobertas de andrajos, outras seminuas, tendo por vestimenta apenas um lenço atado atrás do pescoço e sob os seios, que mal velava seu colo, e uma saia de chita, cujos rasgos deixavam ver seu pobre corpo descarnado (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 119).

Outro trecho tocante as vestimentas dos escravizados, ocorre, ao narrar, a participação dos negros no Exército. Adèle Toussaint-Samson chasqueia da forma como os negros aparecem vestidos:

> Nada é mais singular que um negro vestido de soldado; lembra aqueles macacos com roupas de general, que nossos tocadores de realejo conduzem pelas ruas e aos quais fazem executar manobras (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 171).

Essa forma de "ridicularizar" as vestimentas dos escravizados aparece, também, no seguinte trecho:

> Fui tomada, ao vê-lo, de uma enorme vontade de rir, que tive muita dificuldade de conter todo o tempo da viagem, toda vez que meus olhos voltavam-se para sua ridícula vestimenta, que lembra as elucubrações fantasistas de Chicard (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 112)[45].

Sobre esta maneira de se vestir nas fazendas, destacamos o estudo de Isabela Suguimatsu, sobre as vestimentas dos escravizados no século XIX:

> Por meio do trabalho nas roças ou nas atividades urbanas, os escravos usavam o que conseguiam acumular para, entre outros destinos, comprar itens do vestiário e ornamentos. Pegavam roupas velhas dos senhores e as transformaram. Faziam suas próprias roupas e joias para além dos materiais que lhes eram ofertados. Combinavam, assim, as escolhas impostas pelos seus senhores às pessoais, essas muitas vezes guiadas por memórias e práticas de seus antepassados africanos (SUGUIMATSU, 2019, p. 54).

No trecho seguinte, podemos observar uma crítica que Adèle Toussaint-Samson faz sobre as caracterizações dos brasileiros por outros viajantes:

> Quando se representa um brasileiro entre nós, tem-se o hábito de fazer dele um pele-vermelha, de pôr-lhe joias em todos os dedos e de lhe dar ares de selvagem ou de macaco. Eu quis que ele fosse mais bem conhecido; mostrei-o como é: inteligente, hospitaleiro, muito bondoso em sua família e tendo progredido em vinte anos mais que nenhum outro povo em meio século. Permita-me ele, portanto, dizer-lhe seus defeitos assim como suas qualidades, a fim de que a imparcialidade empregada em meu julgamento dê a esse juízo

[45] Chicard é um personagem do carnaval francês muito em voga na segunda metade do século XIX (TURAZZI, 2003, p. 112).

> todo seu valor. Que ele saiba ouvir a verdade, é o sinal da força moral (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 50).

Neste caso, a viajante tenta polemizar com outros relatos de viajantes, amplamente difundidos na França. Afirma que seus relatos, *diferentes dos outros*, por possuíram uma visão que abarca tanto os defeitos quanto as qualidades da sociedade brasileira, os tornam "imparciais". Neste trecho, confrontando com um já citado aqui, notamos uma certa ambiguidade da autora — ou intenção? — em distinguir a população brasileira dos escravizados: "Nada é mais singular que um negro vestido de soldado; lembra aqueles macacos com roupas de general, que nossos tocadores de realejo conduzem pelas ruas e aos quais fazem executar manobras" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 171).

Se no primeiro trecho a autora critica a forma de comparar os brasileiros como um "pele-vermelha" e lhes dar ares de "selvagem ou de macaco", neste último, a viajante compara, explicitamente, um escravizado ao animal. Se no primeiro, ela afirma que quis mostrar os brasileiros como são: "inteligentes", "hospitaleiros" e "bondosos com sua família", no segundo, a autora não só desumaniza os escravizados, mas também os relega a "executores de tarefas". A analogia fica clara: O escravizado é o animal que realiza as tarefas a mando de seu "senhor". Ele não precisa pensar, apenas fazer aquilo que lhe é designado.

Adèle Toussaint-Samson também se preocupou em descrever como era a alimentação dos escravizados, fornecendo, em detalhes, não só os alimentos consumidos por eles, mas a forma de se alimentar e as relações na cozinha. Segundo a viajante, há sempre duas cozinheiras em uma fazenda: uma direcionada ao preparo alimentar dos negros e, outra, para a dos brancos. Com curiosidade, Adèle Toussaint-Samson adentra na cozinha dos negros e observa:

> duas negras diante de dois imensos caldeirões, um dos quais continha feijões e o outro, angu. Prontamente, cada escravo chegava, com sua cabaça na mão; a cozinheira ali despejava uma grande colherada de feijões, acrescentando um pequeno pedaço de carne seca da mais baixa qualidade, bem como um pouco de farinha de mandioca para polvilhar tudo; a outra distribuía o angu aos velhos e às crianças. Os pobres escravos iam-se com aquilo, murmurando bem baixo que a carne estava estragada ou que não era suficiente (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 122).

Ao observar tal refeição realizada pelos escravizados, Adèle Toussaint-Samson escarnece que "nossos cães por certo não iam querer saber daquela comida", e, ainda, culpa a alimentação pela desnutrição das crianças: "negrinhos de três a quatro anos, inteiramente nus, arrotavam suas rações de feijões, que seus frágeis estômagos mal podiam digerir; por isso,

quase todos tinham barrigas grandes, cabeças enormes, pernas e braços franzinos, enfim, todos os sinais do raquitismo" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 122).

No levantamento realizado por Josephina Chaia e Luís Lisanti sobre *O escravo na legislação brasileira*, observa-se que "no que tange a *higiene* é possível dizer-se que muito pouco se preocupou o legislador com o escravo, o mesmo ocorrendo com os problemas de *alimentação*, totalizando ambos cerca de uma dezena de textos legais" (CHAIA; LISANTI, 1971, p. 242. Grifo dos autores)[46].

Dentre as leis observadas pelos estudiosos, a Decisão n. 151, de 25 de agosto de 1829, sobre a ração a ser distribuída aos escravos da Fazenda Pública, estabelece:

> Por dia cada uma ração.
> Carne seca 3/4 de Ib., ou 1 lb. de carne fresca.
> Toucinho 1 onça.
> Feijão 1/120 de alqueire.
> Farinha 1/40 de dito (CHAIA; LISANTI, 1971, p. 243).

Ao calcular o total calórico obtido pela ração atribuída para um dia, teríamos um total de 5.546 calorias, pressupondo, assim, um forte consumo calórico, o texto, de um lado, exagerava a atribuição do total de ração alimentar ultrapassando largamente as necessidades do organismo, por outro, é provável que a lei não fosse obedecida uma vez que a mortalidade era alta entre os escravizados (CHAIA; LISANTI, 1971, p. 243).

A viajante descreve os alimentos e pratos preparados ali, aos quais são servidos aos escravizados da fazenda: feijão, carne seca e farinha de mandioca. Esses mesmos alimentos são referenciados outras vezes durante seu relato. Ao narrar uma ida ao mercado de peixes, Adèle Toussaint-Samson descreve os alimentos ali vendidos, que "abundam sardinhas, camarões, ostras e peixes deliciosos, que são comprados vivos", "e negras que lhe servem por *un vintem* (um vintém), uma tigela de café quente, ou então batatas fumegantes, sardinhas e angu (farinha de mandioca misturada com água fervente e sal, formando uma papa muito espessa)", concluindo que, ali, onde "também são vendidas as maçarocas de milho e a feijoada", está "tudo que constitui, no Brasil, uma refeição de negros e mesmo dos brancos de classe inferior" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 77-78).

[46] Neste estudo foram inventariados 884 textos legais de todo gênero no período entre 1808 e 1889, a fim de ordenar de modo sistemáticos os textos de leis sobre os escravizados negros (CHAIA; LISANTI. 1971).

Os alimentos citados, mandioca, milho e feijão, fizeram parte da construção da história da Brasil, e suas relações estão intrinsecamente ligadas aos escravizados negros e indígenas no país.

A mandioca era o principal produto agrícola indígena, sendo incorporado na cozinha brasileira desde do início do processo de colonização. O seu uso necessitava de técnicas avançadas ensinado pelos índios. Desde do início da colonização, a mandioca chamou atenção dos portugueses por sua facilidade de manipulação (plantio e colheita), além do fato de ser boa para comer:

> Mais que qualquer outro alimento, a farinha de mandioca acompanhou a formação do povo brasileiro. Adotada pelos portugueses, era a "farinha de guerra", que os acompanhava nas expedições que desbravaram o território do viria a ser o Brasil. Nessas incursões, roças de mandioca eram deixadas ao longo do caminho para que, ao retornarem, fosse possível realizar a colheita, garantindo, assim, a alimentação e o sustendo da volta (MACIEL, 2004, p. 31).

No interior do Brasil, local onde o clima não contribuía para o plantio da mandioca, a presença e a importância do milho se sobressaiu. O seu consumo passou a ser maior no sertão nordestino e no Planalto Paulista. "No sertão nordestino, o curto período de chuvas permitia uma colheita abundante de milho, enquanto a mandioca, embora sobrevivesse à seca, não produzia a contento" (KHATOUNIAN, 2012, p. 69).

> Ambos, contudo, eram produtos trabalhosos e de armazenamento curto, que exigiam a dedicação, o tempo e o talento das mulheres, característicos de assentamentos agrícolas estáveis e bem sedimentados. Para o abastecimento alimentar da região das minas convinham produtos concentrados, de pouco volume, fáceis de transportar e armazenar. Assim, estabeleceu-se o fornecimento de milho em grãos, que para ser transformado em comida, era reduzido a farinha em uma má, daí o resultando em fubá. Os índios não conheciam nem angu, nem fubá. Ambas as palavras, angu e fubá, são de origem africana, dos escravos levados a trabalhar nas minas (KHATOUNIAN, 2012, p. 73).

Em outra observação, onde Adèle Toussaint-Samson também presencia as práticas *de se* alimentar dos escravizados, a viajante relata um preparo improvisado por eles, em uma de suas explorações pelo Rio, "no qual aqueciam os *feijaões* [feijões], que polvilhar com farinha de mandioca; depois amassando tudo com as mãos e formando bolinhos, começaram a lançá-los à boca com grande destreza." A autora chama esses bolinhos de "sua feijoada", dessa forma,

os caracterizam como um prato típico dos escravizados (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 90-91).

Essa "falta de modos" que a Adèle Toussaint-Samson observa, amassando o feijão com a farinha, era visto, pelos olhos da corte portuguesa da época, cheios de conceitos e preconceitos (KHATOUNIAN, 2012, p. 79). Segundo Maria Eunice Maciel, embora alguns enfatizem que a origem desses grãos seja americana, não há consenso quanto ao assunto. Quando os europeus vieram para o Brasil, já tinha algumas espécies conhecidas pelos indígenas no litoral, porém, não faziam parte significativa da rotina alimentar. No Brasil, o gênero que predominou foi o *Phaseolus*, devido ao seu fácil cultivo, e passou a ser produzido de norte ao sul, embora houvesse preferências regionais quanto ao seu tipo, como o carioca, branco, vermelho, etc. (MACIEL, 2004, p. 31-32).

Sobre a "feijoada" citada pela viajante, há polêmica quanto a sua origem. Em uma das versões mais conhecida, ela se situa nas senzalas. Segundo tal versão, ao carnearem um porco, "os senhores reservavam para a Casa Grande as partes consideradas mais 'nobres' (como o pernil e o lombo) e enviavam à senzala as partes desprezadas (como patas, pele, orelha e rabo). Lá, essas partes seriam misturadas ao feijão, dando origem à feijoada" (MACIEL, 2004, p. 34).

A viajante também observou as formas como os escravizados buscavam complementar a precária alimentação:

> O moleque mais saudável da fazenda é, sem dúvida, o vaqueiro, porque não esquece de si e ordenha as vacas por sua própria conta, *longe dos olhos do feitor*. Assim, algumas vezes aconteceu de, com quatro vacas, mal se ter leite indispensável às necessidades da habitação, *tendo os negros se apoderado um pouco demais, e o vaqueiro foi punido*. Contudo, quando *se via a alimentação* dada àqueles pobres infelizes, *não se podia reprová-los muito por procurar completá-la o melhor que podiam* (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 121-122. Grifo nosso).

Neste trecho, Adèle Toussaint-Samson apresenta três atos: 1. Ação: "longe dos olhos do feitor" o "moleque" "não esquece de si" e "tendo se apoderado um pouco demais"; 2. Consequência: "o vaqueiro foi punido" e; 3. Conclusão: "quando se via a alimentação dada àqueles pobres infelizes, não se podia reprová-los muito por procurar completá-la o melhor que podiam".

Essa forma de narrativa é constante em seus relatos. Sendo uma *femme de lettres*, Adèle Toussaint-Samson sabe como construir seu discurso: ela apresenta o ambiente e a situação que se encontra e um fato que chama a atenção de seu leitor — apresentando motivos e consequências — para, no fim, refletir e concluir sobre a situação. Embora a autora diga,

constantemente, dizer a *verdade* e ser *imparcial*, notamos haver momentos que ela induz seus leitores a compartilhar a *sua* visão do evento.

Outro ponto a se pensar sobre este trecho, deve ao fato de Adèle Toussaint-Samson chamar o vaqueiro de "moleque". Conforme Maria de Fátima Neves, referindo-se às crianças escravizadas, as idades delas aparecem escalonadas, as "crias de peito" eram os bebês até um ano, as "crias de pé" eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar. Os termos "menino" e "menina" eram usados para designar as crianças até aproximadamente oito anos, e por fim, "moleque" e "moleca", indicavam que a criança tinha entre treze e catorze anos (*Apud.* TEIXEIRA, 2007, p. 60). Aos sete ou oito anos, as crianças escravas passavam a trabalhar no serviço mais pesado e regular, por volta dos sete ou oito anos. Aquelas que viviam na casa do senhor passavam a desempenhar funções específicas para sua idade ou já eram treinadas para funções que praticariam a vida toda (MOTT, 1898, p. 88). Já por volta dos 12 anos, a criança escravizada passava a acompanhar os mais velhos em tarefas mais pesadas, e aos 14, a maturidade dos jovens trabalhadores era considerada completa, e o valor de compra e venda dos moleques e molecas aumentavam consideravelmente (ARIZA, 2018, p. 171).

Esta questão nos chama a atenção, devido como Adèle Toussaint-Samson utiliza neste trecho. Ao começar "o moleque da fazenda", temos a concepção que Adèle Toussaint-Samson não está se referindo à um homem adulto. De acordo com outras passagens, ao se referir a um adulto, a viajante utiliza o nome do escravizado ou abreviação do nome ou "senhor", "mulher" e/ou "jovem mulher" e "velho", quando se refere aos negros idosos. Temos, portanto, a função de vaqueiro dada ao "moleque", que devia ter entre treze e catorze anos. Porém, ao referenciar que ele foi punido, a viajante menciona a sua função de "vaqueiro", culpabilizando "os negros que se apoderaram um pouco demais" — utilizando no plural — como se "moleque" e "vaqueiro" fossem duas pessoas distintas. Distanciando, assim, dos olhos menos atentos, seus leitores da informação das punições cometidas aos mais jovens.

Segunda Marília Ariza, os castigos não eram poupados às crianças escravas. Nem sequer pelas crianças brancas que "na mais tenra infância os recebiam de presente, e para quem serviam de pajem, brinquedo e alvo de precoces tiranias". Surras de vara, golpes de palmatórias, e outras variedades de pancadas reais e simbólicas eram aplicadas nas crianças escravas (ARIZA, 2018, p. 173).

Marília Ariza também complementa que, por longo tempo, foi comum dizer-se que as crianças eram contempladas com mimos e regalias de seus senhores, principalmente das senhoras. Porém, em sua função de pajem, por exemplo, as crianças escravas que ainda mal conseguiam ficar de pé, andando livremente nos espaços domésticos, "distraíam proprietários

de suas rotinas maçantes. Já ficou claro, contudo, que sob a aparência da afeição escondiam-se relações desiguais e violentas" (ARIZA, 2018, p. 173).

Além de descrições que envolvem a fisionomia, vestimenta e alimentar, Adèle Toussaint-Samson apresenta algumas descrições "morais" dos escravizados, principalmente das mulheres, como nos trechos a seguir:

> Nada mais devasso que essas negras *Minas*: são elas que depravam e envenenam a juventude do Rio de Janeiro; não é raro estrangeiros, principalmente ingleses, sustentá-las e fazer loucuras por elas (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 84).

> Quando essas criaturas são desejadas, não se precisa mais que lhes fazer um sinal, elas o seguem. Algumas tive em minha casa que, terminado seu serviço, desapareciam à noite para entregar-se a esse belo comércio e achavam muito estranho que as repreenderam por isso. Respondiam simplesmente: 'É preciso que eu vá ganhar com que comprar uma peça de renda! Nossas patroas brasileiras não são como a senhora, e nos deixam algumas horas para isso toda a noite' (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 84).

Segundo Sheila Faria, as escravizadas dedicadas ao comércio e à prostituição foram as que mais condições tiveram de pagar por sua liberdade[47]. Estavam elas, portanto, triplamente estigmatizadas na sociedade que as cercava: pela cor da pele, relacionada à escravidão, pelo "defeito mecânico", condição vil, e pela prostituição, repúdio religioso (FARIAS, 2000, p. 81).

Alguns trabalhos resgatam teses e documentos de médicos do século XIX que buscaram compreender o crescimento da prostituição no Rio de Janeiro. Um destes trabalhos é o de Luiz Carlos Soares, *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*, de 1992. O historiador resgata a tese do médico Herculano Augusto Lassance Cunha, intitulada *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*, em 1845, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual tentou explicar as causas da prostituição enquanto um fato social. Para o médico, no caso do Rio de Janeiro, a mais importante *causa específica* da prostituição seria a escravidão, pois ela, continha "em si a semente de outros males que na Europa [descendiam] de outras causas" (SOARES, 1992, p. 19). Porém, Soares questiona tais posicionamentos de Lassance:

[47] Segundo Mieko Nishida, em seus estudos sobre a alforria de escravizados em Salvador, por exemplo, constatou uma predominância de mulheres entre os alforriados e a forma mais comum de obtenção da liberdade entre os escravizados ocorreu por meio da auto compra (NISHIDA, 1993, p. 247).

> o Dr. Lassance Cunha, ao falar sobre os malefícios da escravidão para o Brasil, *seguia a mesma argumentação que os setores liberais brasileiros do século passado usavam para combater aquela instituição e os seus diversos efeitos negativos*, na qual praticamente eximiam de culpa os senhores de escravos pelos problemas sociais criados. Assim, os malefícios gerados pela escravidão teriam existido muito mais pelo estado 'bárbaro' dos negros trazidos para o país, pois ignoravam completamente os princípios morais, culturais e religiosos da civilização ocidental. Foram estes liberais que, desde meados do século passado, propuseram reformas para a abolição gradual do cativeiro, conjugada a uma política de 'branqueamento' do país, a partir do fomento à imigração de trabalhadores europeus, o que, inclusive, contribuiria para a melhoria do nível cultural da população brasileira (SOARES, 1992, p. 21. Grifo do autor).

Para Lassance Cunha, a prostituição clandestina era aquela exercida por mulheres que não viviam somente da prostituição, sobretudo, as escravizadas:

> Tanto as cativas que saíam às ruas, executando seus serviços fora do controle de seus senhores, como aquelas que ficavam em casa, empregadas nos serviços domésticos, exerciam clandestinamente o meretrício. As escravas domésticas chegavam a atrair os seus senhores, que abandonavam suas esposas pela sensualidade das 'imundas senzalas' (*Apud*. SOARES, 1992, p. 61).

Subscrevemos, seguidamente, ao que Soares afirma

> Entretanto, nos parece bastante equivocada a posição do Dr. Lassance Cunha ao focalizar o relacionamento extraconjugal dos senhores com as suas escravas como uma forma de prostituição (...) O Dr. Lassance Cunha, inclusive, não mencionou o fato de que muitos senhores frequentemente mantinham relações sexuais com suas cativas baseando-se no princípio de sua autoridade, que elas deviam obedecer cegamente, ou empregando métodos violentos para coagi-las (SOARES, 1992, p. 61).

Neste tocante, evidenciamos o seguinte trecho de Mme. Toussaint:

> Quase sempre, as negras da habitação são escolhidas entre as mais bonitas, e são elas que dão nascimento aos mulatos; é preciso ver seu orgulho, então! (…) Estão quase sempre ligados ao serviço dos filhos da casa, dos quais são muito frequentemente irmãos. Embora as negras se gabem de seu nascimento, são geralmente desprezadas, no entanto, pelos negros de *nação*, por terem tido comércio com um branco (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 125).

Para Lorena Telles, o status de gênero das escravizadas as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo confrangimentos quanto à mobilidade, aos assédios e

aos ataques sexuais por parte dos senhores: “As relações de dominação patriarcal escravocrata que conferiam aos homens liberdade sexual relativamente aceita entre as camadas proprietárias legitimavam o assédio às meninas e mulheres negras escravizadas” (TELLES, 2018, p. 81). Portanto, meninas e mulheres engravidavam de seus senhores em relações de abusos sexuais frequentes ou casuais, em que “o consentimento” por parte destas mulheres não passava de uma falácia.

Para as mulheres escravizadas, a escravidão implicou em um controle estrito de seus corpos,

> suas funções biológicas e reprodutivas foram amplamente invadidas e exploradas, tornando-se objeto de constantes intervenções escravistas diretas e de seus derivativos, como os saberes médico e jurídico, que penetraram nas esferas mais íntimas do ser dessas mulheres. O estupro generalizado, a concepção, o parto, a amamentação de seus filhos e filhas e os de outrem e a criação da prole foram esferas íntimas assoladas pelos interesses senhoriais, obrigando mulheres e mães a resistir duplamente ao avanço da exploração da escravidão (MACHADO; BRITO; VIANA; GOMES, 2021, p. 9).

O trecho seguinte, aponta o profundo impacto que a vivência escravista oitocentista lhe causou ao assistir a um parto de uma escravizada:

> Quando uma negra está a ponto de dar à luz, é levada para a habitação, onde é cuidada por uma velha, que desempenha, em cada fazenda, a função de parteira. Assisti várias vezes ao parto daquelas infelizes. Não se deve crer que, criadas rudemente como são, tenham mais coragem naqueles momentos que nós, brancas; de modo nenhum. Elas chamam todo o tempo ‘Nossa Senhora em seu socorro! Ah! Jesus me ajude’! Perguntei-me mais de uma vez como acontecia que aquelas criaturas, expostas a todas as intempéries das estações, que recebiam chicotadas e sofriam todas as privações, se mostrassem tão fracas diante das dores da maternidade. Eis o que me respondi: quando colocamos um filho no mundo, o que nos sustenta em nossas dores é a ideia daquele pequeno ser que logo vamos apertar contra o peito, que amaremos, que educaremos; mas aquelas pobres escravas, de onde podem tirar coragem para levantar seu moral? Dão-se conta de que o filho que vai nascer delas está destinado à escravidão também, de que lhes será tirado pouco depois do nascimento, de que o verão sofrer de toda maneira. Para elas, é indiferente que ele viva ou morra; não reclamam sua vinda, e muitas vezes, ao contrário, desejam-lhe a morte. Aí está o que a escravidão produz. Bendito seja aquele que a fez cessar! (TOUSSAINT-SAMSON, 2001, p. 123-124).

Este relato se destaca dos demais devido à proximidade da autora com a situação. Para entender a cena, Adèle Toussaint-Samson se questiona "mais de uma vez", como aquelas "criaturas, expostas a todas as intempéries das estações, que recebiam chicotadas e sofriam todas as privações, se mostrassem tão fracas diante das dores da maternidade". A viajante, neste trecho, vê a escravizada negra como uma *mãe*. Sendo uma mulher branca e classe média, até então, a viajante se mantinha distante e assistia os horrores da escravidão, narrando e mostrando sua indignação em relação as práticas escravistas. Mas neste trecho, vê-la como *mãe*, sentimento que compartilha, Adèle Toussaint-Samson consegue sentir o horror que aquilo causa e entender a estrutura enraizada no país. Assim, o primeiro ponto que observamos neste fragmento, está na construção da escrita de seu relato, da qual ela se mostra compassiva, questionadora e busca uma resposta, uma compreensão da realidade da qual observa.

Adèle Toussaint-Samson demonstra um olhar julgador, que gradualmente passa por um processo de reflexão e encontra a dor de uma mulher negra como uma resposta. Novamente, temos a narrativa da viajante construída em três atos. O primeiro, caracteriza-se pela apresentação da cena: "Quando uma negra está a ponto de dar à luz, é levada para a habitação, onde é cuidada por uma velha, que desempenha, em cada fazenda, a função de parteira" (TOUSSAINT-SAMSON, 2001, p. 123).

O segundo, pela exposição do problema — aquilo que a fez questionar a situação —: "Não se deve crer que, criadas rudemente como são, tenham mais coragem naqueles momentos que nós, brancas; de modo nenhum". Dessa vez, a separação ocorre entre "nós, brancas" (TOUSSAINT-SAMSON, 2001, p. 123-124), onde a autora deixa clara a divisão que faz dos papéis das mulheres brancas e mulheres negras daquela sociedade.

E, por fim, chega à conclusão de que "quando colocamos um filho no mundo, o que nos sustenta em nossas dores é a ideia daquele pequeno ser que logo vamos apertar contra o peito, que amaremos, que educaremos", "mas aquelas pobres escravas, de onde podem tirar coragem para levantar seu moral? Dão-se conta de que o filho que vai nascer delas está destinado à escravidão também, de que lhes será tirado pouco depois do nascimento, de que o verão sofrer de toda maneira" (TOUSSAINT-SAMSON, 2001, p. 124).

Outro ponto que podemos observar deste trecho, encontra-se nas diversas vivências das mulheres negras nesses tantos anos de escravidão, uma vez que no trecho reproduzido é-nos permitido discutir a relação da mulher negra na sociedade, as parteiras, e mesmo a questão do aborto, que era uma prática frequente no cativeiro.

Ao descrever a seguinte frase “Para elas, é indiferente que ele viva ou morra; não reclamam sua vinda, e muitas vezes, ao contrário, desejam-lhe a morte”, Adèle Toussaint-Samson nos chama a atenção ao pensar algumas práticas das mulheres negras escravizadas, para evitar que seus filhos sofram da mesma forma que elas. Segundo Lorena Telles, em documentação estudada em sua tese, indica que muitas escravizadas buscaram métodos abortivos na cidade, que poderiam ser obtidos com os médicos e parteiras, e até mesmo farmacêuticos. Os abortos induzidos, de difíceis documentações e realizados secretamente, foram amplamente encontrados pela literatura médica e de viajantes no decorrer do século XIX (TELLES, 2018, p. 118).

A questão do infanticídio e do aborto, tem sidos interpretado por alguns estudiosos enquanto “resistência reprodutiva”,

> o infanticídio combinou sentimentos de desespero e atos de desacato aos interesses senhoriais por parte das mulheres escravizadas que, numa resposta à escravização marcada pelo gênero, exerceram uma forma efetiva de resistência tanto às más condições que as políticas senhoriais conferiam à maternidade quanto à futura escravização de suas filhas e filhos e ao enriquecimento de seus senhores (TELLES, 2018, p. 32).

A prática do aborto, dentre outras razões, mediante afirmativa de seus filhos não nascerem como escravizados (SILVA; OLIVEIRA DE PAULA, 2019, p. 128), também se constitui como uma forma de resistência das mulheres negras escravizadas a essa prática de “reprodução da escravidão”.

Segundo Brito, nas casas-grandes habitavam dores profundas que marcaram a vida das mulheres negras escravizadas,

> Essas dores e demais sentimentos não estavam registrados nos arquivos, e por isso deixavam espaço para especulações e versões desse cotidiano comprometidas com diversos interesses, sobretudo aqueles ligados a uma narrativa nacionalista, heteronormativa e patriarcal. Contudo, a história social da escravidão nos permite apontar outras versões do passado escravista e das relações entre famílias patriarcais e famílias escravizadas. No caso das mulheres negras escravizadas, sabemos hoje que essas mulheres foram apartadas dos seus filhos, adoeceram, morreram no parto, perderam seus filhos para a venda ou para a morte. Sofreram abortos espontâneos ou não e também perderam suas crianças ainda nos primeiros dias de vida ou ao longo da infância. Algumas delas cometeram infanticídios porque se recusavam a viver a maternidade na escravidão (BRITO, 2021, p. 163).

Ainda, era comum os senhores descrever a mãe escrava como sendo bruta, negligente e ignorante, capaz de cometer um crime hediondo e matar o próprio filho. Desta maneira, isentavam-se de reconhecer as péssimas condições de vida que ofereciam e justificavam, assim, a maioria das perdas de recém-nascidos (MACHADO, 2018, p. 339).

Ademais, também encontramos possíveis "vozes" dos escravizados negros. Nestas frases supostamente ditas pelos escravizados, e, neste caso, por exemplo, lê-se uma prece: "Nossa Senhora em seu socorro! Ah! Jesus, me ajude", em que podemos observar que tal prece remete a dor dos escravizados, mas não só a dor do parto da qual Adèle Toussaint-Samson nos mostra, mas como a própria viajante afirma na sequência: a dor de colocar um filho no mundo, sabendo-se que ele sofrerá os mesmos desígnios de seus companheiros de escravidão. Ou seja, não remete apenas a dor física, mas a dor psicológica e emocional enraizada nos escravizados negros.

O relato continua, e temos uma mudança de narrativa:

> Parida a negra, dava-se um pouco de caldo de galinha e arroz durante uma semana; ao fim de três dias, tinha de retomar os serviços na habitação enquanto amamentava o filho e, depois de três semanas, era enviada aos rudes trabalhos de cultura, as velhas negras inválidas ou as crianças de seis a sete anos, que lhe enfiavam por alimento uma espécie de papa feita de amido e água. Todos aqueles negrinhos e negrinhas viviam misturados na cozinha ou no pátio da habitação, inteiramente nus; dormiam sete ou oito por dormitório, em esteiras postas sobre uma espécie de cama de campanha, em quartos cujo ar se renovava apenas por uma porta aberta para um corredor sujo e viviam ali em uma podridão de que não se pode fazer uma ideia. As emanações daqueles quartos nauseabundas; porém, eu ia todos os dias ver aqueles pobrezinhos, que lavava e algumas vezes levava a passear. Quando aquelas crianças começavam a andar, eram vistas no pátio, com os pés na lama, a cabeça sob um sol ardente, às vezes acocoradas em enormes poças de água, sem que ninguém se preocupasse com isso. Se gritavam de mais e impediam suas mães de trabalhar, não era raro ver aquelas criaturas depravadas ensinarem o vício aos filhos para mantê-los tranquilos e adormecê-los. Que horrível espetáculo o daquela miséria moral e física! Quadros como esses provocam náuseas (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 124-125).

Neste trecho, Adèle Toussaint-Samson nos informa como é o pós-parto de uma escravizada, abrangendo sua alimentação. Observamos que Adèle Toussaint-Samson nos informa que apenas três dias pós-parto, a escravizada já voltada aos serviços da habitação, e três semanas, aos trabalhos de cultura.

É constante na narrativa da autora, a escravidão como responsável direta por estes males, como se a "escravidão" fosse algo além do controle humano. Recorremos, aqui, ao seguinte trecho para melhor entendimento:

> Não se deve acusar o imperador do Brasil por esse estado de coisas. Ele é, ao contrário, cheio de humanidade, e seus escravos são tratados com muita brandura; mas, ao subir ao trono, encontrara esses usos estabelecidos, e não podia em um dia mudar os costumes do país; precisava fechar os olhos ao tráfico de negros, pois apenas eles eram capazes de suportar os trabalhos de cultura sob aquele sol de fogo (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 99).

Neste trecho, Adèle Toussaint-Samson retira a responsabilidade da escravidão do imperador, e transfere para a própria estrutura do país construída há tantos anos e a falta de "trabalhadores" que suportam trabalhar sob o sol do Brasil. É curioso ao pensarmos que Adèle Toussaint-Samson identifica a escravidão como parte de um processo histórico, mas isenta a responsabilidade da corte neste papel.

3.1.2. Manifestações culturais, religiosas e linguísticas

A dança, é algo que Adèle Toussaint-Samson sempre atribui uma relevância para narrar, talvez seja pela influência da família no teatro e pela profissão do marido. Assim, em um diálogo com uma escravizada na fazenda, Adèle Toussaint-Samson pergunta se ela "lembras-te das danças de teu país?", ao que a escravizada responde "Se me lembro! Todas as noites, quando os feitores dormem, nós nos levantamos e dançamos nossas danças até o amanhecer" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 127).

> Com a ajuda de pequenas baquetas, que ele manipulava com grande destreza, o negro obtinha sons surdos, cuja monotonia parecia antes dever provocar o sono que outra coisa. O segundo músico, acocorado sobre os calcanhares, tinha diante de si um pedaço de tronco de árvore escavado, sobre o qual estava estendida uma pele de carneiro seca. De tempos em tempos ele batia melancolicamente aquele tambor primitivo para reforçar o canto. Três ou quatro grupos de dançarinos logo foram pôr-se no meio do círculo formado por seus companheiros: as negras caminhavam em cadência, abanando-se com seu lenço e entregando-se a um movimento dos quadris dos mais acentuados, enquanto seus cavalheiros negros giravam em redor delas, saltando sobre um pé com as mais grotescas contorções, e o velho músico ia de um a outro grupo, falando e cantando enquanto agitava suas baquetas com frenesi: por suas palavras, parecia querer incitá-los à dança e ao amor, enquanto os assistentes acompanhavam o batuque com palmas que lhe acentuavam o ritmo de uma maneira estranha e o rei passeava circunspecto, agitando seus guizos (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 131-132).

Em referência aos trabalhos de Robert Slenes, Martha Abreu afirma serem diversos os diálogos encontrados entre o jongo e as canções e danças centro-africanas, como a presença de casais no centro da roda, das puítas e dos tambores (o caxambu/ngoma e seu companheiro menor, o candogueiro), as fogueiras e fogos, que "emitiam a cultos ancestrais; e a prática do canto e dos versos em desafio nos momentos de trabalho e diversão"[48]. Eram cantados com palavras africanas ou em português cifrado, e os significados do jongo não eram entendidos "pelos iniciados, facilitando a irreverência, a crítica e a construção identitária entre os escravizados" (ABREU, 2018, p. 133).

As canções dos africanos e seus descendentes eram constantes nas senzalas, nos locais de trabalho, em pontos de encontros nas cidades, festas religiosas, nos locais de trabalho e até mesmo nos eventos organizados pelos senhores. Essas canções, geralmente, eram identificadas pela variada marcação do ritmo, com palmas e tambores, pelos estilos performáticos em dança de roda e pela poesia em forma de desafio, de paródia e de humor (ABREU, 2018, p. 130).

Um dos primeiros trechos de Adèle Toussaint-Samson acerca da religiosidade no Brasil, ocorre quando a viajante conhece o Convento de Santa Teresa. Nesta ocasião, podemos perceber que a viajante, embora não tenha sua religião esclarecida, mas deixa ambígua sobre tal, demonstra sua admiração "muitas vezes disse a mim mesma que, se algum dia tivesse a ideia de tornar-me religiosa, seria apenas no Convento de Santa Teresa que teria ido pedir repouso e meditação". Destacamos essa ambiguidade, pois ela afirma não ser religiosa, mas continua: "Ali, toda coisa humana desaparece, e não devemos lembrar mais que de Deus" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 88). À parte, à essas impressões, as festividades e missas que ocorriam na fazenda em que Adèle Toussaint-Samson visitou, principalmente pelo envolvimento dos escravizados, atraiu a curiosidade e admiração da viajante, se preocupando em fornecer o mais detalhado que conseguisse sobre tais práticas.

O primeiro relato que mencionamos referem-se as procissões. Convidada por um negociante francês a ver passar, primeiro, a procissão da Quinta-feira Santa, logo em seguida, a do Corpo de Deus, e por último, a de São Jorge, Adèle Toussaint-Samson afirma que esses dias de procissão "são as grandes festas do país, bem como o São João, em que as famílias brasileiras têm o costume de receber-se entre si e de convidar-se a tomar *huma chícara* [uma

[48] O trabalho referenciado de Robert Slenes estudado por Martha Abreu é *Eu venho de muito longe, eu venho cavando: jongueiros cumba na senzala centro-africana* (*In*: LARA, Silvia H.; PACHECO, Gustavo (org.). *Memória do jongo*: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: Cecult, 2007).

xícara] de chá ou a beber um copo de *agua* [água]: essa é a fórmula consagrada para o convite a uma reunião, dançante no mais das vezes" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 104).

A autora afirma que esses costumes começam a se perder no Rio de Janeiro, mas foram conservados "religiosamente no interior do país". Conta-nos:

> Vi, nesses dias, algumas damas brasileira dançar, a pedido geral, o lundu[49], dança nacional que atualmente as mulheres jovens quase já não conhecem, e que consiste em uma espécie de passeio cadenciado, com um movimento de quadris e de olhos não desprovido de originalidade, e que todo mundo deve acompanhar estalando os dedos como castanholas, para bem marcar-lhe o ritmo. Nessa dança, o homem, de alguma maneira, não faz mais que girar em volta da dama e persegui-la, enquanto ela se entrega a todo espécie de movimentos de gata dos mais provocantes (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 105-106).

Em um dos momentos que a viajante detalha uma reza ocorrida na fazenda, ela afirma que "jamais a pude ouvir sem ficar profundamente impressionada", e que "a visão daquelas miseras e daqueles sofrimentos, e aquele grito de desespero que me parecia elevar-se até Deus, tudo aquilo era espantoso e de uma horrível beleza, mesmo do ponto de vista artístico" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 120).

Deste trecho, lemos:

> Acenderam-se quatro círios, e os dois feitores subalternos postaram-se nos degraus do altar, onde o Cristo aparecia no meio de quatro vasos. Eram esses dois negros que conduziam o ofício à sua maneira; haviam retido alguns trechos do latim que um capelão, outrora ligado à fazenda, então lhes recitava, e com eles haviam composto um outro dos mais pitorescos, que servia de preâmbulo às litanias dos santos. Depois do *Kyrie eleison*, eles começaram a cantar em uníssono; 'Santa Maria, *mai de Deos*, *ora pro nobis*'! Então seguiram-se todos os santos do paraíso, aos quais acreditaram dever acrescentar mesmo este: 'Santo pé de cana, *ora pro nobis*'! Enfim, seu canto terminou por este grito dilacerante, que todos lançaram prosternando-se com a face contra o chão: '*Miserere nobis*'! Esse grito comoveu-me ate às entranhas, e lagrimas correram silenciosamente dos meus olhos, enquanto, depois da reza, os negros desfilavam um a um diante de nós, pedindo-nos a bença, ao que cada um dos brancos deve responder: 'Eu te abençôo' (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 119-120).

[49] Segundo Inez Turazzi, "dança de origem negra rapidamente absorvida pelos festejos da sociedade, de onde provém a denominação lundu-de-salão, dada à versão menos lasciva, teve seu auge entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. A partir de meados do século XIX, chamou-se lundu também uma modalidade de canção solista, influenciada pelo lirismo da modinha e normalmente cômica" (TURAZZI, 2003, p. 105).

O catolicismo praticado pelos indígenas e escravizados, é qualificado como uma categoria popular. No seu sentido mais amplo, ganhou novos contornos e significados. Pressupondo valores e costumes que, quando confrontado com etnias de origens diversas, a religião Católica acaba se mesclando com novas culturas.

> Apesar de hegemônico na colônia, o catolicismo não conseguiu se impor plenamente. Houve espaço para o sincretismo na medida em que não se conservou a religiosidade como nos locais de origem, mas ganhou novas características ao se defrontar uma com as outras, transcendendo a configuração anterior ao contato. Espíritos africanos foram identificados com santos católicos, mas o culto destes não significava a simples preservação de cultos vindos da África. O culto aqui se distinguiu do continente africano pelas condições geográficas e culturais diferentes. Orixás guerreiros, como Ogum, ganharam destaque aqui, diferente dos de cunho agrícola mais cultuados na África, como Onilé (MACEDO, 2008, p. 3).

As crenças africanas aqui ganharam contornos peculiares aos do continente africano, portanto, era natural a singularidade dos cultos africanos no Brasil, visto que aqui misturaram e conviveram uma multiplicidade de etnias (MACEDO, 2008, p. 12-13).

Sendo uma *femme de lettres*, Adèle Toussaint-Samson também se preocupou em descrever a língua que ouvia pelas ruas do Rio de Janeiro. Se ela descreve "a língua brasileira" com "todos os seus diminutivos em zinha, zinhos, tem uma graça toda crioula, e jamais a ouço sem descobrir um grande encanto" e que "todas as suas denguices lhe caem e dão à língua brasileira um não sei quê que seduz mais ao ouvido do que a língua de Camões" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 173), é no Mercado, que a viajante afirma encontrar a língua africana:

> É lá que se precisa ouvir falar aquela língua africana chamada língua da costa. Nada de mais estranho: parece que nela não entra nenhuma consoante; não se distinguem absolutamente mais que ohui, y a, ahua, o, y, o. Aprendi algumas dessas palavras, que logo esqueci; é quase impossível reter uma linguagem da qual ignora inteiramente a ortografia (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 78).

Segundo Juliana Farias e Mariza Soares,

> Ao longo do século XVIII, a documentação indica uma predominância de escravos egressos das áreas de línguas pertencentes ao tronco gbe (fon, ewe, mahi, entre outras). Já no século XIX, cresce progressivamente a presença de escravos vindos das áreas de predominância da língua ioruba. O que acontece nesse processo de substituição é que, quando esses novos escravos de língua iorubá começaram a chegar em maior número à cidade, especialmente a partir da década de 1830, adotaram a terminologia mina já existente para os demais africanos da costa ocidental, não reivindicando, pelo menos de modo

> exclusivo, a identidade nagô, como aconteceu na cidade de Salvador, onde os africanos da Costa da Mina até então igualmente do tronco gbe eram majoritários (FARIAS; SOARES, 2017, p. 49).

Ainda, afirmam que a partir de fontes diversas e estudos mais recentes sobre escravidão urbana e tráfico atlântico, "é possível constatar que os africanos ocidentais que viviam no Rio de Janeiro ao longo do oitocentos vinham de áreas onde predominava a língua iorubá. Além disso, boa parte havia desembarcado primeiro na Bahia e, sobretudo a partir da década de 1830, e depois passado à capital do Império" (FARIAS; SOARES, 2017, p. 53).

Ao utilizar-se de Frantz Fanon, em *Peau noire, masques blancs*, de 1965, para analisar esta visão da viajante sobre a língua falada pelos negros, Andrea Costa afirma que

> 'falar é existir absolutamente para o outro'. A forma depreciativa que se depreende da sua fortuita análise da língua falada pelos negros evidencia que Adèle se nutria das diferentes teorias que 'quiseram ver no negro um caminho mais lento na evolução entre o homem e o macaco'. (FANON, 1965, p. 13) Falar uma língua não é tão somente se exprimir empregando certa sintaxe, ou ainda dominar sua morfologia, mas, sobretudo, assimilar uma cultura, apoiar o peso de uma civilização. Numa sociedade em que existe a escravidão, sustentada por uma ideia de inferioridade de um povo, só a língua e a cultura das nações ditas civilizadas são portadoras de valor. Que razões teria então nossa autora para se aprofundar um pouco mais na questão da língua dos tais negros em seu 'estudo sobre os usos e costumes'? (COSTA, 2014, p. 47).

Adèle Toussaint-Samson não se alonga neste tema. Carece de mais informações acerca das línguas ali faladas, e transmite ao seu leitor apenas o estranhamento que tem ao ter contato com uma língua tão distinta da sua. Este é um dos fragmentos que Adèle Toussaint-Samson deixa apenas como "notas", já que não se aprofunda em detalhes e considerações, e, ao debruçar-se depreciativamente da sua análise sobre a língua falada pelos negros, evidência que ela se nutria das diferentes teorias que "quiseram ver no negro um caminho mais lento na evolução entre o homem e o macaco" (*Apud*. COSTA, 2014, p. 47).

Portanto, tomando as conclusões e indagações de Andréa Costa, falar uma língua não é tão somente se exprimir empregando certa sintaxe, ou, dominar sua morfologia. É, sobretudo, assimilar uma cultura, "apoiar o peso de uma civilização". Em uma sociedade que ainda existe a escravidão, "sustentada por uma ideia de inferioridade de um povo, só a língua e a cultura das nações ditas civilizadas são portadoras de valor", então, que razões teria Adèle Toussaint-Samson para se aprofundar um pouco mais na questão da língua dos tais negros em seu "estudo sobre os usos e costumes"? (COSTA, 2014, p. 47-48)

3.2. A escravidão enquanto espetáculo

Se a viajante exprime seu horror em relação à escravidão, ela, também, a vê como um "espetáculo". Não são raros os momentos que a viajante utiliza tal palavra para descrever tais momentos, com contato direto com a escravidão, como no trecho: "No dia seguinte, cenas não menos tristes aguardavam-me. Tendo sido despertada às quatro horas da manhã pelo grande sino da varanda, que o feitor tocava para o despertar dos negros, *quis assistir àquele espetáculo* e saltei da cama" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 120. Grifo nosso).

Embora o termo espetáculo tenha, no século XIX, o significado em francês "tudo aquilo que se assiste, que chama atenção"[50], o uso que a viajante faz da palavra está ligada as passagens que a viajante se "maravilha" e/ou passagens que contém sentimentos de tensão, como exemplos: ao observar as paisagens do Rio de Janeiro, por exemplo, a viajante afirma: "Le panorama le plus magnifique se déploie alors à vos yeux : c'est un *spectacle magique*" ["O panorama mais magnífico então se desdobra em seus olhos: é um espetáculo mágico"] (TOUSSAINT-SAMSON, 1883, p. 60. Grifo e tradução nossa), e ao narrar uma experiência à bordo sob uma tempestade, destaca: "À peine avaient-ils essayé de contemples ce *spectacle*, qu'on les voyait revenir pâles et muets" ["Mal haviam tentado de contemplar esse espetáculo, eles voltaram pálidos e mudos"] (TOUSSAINT-SAMSON, 1883, p. 213. Grifo e tradução nossa).

A mistura do seu sentimento de *horror* com a *espetacularização* é constante. Em uma de suas passagens, isso fica evidente ao dizer que "Esse *espetáculo* da escravidão foi, durante os primeiros anos de minha estadia no Brasil, um dos *suplícios* de minha vida" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 97-98. Grifos nosso).

Com a massiva presença de escravizados pelas ruas brasileiras, as várias tentativas de fugas e formas de resistências e as notícias de revoltas pelo mundo, como o Haiti, citado pela autora no decorrer do seu relato, em tom temeroso, destaca: "Seria de temer, talvez, que quando se houvessem contado, tirem uma terrível desforra e o futuro vingue o passado. Esperemos,

[50] No *Dictionnaire de la langue française* (1801-1881) lê-se: "Spectacle: En général, tout objetif qui attire les regards" [Em geral, qualquer objeto que chame a atenção] (LITTRE, Émile. *Diccionaire de la langue française*. Tome 4, 1801-1881, p. 778). No *Diccionario da lingua brasileira* (1832) lê-se: "Espetáculo: o que se expõe à vista para mover o ânimo. Sucesso notável digno de ver-se, ou que se vio" (PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Typographia de Silva, 1832).

porém, que o Brasil não tenha seu São Domingos" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 102), repercute aos outros moradores das cidades brasileiras[51].

> No Brasil, o Terror sempre esteve presente, nas práticas inquisitoriais, demonizando as fogueiras das moradas coletivas das culturas tribais, supliciando milhões de corpos africanos escravizados e seus descendentes nas ermas sesmarias ou nas cidades litorâneas e interioranas. Terror das Ordenações, do Código Criminal, contingenciador da população escravizada, dos ébrios, praguejadores, prostitutas, pedintes, libertos e estrangeiros (SOLAZZI, 2007, p. 257).

O castigo imposto aos escravizados infratores fazia parte de um "governo econômico dos senhores", aliado ao trabalho excessivo e à alimentação insuficiente. Porém, esse poder do senhor sobre o escravizado não visava destruí-lo, mas, sim, "otimizar sua produção econômica e diminuir sua força de reação contra o sistema dominante". É o perigo da perda da funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravizado "que fez com que a punição senhorial fosse um agente político, manifestando-se e se reativando na punição do escravo faltoso" (SANTOS, 2003, p. 2394).

Adèle Toussaint-Samson demonstra, constantemente em seus relatos, o medo que os estrangeiros sentem em relação a revoltas de escravizados. Ao citar, por exemplo, a forma de recrutamento no exército, durante sua estadia, que era composto, nas palavras da viajante, "quase só de mulatos e de negros (…) o que me parecia bem estranho, pois era os filhos dos escravos que estava confiando o cuidado de guardar o país que escravizara seus pais. Apenas os oficiais eram brancos. Todo filho de fidalgo é cadete de direito, isto é, oficial" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 170), demonstra certa preocupação em relação à segurança do país.

---

[51] Segundo Luiz Mott, um dos mitos da nossa historiografia é a questão da falta de comunicação entre os negros no Brasil Colonial e imperial. Os isolamentos devido às dificuldades de comunicação entre etnias referentes a famílias linguísticas completamente estranhas, esse isolamento era programado pelos donos o poder, a fim de dificultar a temida coesão dos oprimidos. Porém, ao que se observa nas pesquisas do autor, é exatamente o oposto: "há provas incontestes de que houve sistemática comunicação entre os escravos residentes em diferentes fazendas, entre os negros de uma capitania com os de outra, dos libertos e ingênuos do Brasil com os negros da África e de outras regiões do mundo escravocrata". Ainda sobre o autor, este afirma que Palmares e a revolução de São Domingos foram os dois maiores momentos na história da rebeldia negra no Novo-Mundo, sendo episódios que abalaram a administração colonial e dos donos do poder no Brasil, e seus acontecimentos aterradores, lembranças e divulgação, eram preciso abafar e destruir (MOTT, 1982, p. 56). Com o advento da independência do Brasil, e "o forte sentimento de antilusitanismo espelhado em todas as camadas da nova nação brasileira", emerge entre "as gentes de cor" de variadas Províncias, uma forte hostilidade não só aos "marotos" (portugueses), mas a tudo quanto era branco (os "caiados"). Temia-se o "mau exemplo" que o Haiti demonstrou, pois, esta revolução dos escravizados produziu entre os negros do Brasil, o estímulo e o paradigma para o questionamento do regime servil nacional (MOTT, 1982, p. 60).

Porém, esse medo não é exclusivamente dos estrangeiros. Na seguinte passagem nota-se um cuidado dos fazendeiros com os escravizados quando estão "exaltados":

> Os negros estavam banhados de suor, mas o músico não cessava de correr de um ao outro, animando-os sempre mais. A dança chegara a um grau de super excitação inaudito quando, de súbito, ouviu-se gritar da habitação: 'Feitor! Que se apaguem as fogueiras, que todo barulho cesse e os negros voltem para suas senzalas' (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 132).

Em um primeiro momento, Adèle Toussaint-Samson demonstra desorientação ao que estava acontecendo. Mas ao questionar a cena, pondera: "Em matéria de brancos, éramos, na habitação, apenas o senhor P., meu marido, eu e uma espécie de empregada, que era uma meio-termo entre dona de casa e criada. Que teríamos feito contra cento e vinte negros revoltados?". E complementa:

> Eu então jovem mulher sem experiência, que tinha consciência de sempre ter feito apenas o bem a todos aqueles infelizes, não compreendi o perigo e não pude deixar de rir do rosto assustado do fazendeiro. (...) Mais tarde pensando naquilo, achei justificado seu terror. Houve alguns murmúrios entre os pobres escravos; mas o feitor, armado do chicote e seguido por seus dois acólitos, logo fez tudo voltar à ordem (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 133).

Esse medo do fazendeiro, e logo passado para a viajante, tem bases nas diversas notícias envolvendo crimes de escravizados. Segundo Kátia de Queirós Mattoso, quando um escravizado atinge o fundo de "sua cólera ou da sua confusão, domina-o uma loucura assassina e ele apanha os instrumentos de trabalho — pá, enxada, picareta, facão — e mata o seu senhor ou o feitor, que vivem a castigá-lo ou maltratam sua mãe ou se amigo" (MATTOSO, 2003, p. 156).

Se Adèle Toussaint-Samson se preocupou em descrever as vestimentas, alimentação, as formas de linguagem e tantos outros ricos detalhes sobre o cotidiano escravista fluminense, foi a violência da escravidão que sua pena carrega as mais intensas narrativas de lamentação durante sua estada. Em um de seus trechos, a viajante lastima: "A cada instante, minha alma revolta-se ou sangrava, quando eu passava diante daqueles *leilãos* [leilões] e que pobres negros, em cima de uma mesa, eram leiloados e examinados nos dentes e nas pernas como cavalos ou mulas (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 97–98).

Na cidade, Adèle Toussaint-Samson tinha contato com a escravidão constantemente, escravizados trabalhando para sua família, nos mercados e realizando as mais diversas tarefas pelas ruas fluminenses. Em uma de suas primeiras passagens, conta-nos sobre o caso de sua

vizinha espanhola que, tinha aos seus serviços três ou quatro escravos, punia-os frequentemente, "pela mais leve omissão, pela menor falta de um deles".

São várias as formas de punições que a viajante encontra pela cidade. No caso desta vizinha, Adèle Toussaint-Samson descreve serem usados chicotes e golpes de palmatória, e "as pobres negras lançarem-se a seus pés, gritando: 'Perdão, senhora!' Mas a implacável patroa jamais se deixava enternecer, e dava sem piedade o número de golpes que julgava dever dar. Aquelas cenas faziam-me um mal horrível" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 96-97). Em continuidade ao seu relato, pelas ruas do Rio de Janeiro, a viajante iria encontrar ainda mais lástimas:

> Mal conseguira acalmar-me e, alguns passos adiante, encontrava um pobre negro usando uma máscara de ferro; era ainda dessa maneira que se punia a bebedeira no escravo, há doze ou quinze anos. Os que bebiam eram condenados ao usar uma máscara de ferro, que era preso atrás da cabeça com ajuda de um cadeado e era-lhe retirada apenas na hora das refeições. Não se pode imaginar a impressão que causavam aqueles homens com cabeças de ferro! Era assustador! E imagine que suplicio sob aquele calor tropical! Os que tinham fugido eram atados por uma perna a um poste, outros traziam no pescoço uma grande canga, uma espécie de jugo como o que se põe nos bois; outros, enfim, eram enviados à Correção, onde, depois de os ter atado a um poste, quarenta, cinquenta, às vezes sessenta golpes de chicote lhes eram administrados muitas vezes. Quando o sangue corria, parava-se, suas feridas eram pensadas com vinagre e, no dia seguinte, recomeçava-se (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 98-99).

Assim, Adèle Toussaint-Samson descreve seu sentimento em relação às barbáries da escravidão:

> Diante de toda essas cenas de barbárie, meu coração indignava-se, cóleras generosas inflamavam-se em mim, e eu era obrigada a conter-me para não gritar a todos aqueles homens que faziam comércio de carne humana; '*Carascos!*', como gritara à minha vizinha espanhola (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 97-98).

São nas páginas em que Adèle Toussaint-Samson dedica as suas impressões sobre a fazenda, que o contato com os escravizados é mais intenso. É longe da área urbana que ela encontra as mais variadas formas de violência, de forma mais estruturais, e suas marcas nos corpos negros. Ao observar a rotina na fazenda, Adèle evidencia essas cicatrizes de longas punições sofridas: "A maior parte deles trazia nos ombros as marcas das cicatrizes que o chicote ali imprimira", e deixa visível o impacto que lhe causa sobre as barbáries ali cometidas: "Tudo

aquilo era sujo, repugnante, hediondo, o temor ou ódio, eis que se lia em todos aqueles rostos, que eu nunca vi sorrir" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 118-199).

Segundo Silvia Lara, o corpo dos escravizados era lugar de muitas inscrições. Na África, livres, seus corpos podiam ser objeto de inscrições rituais, porém o processo de escravização os marcava de uma forma inconfundível,

> Sofrem de mais outra marca, ou carimbo, que a fogo também lhes manda pôr o privativo senhor deles, debaixo de cujo nome e negociação eles são transportados para o Brasil; a qual lhes é posta, ou no peito esquerdo, ou no braço, para também serem conhecidos no caso de fuga. Assim, as marcas rituais africanas, a própria cor da pele, os diversos carimbos do colonizador, do traficante e do senhor eram signos que traduziam o ato de poder envolvido na escravização e diziam da qualidade e propriedade do africano tornado mercadoria (LARA, 1988, p. 86-87).

Diferente das condições dos escravizados das áreas urbanas, "no campo imperava livre a autoridade senhorial. O senhor representava a Igreja, a Justiça, a força política e militar. Seu domínio era sem limites, a benevolência, a austeridade, assim como a crueldade tinham ampla oportunidade de agir" (COSTA, 1966, p. 241).

A repreensão dos escravizados, considerados criminosos, ocorria de duas formas de justiça. A primeira, a oficial, representada pela máquina judiciária, baseada no livro das Ordenações Filipinas, que previa duras penas como a morte, era vista mais nas cidades, onde a lei intervinha, fiscalizava e regulava as práticas de castigos. Já a segunda, mais observada nas fazendas, ficava à cargo dos senhores, considerada a forma "privada" de justiça, onde a vontade do senhor decidia e os feitores a realizavam. Os critérios de avaliação das penas e de aplicação dos castigos ficavam quase sempre ao juízo do senhor, mas a sua realização "dependia da índole dos feitores, e estes, não raros, se excediam ao aplicá-los" (*Apud.* SANTOS, 2013, p. 2395).

Em uma rápida reflexão, ao questionar o tratamento com os escravizados, Adèle Toussaint-Samson deixa de lado sua compaixão e tenta compreender, pelo ponto de vista da "especulação", o porquê os "negociantes de carne humana não cuidassem melhor de sua mercadoria" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 123). Para a viajante, não faz sentido, nem se pensarmos em "negócio" e tratar os escravizados como uma mercadoria, tal descaso.

A viajante não identifica apenas as violências físicas — e marcadas nas peles — aos escravizados negros, mas também, identifica as agressões verbais conduzidas frequentemente, e sem razão aparente para tal prática, como a seguinte: "Seu senhor o saudou com estas palavras: 'Ô senhor *patifo* [patife]! Ô burro!', e isso durou nesse tom, todo tempo que ele arreou os cavalos" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 112).

Outro trecho que demonstra tais ações constante de impor o medo, caracteriza em: “Alguns negros começaram a sair das senzalas. Quando um deles, tardava a aparecer, o velho Ventura agitava seu enorme chicote, gritando: ‘Ô patife! Puxa para fora’!” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 120).

Essas cenas, que Silvia Lara ela “tratava-se de uma forma de castigo exemplar, práticas, de certa forma, derivadas das práticas inquisitoriais, foram comuns em Portugal na transição do medievo para a época moderna. Segundo Vilson Santos, o castigo seria um ritual que tentava reconstituir a soberania do senhor por um instante. Por cima da desobediência do escravo, o senhor exibia aos olhos de todos a sua força ‘invencível’ (LARA, 1988, *apud* SANTOS, 2013, p. 2394). Nesse sentido, Silvia Lara afirma que

> O reconhecimento social da prática dos castigos de escravos, no entanto, esbarrava na questão da justiça e da moderação, pois somente aplicado nessas condições corresponderia ao que dele se esperava: a disciplina e a educação. A punição injusta e excessiva provocava, por seu turno, descontentamento e revolta. Punir o escravo que houvesse cometido uma falta, não só era um direito, mas uma obrigação do senhor. Isso era reconhecido pelos próprios escravos, mas não quer dizer que os castigos eram aceitos, ou seja, por intermédio dos castigos, caberia a tarefa de educar seus cativos para o trabalho e para a sociedade (LARA, 1988, p. 116).

Segundo Solazzi, a “violência e o castigo comedidos sempre foram aceitos como meio pedagógico e estratégia de contenção social possíveis, tanto na educação paterna violentada, como no castigo senhorial sanguinário sobre a propriedade escrava” (SOLAZZI, 2007, p. 105).

Mas se essas violências eram constantes, as formas de resistência também aparecem. Embora a viajante não qualifica os atos de tal forma, ela comenta, brevemente, escravizados que fugiram e, quando capturados, as punições sofridas.

O primeiro, que citamos, aparece sutilmente em um diálogo que a viajante reproduz do fazendeiro com seu feitor, “um velho negro chamado Ventura”, como apresenta a autora:

> Eis que então as perguntas que foram feitas pelo senhor, num tom seco e duro, e as respostas dos escravos, pronunciadas com um ar humilde e temeroso;
> — O que foi plantado esta semana?
> — Arroz, senhor.
> — Foi começado o corte da cana?
> — Sim, senhor; mas o rio transbordou, e vamos precisar refazer os canais.
> — Envia para lá vinte negros amanhã de manhã. Que mais?
> — Henriques fugiu.
> — O cachorro! Foi apanhado?
> — Sim, senhor, esta no troco.

> — Que lhes sejam aplicados vinte de golpes de chicote e posta a canga no pescoço.
>
> — Sim, senhor. Um bando de porcos-do-mato esta devastando todas as plantações de batatas e uma onça foi vista ontem perto da torrente; precisaríamos dos fuzis (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 117).

Nesta passagem, temos que observar três ações narradas pela autora: A primeira, a ciência da fuga do escravizado Henriques; segundo, como seu feitor lidou com Henriques, assim que o capturou, sem a necessidade de avisar ao seu senhor e; por fim, a aplicação da punição dada pelo fazendeiro.

Para Henriques, foi ordenado a vinte golpes de chicote e o uso da canga no pescoço. É importante notar que a viajante poupa a explicação dos instrumentos utilizados nas punições. Ao decorrer, ela cita: chicote, canga, correntes, máscara de ferro etc.[52], na mais detalhada explicação, temos a da canga, "uma espécie de jugo como o que se põe nos bois". Também explica que alguns escravizados, dos que fugiam, eram levados à Correção[53] onde "depois de os ter atado a um poste, quarenta, cinquenta, às vezes sessenta golpes de chicote lhes eram administrados muitas vezes. Quando o sangue corria, parava-se; suas feridas eram pensadas com vinagre e, no dia seguinte, recomeça-se" (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 99).

---

[52] As tipologias dos instrumentos de punição são atreladas ao tipo de crime praticado. Os instrumentos citados pela autora e mais comuns na época são: o "açoite", que era um castigo aplicado ao escravizado com um instrumento de tiras de couro, um chicote. Era uma forma de espancamento e podia ser infligido sob duas formas: a doméstica ou a judicial. No caso da segunda, a pena era estipulada pelo juiz, segundo o Código Criminal do Império. Punia-se com açoites o roubo, a fuga, a embriaguez, a preguiça (OLIVEIRA, 2015, p. 8); as "correntes" eram utilizadas à captura e contenção de escravizados fugidos. Dentre as correntes tinham a "gonilha" e as "gargalheiras" (SANTOS, 2013, p. 2397); "gargalheiras" eram coleiras de ferro ou de madeira com três hastes. Uma dessas hastes tinha uma espécie de chocalho, cujo, objetivo era avisar da presença do escravizado, bem como dificultar sua fuga (OLIVEIRA, 2015, p. 21); as "máscaras" ("Máscara de Flandres") eram utilizadas em escravizados que furtavam alimentos. Eram confeccionados em folha-de-flandres, atado a parte traseira da cabeça e tinha como finalidade impedi-lo de comer ou beber. Um exemplo da máscara está na imagem que retrata a cativa Anastácia (OLIVEIRA. 2015, p. 28); a "palmatória", instrumento de punição e castigo muito comum na tradição e cultura brasileira, era confeccionada de madeira. Considerado um método "pedagógico" corriqueiro, que consistia em dar pancadas com esse objeto nas palmas das mãos estendidas dos escravizados. Era aplicada, preferencialmente, em crianças e mulheres para punir faltas consideradas pequenas (SANTOS, 2013, p. 2401); "ferro de marcar" era utilizado como castigo de aviltamento (OLIVEIRA, 2015, p. 30); as "placas com inscrição infame" eram feitas de ferro e penduradas no mancípio com dizeres aviltantes, como, por exemplo, "ladrão" ou "ladrão fujão" (OLIVEIRA, 2015, p. 31); o "tronco", cuja finalidade principal estava a contenção do negro que tivesse cometido qualquer falta. Existia uma variedade de troncos, que eram feitos de madeira ou confeccionados com ferro. Havia no tronco buracos grandes e pequenos para os pés, a cabeça e para as mãos (SANTOS, 2015, p. 2933); "marca de escravo": os escravizados de propriedade de um senhor, em geral, recebiam uma marca feita com um ferrete, na qual constavam as iniciais do proprietário (OLIVEIRA, 2015, p. 28).

[53] A Casa de Correção surgiu com a finalidade de separar, excluir do meio comum aqueles que "não se enquadravam adequadamente na vida social" (BELARMINO, 2006, p. 8). Um setor específico das casas era destinado ao castigo dos escravizados que, por desobediências ou por pequenas faltas, eram mandados para lá com a finalidade de serem punidos (SANTOS, 2013, p. 2395).

> Em geral, para atenuar as consequências dos castigos mais cruéis, as feridas provocadas eram curadas com sal, vinagre, limão e pimenta, o que, se por um lado levava a cicatrização dos ferimentos, por outro aumentava os sofrimentos dos escravos, em função da intensidade da dor. Mas, embora a lei limitasse a 50 o número de chibatadas, os fazendeiros pouco se importavam considerando o escravo uma propriedade absoluta (*Apud.* SANTOS, 2013, p. 2402).

Outro trecho que apresentamos refere-se a uma conversa de Adèle Toussaint-Samson com uma escravizada que encontrou na fazenda:

> Um dia em que eu passeava um pouco longe nas plantações, fui abordada por uma negra muita jovem, que me veio pedir que intercedesse junto ao seu senhor para mandar retirar-lhe a corrente que trazia. Dizendo isso, ela ergueu um pouco a saia de algodão grosso e me mostrou uma argola fortemente fixada em seu tornozelo, atada a uma pesada corrente presa em sua cintura. Eis então a conversação que tive com ela. Escrevi-a em seguida, textualmente.
>
> — Aceito, disse eu à pobre escrava, pedir teu perdão; mais que má ação cometeste para ter merecido esse castigo; roubaste?
>
> — Não, senhora; eu fugir.
>
> — E por que fugiste?
>
> — Porque o escravo deve fugir da escravidão sempre.
>
> — Se te tirarem a corrente, então fugiras de novo?
>
> — Não, pois vejo que o branco é sempre mais forte que nós e serei recapturada e martirizada. Esta corrente me mói o corpo.
>
> — Assim, prometes-me, se eu conseguir teu perdão, não tentar mais fugir?
>
> — Prometo, respondeu a pobre africana com uma voz surda. (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 125-127).

De acordo com Kátia de Queirós Mattoso,

> Juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga é, na verdade, a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado. O escravo ‘em fuga’ não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade (MATTOSO, 2003, p. 153).

Algumas formas de resistências às restrições impostas aos escravizados são observadas, sutilmente, pela autora:

> Aquelas danças do país natal exaltam tanto os pobres escravos que foi preciso, na cidade, proibi-las. Apesar de tudo, porém, elas acontecem. Com o risco de ser cruelmente espancados, os negros vão à noite, na hora em que os brancos dormem, dançar na praia, ao luar. Reúnem-se em grupos da mesma nação, Congo, ou Moçambique, ou Mina; então, dançando e cantando, esquecem seus males e sua servidão, e lembram-se apenas do país natal e do tempo em que eram livres (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 133).

Mesmo com as proibições, os escravizados negros conseguiam realizá-las. Segundo Maria Odila Dias, outra forma de resistir, com raízes na cultura africana,

> era de cantar nas horas de trabalho. Letras e melodias variadas, entoadas por homens e mulheres, ritmavam os golpes de enxada, amenizavam as dificuldades da lida e, por vezes, evocam os deuses para que dessem aos que trabalhavam energias para resistirem ao cansaço e à dor das chibatas. As cantigas do jongo, ou 'de desafio', eram comuns entre os escravos nos cafezais (DIAS, 2012, p. 373).

Entre as variadas denominações, como fandangos, lundus e chulas, as canções e danças mais identificadas com a população escravizada e africana, de caráter religioso ou não, no Brasil, eram os batuques (ABREU, 2018, p. 131). Segundo Alberto da Costa e Silva, como cada povo possuía suas crenças próprias, existiam muitas religiões africanas no Brasil, e o que os senhores de escravizados e autoridade generalizam como "batuques" podia corresponder a rituais distintos entre um lugar e outro (COSTA E SILVA, 2011, p. 69). As reuniões realizadas com batuques eram vistas como propensas ao crime, colocando em perigo a "pretendida civilização" do Império do Brasil:

> Por um lado, fizeram parte das políticas de controle e repressão dos senhores, das autoridades policiais e religiosas; por outro, das estratégias de resistência, negociação e ação política dos escravizados pelo direito à afirmação de suas formas de diversão e devoção. A realização de festas, conforme seus próprios sons, versos e costumes, ao lado das lutas pela alforria, acesso à terra e organização familiar foram importantes pautas dos escravizados na busca pela ampliação da autonomia e liberdade (ABREU, 2018, p. 131)

Outra forma de resistência que encontramos, estão nos "feitiços". Segundo Adèle Toussaint-Samson, um dos tipos "mais estranhos da fazenda era seguramente o feiticeiro". Em seu encontro com ele, a viajante descreve a seguinte situação:

> Uma manhã, estava sentada na varanda, perdida naquele vácuo de pensamento em que o mergulham os vastos horizontes, quando vi voltar da mata uma das carroças que, de hábito, retornavam apenas ao cair do dia. Tanto mais me surpreendi quando estava vazia e não tinha por todo carregamento mais que dois negros, um dos quais era o feitor.
>
> — Ô Ventura!, gritou-lhe imediatamente nosso anfitrião, por que voltas com Luiz?
>
> — Senhor, Luiz foi mordido por uma cobra ao cortar cana, e vomitou sangue.
>
> — Avisaram o feiticeiro?
>
> — Sim, senhor; ele esta chegando.

> De fato, logo vimos aparecer um negro muito alto, de cabelos encarapinhados e brancos, que tinha ao que se dizia, mais de noventa anos e, no entanto, mantinha-se ainda firme e ereto. Estava em volto em uma capa raiada, trazia uma espécie de alforje pendurado de lado e tinha um bastão na mão. Seu rosto era sério e pensativo.
>
> Foi diretamente à enfermaria onde fora posto o negro doente, fechou-se com ele, o fez beber uma infusão de plantas de que só ele tinha o segredo, e afirmou que curaria o negro, com a condição, porém, de que nenhuma mulher entrasse durante sete dias, no quarto daquele de quem cuidava; sem isso não respondia por nada, dizia. Teve-se o cuidado, portanto, de enviar a comida do negro apenas por homem; as prescrições do feiticeiro foram seguidas ao pé da letra, e o negro ficou perfeitamente curado.
>
> Quis então conversar com o velho feiticeiro; e, depois de lhe ter dado alguns vinténs para seu café e seu açúcar, perguntei-lhe que plantas havia empregado para curar a mordida da jararaca, uma das piores cobras do Brasil.
>
> — É meu segredo, disse ele.
>
> — Por que não o revelas aos outros?
>
> — Eu cuido deles quando estão doentes, é o bastante.
>
> — Mas, quando morreres?
>
> — Tanto pior para eles; se fossem bons comigo, eu lhes diria muitos segredos que sei, mas fogem de mim e ensinam seus filhos a me temer. Levarei meus segredos comigo. (...) o negro velho tinha razão: como prêmio por sua ciência, não colhia mais que ingratidão e abandono; todos fugiam dele, quase se benzendo, e os moleques estretavam-se uns contra os outros quando ele passava, dizendo-se ao ouvido: "Tomo sentido! O feiticeiro"! (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 134-136).

As fazendas eram, em suma maioria, isoladas dos centros urbanos, o que dificultava o acesso aos médicos, e os senhores, nestas condições, lançavam mão, frequentemente, dos recursos locais para os casos mais graves de doença (PÔRTO, 2006, p. 1022).

> Curandeiros, quimbandeiros, feiticeiros eram chamados na ausência dos médicos itinerantes, que só percorriam de tempos em tempos as fazendas. A ausência dos médicos, no entanto, não parece ser determinante no recurso que se fazia aos curandeiros, feiticeiros ou rezadores. A concepção de que a origem das doenças tinha uma natureza sobre-humana explica melhor tal atitude e justifica também o uso de amuletos para se proteger não apenas de doenças, mas de toda sorte de infortúnios (PÔRTO, 2006, p. 1022).

De acordo com Kátia Mattoso, quando um senhor descobre que um escravizado é "feiticeiro" ou "médico", ou seja, conhece as ervas ou a magia, com "frequência apressa-se em vendê-lo tal é o seu temor ao envenenamento gradual" (MATTOSO, 2003, p. 156-157).

A historiografia brasileira, como as compilações de leis, acentua o medo dos fazendeiros das rebeliões, assassinatos e formas de resistências dos escravizados: "Os senhores jamais se sentem em segurança e, quando se julgam ao abrigo de violências individuais ou coletivas, mesmo assim, tremem de medo do veneno que pode ser administrado em pequenas

doses e alguns dos quais, bem conhecidos, provocam uma astenia fatal" (MATTOSO, 2003, p. 156-157).

> De acordo com Souza (1986), desde de muito cedo os senhores temiam a ideia de que escravos tinham domínio de técnicas de feitiçaria. Alguns escravos eram afastados da Casa Grande porque corria boato de que era um feiticeiro. As práticas consideradas feitiçaria se tratavam de rituais espirituais trazidos da terra materna e que os escravos acreditam protegê-los "Manifestando um grau ainda incipiente de tensão ante os senhores, procuravam, através dos 'feitiços', resguardarem-se de maus-tratos" (*Apud.* SILVA; PAULA, 2019, p. 130).

Portanto, mesmo que a viajante não sublinhe explicitamente as formas de resistências, e resguarda-se em dar ênfases nas violências, essas práticas são realizadas e sentidas. Mesmo sem a intenção de mencioná-las, a viajante as cita, mas as floreia. Com a frase, supostamente dita pela escravizada, "Porque o escravo deve fugir da escravidão sempre", a viajante marca o escravizado como sujeito participante ativo para o enfrentamento do sistema escravista, rompendo com as ideias da passividade do escravizado. Ele não assistiu os horrores passivamente. Resistiu. Fugiu. Criou mecanismo para burlar o sistema e resistir.

Existem, também, outras intencionalidades presentes nas entrelinhas do seu discurso. No trecho seguinte, além de sustentar seu argumento de que a escravidão é essencial no Brasil, e só pode ser realizada pelos negros, Adèle Toussaint-Samson também comenta sobre as imigrações de diversas nacionalidades para o Brasil,

> Haviam sido feitos muitos esforços para trazer colonos de todos os países para substituir lentamente os negros; mas os franceses mal resistiam alguns meses; os ingleses, que pretendiam continuar seu regime de gim, logo morriam congestionados; os chineses, raça preguiçosa e deteriorada, não davam nenhum bom resultado. Apenas os alemães haviam chegado a fundar uma pequena colônia, mas, ainda assim, era na parte alta e montanhosa do país, cujo clima aproxima-se um pouco do da Europa. Que fazer então? Se a escravidão fosse repentinamente abolida, o país estaria arruinado. O imperador achava-se diante de todas essas dificuldades (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 99-100).

Adèle Toussaint-Samson afirma que a "raça brasileira não poderia suportar rudes labores" que "despreza todo trabalho manual" e "Não há brasileiro que jamais consinta em servir; todos querem ser senhores". Dessa forma, para a viajante, se ocorre a abolição da escravidão bruscamente, a cultura teria parado e seria a "fome a instalar-se". Portanto, segundo a viajante,

> Era preciso preparar muito lentamente o país e os espíritos para essa grande revolução. Foi o que fez Dom Pedro II; e quando, segundo ele, havia chegado a hora, declarou livre todo filho de escravo a nascer dali em diante. Dessa maneira, os negros, felizes de saber seus filhos livres, suportam sua escravidão com mais coragem; e quando seus filhos encontrassem meios de ganhar a vida no país que os terá visto nascer, é provável que ali permaneçam e cultivem a terra para si, enfim (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 102).

Adèle Toussaint-Samson assume a posição de que o Brasil *precisa*, ainda, da escravidão. Utiliza do pensamento brasileiro da época para tais afirmações e, tal tarefa não será feita pela população "brasileira". Segundo Rogério Beier, dominava não apenas nos estrangeiros essa ideia de quem sem a escravidão o Brasil não existiria, mas também, no imaginário dessa elite governante, e mesmo nas mulheres e homens livres da época, de que não haveria quem trabalhasse nas culturas, que era responsável pela quase totalidade da economia brasileira (BAIER, 2012, n.p).

Também, neste trecho, a viajante cita a Lei do Ventre Livre, de 1871. No Brasil, "desde a promulgação da lei, todo o processo de emancipação e abolição esteve amplamente conectado ao ventre da mulher escravizada, libertanda, liberta ou ainda livre, impactando o sistema de alforrias, os contratos de trabalho, a guarda dos filhos (as), as possibilidades de autonomias, as movimentações geográficas e a manutenção dos laços familiares que atravessaram os debates sobre a condição da mulher afrodescendente" (MACHADO *et alii*, 2021, p. 10).

Segundo Mattoso, a lei do ventre livre, em que concede liberdade às crianças nascidas no país, de mãe escrava, afirma que a lei é bem menos liberal do que parece:

> Com efeito, a liberdade concedida aos nascituros fazia-se acompanhar de cláusulas restritivas terríveis, pois a lei estipula que o menor permaneça sob a autoridade do senhor e de sua mãe, que devem, juntos, educá-lo até a idade de 8 anos. Quando atinge esta idade, o senhor, proprietário da mãe escrava, tem duas opções: receber do Estado uma indenização de 600 000 réis ou exercer o direito de utilizar os serviços do menor até que complete 21 anos (MATTOSO, 2003, p. 177).

Adèle Toussaint-Samson afirma que "os negros, felizes de saber seus filhos livres, suportam sua escravidão com mais coragem; e quando seus filhos encontrassem meios de ganhar a vida no país que os terá visto nascer, é provável que ali permaneçam e cultivem a terra para si, enfim", porém, como observamos em Mattoso, não é bem assim que funcionaria. Esse sistema funciona como uma nova forma escravidão, já que a lei não estabelece as horas trabalhadas, a alimentação a serem dadas ao jovem "escravo livre" e o regime sanitário, ficando essas à mercê do senhor. Assim, "numa sociedade em que o indivíduo de pele escura é

imediatamente identificado como ‘escravo’, sua vida nada difere da que sofre a massa dos escravos.” (MATTOSO, 2003, p. 177).

Tal citação da lei, contraria sua passagem anterior. Se antes, Adèle Toussaint-Samson afirma “Dão-se conta de que o filho que vai nascer delas está destinado à escravidão também, de que lhes será tirado pouco depois do nascimento, de que o verão sofrer de toda maneira.”, e agora, que “os negros, felizes de saber seus filhos livres, suportam sua escravidão com mais coragem”, podemos deduzir que ambos trechos foram escritos em épocas diferentes. Essa hipótese ganha sustento, ao afirmar, no final do texto, “Embora o povo brasileiro seja muito inteligente, ignora ainda (*ou pelo menos ignorava há dez anos*) o que é a conversação” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 167. Grifo nosso), indica que a obra foi escrita dez anos após a sua experiência na ocasião, ou, sua estadia no Brasil. Ou seja, isso nos auxilia a constatar que Adèle Toussaint-Samson não seguiu uma ordem “livre de escrita” e cronológica, já que a lei é citada antes do trecho acerca do parto da escravizada.

Como observamos, a estrutura do relato é bem construída. Constatamos isso através, também, da forma como a viajante organizou a divisão de seu livro. Sendo “notas recolhidas” durante sua estadia no Rio de Janeiro, ela dedicou tempo para organizá-las, tendo modificadas e organizadas do jeito que melhor pareceu abranger sua experiência.

Conclusão

> É isso que faz que eu sempre tenha *saudade*, como dizem os brasileiros, da América do Sul e que desejasse revê-la mais uma vez antes de morrer
>
> Adèle Toussaint-Samson

Nesta pesquisa, visamos debater a violência da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, pelos olhos da viajante e escritora Adèle Toussaint-Samson. Desta maneira, analisamos passagens de seu livro *Uma parisiense no Brasil* sobre a escravidão, priorizando em *como ela escreveu sobre esse assunto, porque escreveu seu texto* e *para quem escreveu*. Nossa abordagem se posicionou em não narrar "como observamos na viajante tal", mas, sim, demarcar a viajante como sujeito histórico, e não apenas o seu relato. De fato, seus escritos são importantes para a compreensão daquele contexto histórico.

Embora pareça carecer de mais debates sobre as questões de gênero, delimitamo-nos em analisar a escravidão e seu universo no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX pela visão de uma mulher francesa, classe média, rompendo, pelo menos, com a tradicional visão estrangeira acerca do Brasil — homem, branco e europeu. Porém, como abordado, os escritos de Adèle Toussaint-Samson trazem significativas oportunidades para pensar a vida cotidiana na capital fluminense.

Segundo Leila Algranti, "o estudo da escravidão urbana permite, (...) romper com a imagem tão difundida pela historiografia abolicionista e da escravidão, do escravo rude, alienado, e sem consciência de seus interesses" e "circulando pelas ruas nas suas tarefas diárias, ele cria um universo próprio, padrões de relacionamento com os demais grupos da sociedade e formas de contestação ao regime" (ALGRANTI, 1988, p. 24).

Porém, a maneira como esse estudo é realizado, pode abarcar variadas interpretações, providas de diversas fontes, objetos e respaldadas por diversas bibliografias. Assim, ao pensar como trabalhar o relato de viagem, tivemos a preocupação de conferir o lugar de enunciação e o universo cultural do viajante, compreendendo o período que seu relato foi produzido,

observando, também, a forma como o relato foi elaborado, quando se publicou e a forma de publicação, assim como quem é o autor e, principalmente, quem ele quer ser, tendo a preocupação em trabalhar a visão de uma mulher, classe média, branca, escritora, parisiense, que escreve sobre as práticas escravistas aqui presenciadas.

Observamos como a visão da viajante mudou no transcorrer de sua narrativa, conforme suas vivências no Rio de Janeiro se intensificam, em que percebe, mesmo que inconsciente, a base estrutural do Brasil e a escravidão enraizada no país. Ou seja, Adèle Toussaint-Samson consegue observar como a escravidão funcionava, a partir da sua visão e interpretação dos fatos.

Como observamos no decorrer da pesquisa, com a possibilidade da estadia prolongada no Brasil, permitiu um contato intenso com a população que aqui vivia. Seu relato demonstrou que esses contatos permitiram uma maior reflexão acerca das estruturas no país. O contato da viajante com os escravizados negros, a cultura, o cotidiano, permitiu uma maior proximidade com a escravidão, e entender como ela funciona na prática, contrário as observações "de longe". Uma característica marcante em Adèle Toussaint-Samson são suas transcrições que, supostamente, teve com os escravizados. Como vimos, a viajante, em curiosidade, conversa com uma mulher escravizada que foi punida por tentar fugir. Também conversa com o feiticeiro da fazenda, tentando extrair informações das quais têm interesse. Porém, temos que lembrar que aqueles relatos não foram escutados e informados pelas vozes de seus protagonistas. Embora a viajante transcreva suas falas, esses sujeitos históricos foram descritos pelas suas feições, gestos, cor da pele, hábitos cotidianos e práticas culturais. A viajante, "ao se deparar com uma cultura distante da sua", acabou "sucumbido pelo ímpeto do etnocentrismo ou da supremacia racial baseado em conceitos herdados da sua cultura; (des)construindo, precipitadamente, sujeitos outros", como ocorria e se praticava na época (FARIA, 2021, p. 150-151).

Com estes contatos, a viajante percebe a escravidão, a questionou e chegou a uma possível "conclusão" sobre ela. Esses processos de reflexão permitem analisar como eram formados o pensamento da época e a escravidão por trás de um olhar feminino, e, de certa forma, próximo com o escravismo. Por meio de seus relatos foi possível observar o cotidiano fluminense pautado, primordialmente, pelo trabalho escravizado. Em muitos momentos, ela não deixa de comentar / perceber as atividades econômicas praticadas pelo braço negro escravo no Rio de Janeiro.

Pela “pena de Toussaint”, conseguimos observar os aspectos da escravidão através de um olhar feminino, que não teme expor suas emoções e indignações ao ver os retratos da escravidão. Também não se limitou aos estereótipos, embora recorresse a eles frequentemente, mas busca, com constância, e dentro de seus limites, questioná-los. Traz uma estrutura narrativa inconstante, que observamos evoluir ao passar das páginas. Se no começo demonstra certo cuidado, no final realiza um processo de desconstrução e interroga aquela estrutura vigente.

Não só a nós, Adèle Toussaint-Samson se mostrou eloquente e teimosa, mas, como vimos, os variados trabalhos acerca da viajante destacaram sua “língua afiadíssima”, seus “hábitos arrojados” e sua destacada “eloquência” no narrar o que viu e sentiu *sobre* o cotidiano no Rio de Janeiro. Ao questionar a escravidão e expor o que sentia sobre ela, a viajante renunciou à “imparcialidade” e a um determinado posicionamento de crítica às estruturas vigentes escravistas no Brasil.

Como observamos no decorrer da dissertação, seus manuscritos são uma fonte subjetiva. Ela possuía suas referências e a mentalidade do século XIX, mas, igualmente, seu pensamento estava em constante desconstrução.

Afinal, sua pena não foi imparcial!

Referências

FONTE MANUSCRITA

Fundação Biblioteca Nacional / Rio de Janeiro
- *Carta de Adèle Toussaint-Samson a D. Pedro II*. 1881.

FONTES IMPRESSAS

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Épaves, sourires et larmes*: poésies. Paris: E. Dentu Editeur, 1870, p. 101-108. *In*: GALLICA. Disponível em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57208000/f59.image.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Mémoires de Samson de la Comédie française*. Paris: P. Ollendorff Editeur, 1882. *In*: GALLICA. Disponível em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k204369w/f2.item.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil.* Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Capivara, 2003.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Une parisienne au Brésil:* avec photographies originales. Paris: P. Ollendorff, 1883.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Viagem de uma pariziense ao Brazil*: estudo e crítica dos costumes brazileiros. Tradução de Antônio Estevão da Costa e Cunha. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C, 1883.

FONTE ICONOGRÁFICA

HENSCHEL & BENQUE. *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*. 1869. *In*: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Brasiliana Digital. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4508.

PERIÓDICOS

Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional (FBN) – Rio de Janeiro

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
- Ano 1848 \ Edição 00005
- Ano 1852 \ Edição 00009
- Ano 1850 \ Edição 00007

- Ano 1851 \ Edição 00008
- Ano 1848 \ Edição 00005
- Ano 1852 \ Edição 00009
- Ano 1850 \ Edição 00007
- Ano 1850 \ Edição 00007
- Ano 1851 \ Edição 00008
- Ano 1852 \ Edição 00009
- Ano 1852 \ Edição 00009
- Ano 1854 \ Edição 00008
- Ano 1854 \ Edição 00011
- Ano 1855 \ Edição 00012
- Ano 1856 \ Edição 00013
- Ano 1857 \ Edição 00014
- Ano 1858 \ Edição 00015
- Ano 1865 \ Edição 00022
- Ano 1868 \ Edição 00025
- Ano 1869 \ Edição 00026

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal / Rio de Janeiro
- Ano 1849 \ Edição 348
- Ano 1852 \ Edição 225
- Ano 1856 \ Edição 323
- Ano 1857 \ Edição 42
- Ano 1857 \ Edição 92
- Ano 1856 \ Edição 323
- Ano 1857 \ Edição. 42
- Ano 1864 \ Edição 350
- Ano 1864 \ Edição 350

Diário do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro
- Ano 1822 \ Edição 1100011

Jornal do Commercio / Rio de Janeiro
- Ano 1883 \ Edição 73
- Ano 1883 \ Edição 75
- Ano 1883 \ Edição 80
- Ano 1883 \ Edição 82
- Ano 1883 \ Edição 83
- Ano 1883 \ Edição 84

Gallica: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional da França – Paris

Le Figaro / Paris
- Ano 1911
- Ano 1911

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. Canções escravas. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 130-136.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no império. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*: Império – a corte e modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.

ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*: Império – a corte e modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-258.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

AMARO, Marcio Henrique Vieira. Virgílio e Ovídio na Idade Média e sua recepção na Itália e Espanha. *Revista Entrelaces*, v. 1, n. 12, p. 52-62, 2018.

ARIZA, Marília B. A. Crianças/ventre livre. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 169-175.

BARREIRO, José Carlos. Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BEIER, Rogério. A escravidão através dos olhos de uma parisiense em viagem pelo Brasil. *Hum Historiador*, 2012. Disponível em: https://umhistoriador.wordpress.com/2012/06/20/a-escravidao-atraves-dos-olhos-de-uma-parisiense-em-viagem-pelo-brasil/.

BELARMINO, Gonçalo. *A Galeria dos Condenados e a institucionalização da memória na Casa de Correção da Corte (1859-1876)*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. Salvador: Odebrecht, 1994.

BELTRAMIM, Fabiana. *Sujeitos iluminados: a reconstituição das experiências vividas no estúdio de Christiano Jr*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BENITO, Petraglia. O Rio de Janeiro nas crônicas de A Semana. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 1126-147, 2017.

BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros*: 1531-1900. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.

BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o corso, a conquista e a 'peçonha luterana'. *História (São Paulo)*, v. 27, n. 1, p. 29-50, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda. Temos, cumplicidade e sedução: relações entre franceses e portugueses no Brasil colonial. *In*: ARQUIVO NACIONAL. História Colonial. Disponível em:

http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5259&Itemid=393.

BNDIGITAL. *Abertura dos portos*. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/1808-1818-a-construcao-do-reino-do-brasil/tecer-abertura-dos-portos/.

BRITO, Luciana da Cruz. Mulheres negras e escravidão: reflexões sobre agência, violências sexuais e narrativas de passividade. *In*: MACHADO, Maria Helena P. T. et alii. (org.). *Ventres livres?*: gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

CALDEIRA, Jorge. O processo econômico. *In*: SILVA, Alberto da Costa (coord.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

CARDIM, Mônica. *Identidade branca e diferença negra: Alberto Henschel e a representação do negro no Brasil do século XIX*. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte – Universidade de São Paulo.

CARDINALLI, Thainã Teixeira. Tramas sensíveis, caminhos guiados: a viagem de Simone de Beauvoir ao Brasil (1960). In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

CHAIA, Josephina; LISANTI, Luís. *O escravo na legislação brasileira*. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132589/128682.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. *Relatos de viagem como fontes à História*. Porto Alegre: EDIPUC-RS. 2012.

COSTA, Andrea Reis da. *Adèle Toussaint-Samson: o olhar da viajante sobre o outro*. Niterói, 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

COSTA, A. R. Charles Expilly: o Brasil oitocentista pelas lentes de um literato fabricante de fósforos. *In*: ENCONTRO ABRALIC, 15. 2016, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*... Rio de Janeiro, 2016, p. 1427-1437.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

COSTA E SILVA, Alberto da. As marcas do período. *In*: SILVA, Alberto Costa e (coord.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

COSTA E SILVA, Alberto da. População e sociedade. *In*: SILVA, Alberto Costa e (coord.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

COUTO, Dejanirah. *Em torno do globo*: Magalhães, Pigafetta e a Carta Hazine 1825. Edição de Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2019. Catálogo.

DANTAS, Bárbara. Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) e o Revival Renascentista na França. *Revista Vozes dos Vales*, ano 11, v. 22, p. 1-20, 2022.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite. Resistir e sobreviver. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-380.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2020.

DUMONT, Juliette. Preciosos súditos, emigrantes atravancadores: a França e os franceses do Brasil no início do século XIX. *In*: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (ed.). *Franceses no Brasil*: séculos XIX-XX. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p.107-117.

EAKIN, Paul John. Falando sobre nós mesmos: as regras do jogo. *In*: *Vivendo autobiograficamente*: a construção de nossa identidade narrativa. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 17-72.

ESTEVES, Antônio R.; ZANOTO, Sérgio Augusto. *Literaturas de viagem — viagens na Literatura*. Assis: Triunfal, 2010.

FARIA, André Luiz. O gênero de viagem e a construção dos sujeitos: impressões e distorções a partir do olhar. *Qorpus*, v. 11, p. 147-162, 2021. Disponível em: https://qorpuspget.paginas.ufsc.br/files/2021/06/Ensaio_13_QORPUS_v11_n2_JUN_2021.pdf.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riquezas e estigma social. *Tempo*, v. 5, n. 9, p. 65-92, 2000.

FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Mariza de Carvalho. De GBE a Iorubá: os pretos minas no Rio de Janeiro, séculos XVIII-XIX. *Revista África*, v. 4, n. 8, p. 46-62, 2017.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FERRAZ, Priscila Prado; DIAS, Silvana Moreli. Jonathan Swift com destino ao subúrbio carioca: Jornadas da educação brasileira no século XXI. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. *Revista Philologus*, ano 26, n. 78, p. 1853-1869, 2020.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII*: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino*: antologia de textos (1809-1818). Rio de Janeiro: J. Olympio, 2013.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora*: viajantes latino-americanas no século XIX. Florianópolis: Mulheres, 2008.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. *In*: JUNQUEIRA, Mary A.; FRANCO, Stella Maris S. Franco (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Humanitas, 2011, p. 62-86.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina. *Cadernos Pagu*, n. 50, e. 175016, p. 1-39, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500016.pdf.

FIGUEIREDO, Eurídice; GLENADEL, Paula. França-Brasil: elementos para uma relação. *Letras*, v. 19, n. 2, p. 47-59, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e Quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 54, p. 50-61, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos*. Petrópolis: Museu Imperial, 1970. Disponível em: https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/1960-1970-Separata-1.pdf.

GERMINATTI, Fernando Tadeu; MELO, Alessandra de. O conhecimento histórico e a busca pela verdade: uma leitura da subjetividade e da objetividade na dualidade entre sujeito e objeto. *Research, Society and Development*, v. 7, n. 5, 2018.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. A carta de alforria na conquista da liberdade. *Ide*, São Paulo, v. 33, n. 50, p. 114-125, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O impasse da escravatura: prostitutas escravas, suas senhoras e a lei brasileira de 1871. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 53-66, 1996.

GRINBERG, Piedade Epstein. Arte e arquitetura no início do século XIX e o ensino de arte no Brasil. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

GOERGEN, Pedro. De Homero e Hesíodo ou das origens da filosofia e da educação. *Pro-Prosições*, v. 17, n. 3, p. 181-198, 2006.

HAHNER, June. Adèle Toussaint-Samson: uma viajante estrangeira desconhecida e fugida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 165, n. 423, p. 33-41, 2004. Disponível em: https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/146-volume-423.html.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968.

IANNI, Octavio. A metáfora da viagem. *In*: *Enigmas da modernidade-mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 11-31.

JUNQUEIRA, Mary A. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. *In*: JUNQUEIRA, Mary A.; FRANCO, Stella Maris S. Franco (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Humanitas, 2011, p. 44-61. Disponível em: http://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/upload/paginas/CSP 2.pdf.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. Breve história ambiental e sociocultural da alimentação no Brasil: do descobrimento a meados do século XX. *Agrária*, São Paulo, n. 17, p. 59-92, 2012.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. *In*: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-32.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê, 2001.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *No estúdio do fotografo: representação no Brasil da segunda metade do século XIX*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo 'mina'. *Tempo*, v. 10, n. 20, p. 98-120, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/TncwRXVmbm3nfkvMfGJ5bkb/?format=pdf&lang=pt.

LEAO, A. B.. Os livros de Charles Expilly. Raça e civilização no Brasil imperial. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES: CIVILIZAÇÃO, FRONTEIRAS E DIVERSIDADE. 14., 2012, Dourados. Anais... Dourados: UFGD, 2012. v. 1. p. 1-7.

LEITE, Marcelo Eduardo. As fotografias cartes de visite e a construção de individualidade. *Interin*, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5044/504450764005.pdf.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia de viagem*: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Rio de Janeiro: INL; Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres e famílias. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17. p. 143-178, 2009.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 129-143, 2000.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Resenha de: “Uma parisiense no Brasil. O relato da viagem de uma francesa no século XIX. Rio de Janeiro” e “Uma parisiense no Brasil” de Adèle Toussaint-Samson. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 251-253, 2004.

LESSA, Mônica Leite; SUPPO, H. R. . A emigração proibida: o caso França-Brasil - 1875-1908. *In*: VIDAL, Laurent; LUCCA, Tania Regina de (org.). *A imigração francesa no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 1, p. 67-104.

LIMA, Valéria Alves Esteves. *A viagem pitoresca e histórica de Debret: por uma nova leitura*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

LISBOA, Karen Macknow; TORRÃO FILHO, Amilcar. *Viajantes franceses no mundo atlântico do século XIX — no Brasil e na África*. Disponível em: https://www.transatlantic-cultures.org/pt/catalog/viajantes-franceses-no-mundo-atlantico-do-seculo-xix-no-brasil-e-na-africa.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. *Estudos Históricos*, n. 33, p. 25-39, 2004.

MACHADO, Maria Helena Pereira. Resenha de: PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 281-289. 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. Mulher, corpo e maternidade. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 334-340.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. Produção, usos e apropriações de uma imagem: o processo de iconização da fotografia da mulher de turbante, de Alberto Henschel. *Revista História*, v. 9, n. 2, 2020.

MAIA, Ludmila de Souza. Viajantes de saias: escritoras e ideias antiescravistas numa perspectiva transnacional (Brasil, século XIX). *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 68, p. 61-81, 2014.

MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saiais: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Campinas, 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. *In*: SALES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-233. v. 1.

MARTINS, Ana Luiza. Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do paraíso e mercados de trabalho. *In*: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (ed.). *Franceses no Brasil*: séculos XIX-XX. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 27-41.

MATTOS, Renato. Os limites da ‘abertura dos portos às nações amigas’: regulamentação do comércio marítimo e a defesa dos interesses da Marinha Mercante luso-brasileira (1808-1816). *Navigator*: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, v. 17, n. 34, p. 58-75, 2021.

MATTOS, Renato. Versões e interpretações: revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808). *Historelo: Revista de História Regional y Local*, v. 9, n. 17, p. 473-505, 2017.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: interfaces. *Tempo*, v. 2, n. 1, p. 26-46, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. *In*: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (org.). *A leitura de imagens na pesquisa social*: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004, p. 19-36.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*: Império – a corte e modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

MAURO, Frédéric. *História do Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MEDEIROS, Christian Brially Tavares de. As representações imagéticas do relato de viagem de Jean de Léry: uma contribuição calvinista à temática indígena. *Educação, Escola e Sociedade*, v. 14, n. 16, p. 1-21, 2021.

MELLO, Elizabeth Chaves de. O Brasil no olhar dos viajantes franceses no século XIX. *In*: JOBIM, José Luís *et alii*. *Diálogos França-Brasil*: circulação, representações, imaginários. Rio de Janeiro: Makunaíma, 2019, p. 255-269.

MELLO, Luana Martins; REIS, Jaime E. O imaginário medieval e o Livro das Maravilhas de Marco Polo. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8.; SEMANA DE HISTÓRIA, 22. São Paulo, 2017. *Anais*..., p. 444-451.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. O desafio de construir uma antologia: Francis de Castelnau e o seu relato de viagem. *In*: MELLO, Maria Elizabeth (org.). *Um francês nos trópicos*: Francis de Castelnau – olhar de um viajante no século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 13-22.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. O encontro entre o outro e o mesmo na literatura de viagem. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 21, p. 64-73, 2019.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. O relato de viagem: narradores, entre a memória, o fictício e o imaginário. *Gragoatá*, n. 28, p. 141-152, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros. Francesas no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822). *Caderno Espaço Feminino*, v. 12, n. 15, p. 61-82, 2004.

MIALHE, Jorge Luís. A emigração francesa para o Brasil pelo porto de Bordeaux: séculos XIX e XX. *In*: VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de (ed.). *Franceses no Brasil*: séculos XIX-XX. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 43-65.

MONICAT, Bénédict. *Itineraire de l'écriture au féminin*: voyageuses du 19e siècle. Amsterdam: Rodopi, 1996.

MOREIRA, Catarina. Darwin. *Revista Ciência Elementar*, v. 3, n. 4, 2015. Disponível em: https://rce.casadasciencias.org/rceapp/art/2015/258/.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista*: o que não deve ser dito. Jundiaí: Paco, 2017.

MOTT, Luiz Roberto. Os negros do Haiti e o Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 3, p. 55-63, 1982.

MOTT, Maria Lucia. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista História*, n. 120, p. 85-96, 1989.

NEVES, Lucas Vieira Baeta. *História e imagem: a sociedade escrita com a luz - Rio de Janeiro (1840-1889)*. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.

NISHIDA, Mieko. As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-FEA/USP, v. 23, n. 2, p. 227-265, 1993.

NICOLAU, Giselle Pereira. *Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914)*. Niterói, 2018. Doutorado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense.

NICOLAU, Giselle Pereira. Os franceses e o setor de moda e vestuário no Rio de Janeiro dos oitocentos. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 25. 2020. São Paulo. *Anais*... São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1597801293_ARQUIVO_6d1bcf63a2478d4ec3595def6bf90b2a.pdf.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. *Vocabulário controlado sobre escravidão, abolição e pós-abolição: a representação dos conceitos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos emigrantes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Natália Maria de; MORAIS CASTRO, José Flávio. Análise da paisagem das mulheres viajantes no Brasil durante o século XIX. *Caderno de Geografia*, v. 26, n. 1, p. 155-168, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3332/333248609010.pdf.

PAIVA, Diego Souza de. Aplicação da análise do discurso: O índio na crônica de Jean de Léry. *In*: SEMANA DE HUMANIDADES, 16., 2008, Natal. *Anais*... Natal, 2008.

PAIVA, Eduardo França. Depois do cativeiro: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII. *In*: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais*: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 505-521.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 2009.

PALAZZO, Carmen Lícia. Imagens do Brasil nos relatos de viajantes franceses. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 25, n. 2, p. 61-90, 1999.

PEDROSA, Matheus Monteiro. Escravidão, publicidade e Parlamento: o encaminhamento da Lei do Ventre Livre de 1871. 2018. 269f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

PERÉS, Luis Nicolau. Africanos Ocidentais. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PINHEIRO, Claudio. Quereis ser escravo? Escravidão, saberes de dominação e trajetórias de vida na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1865. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos - Paris, Rio e Salvador. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. Estudos avançados, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/Fq96tFLq5KWxVzR5k7krYkc/?format=pdf&lang=pt

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

PRECHET, Beatriz do Nascimento. 'O imoral escândalo da prostituição de escravas': pensando a prostituição a partir das mulheres negras no Rio de Janeiro (1871). *Revista Transversos*, v. 1, p. 67-85, 2020.

PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira*: Império. São Paulo: LeYa, 2016. v. 2.

PÔRTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n.º 4, p. 1019-1027, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 28, p. 53-76, 1988.

REICHEL, Heloísa. Apresentação. *In*: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999, p. 11-13.

RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio; SILVA, Wilton Carlos Lima da. *Literaturas de viagem*: fauna, flora e etnografia brasileira. São Paulo: Humanitas, 2013.

RUEDA, Sofía Carrizo. *Escrituras del viaje*: Construcción y recepción de "fragmentos de mundo". Buenos Aires: Biblos, 2008.

SANTOS, Lucimar Felisberto. Disputas pelos significados da liberdade do ventre escravizado: episódios de fugas de africanas e de suas descendentes. *In*: MACHADO, Maria Helena P. T *et alii*. (org.). *Ventres Livres?*: gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

SANTOS, Vilson Pereira. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. *Enciclopédia Biosfera*, v. 9, n. 16, 2013.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: M. Fontes. 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. *In*: SILVA, Alberto da Costa (coord.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A arcádia francesa chega ao Brasil: as telas melancólicas de Nicolas-Antoine Taunay. *In*: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). *Cinco séculos de presença francesa no Brasil*: invasões, missões, irrupções. São Paulo: Edusp, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. D. João e seu reino americano. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 172-199.

SCHWARCZ, Lilia; MACHADO, Maria Helena; BURGI, Sergio. Emancipação. Fotografia. Instituto Moreira Salles, 2013. Disponível em: https://blogdoims.com.br/emancipacao-por-lilia-schwarcz-maria-helena-machado-e-sergio-burgi/.

SCOVILLE, André. O desejado e o rejeitado: o Sebastianismo que Charles Expilly encontrou por aqui. *Revista Letras*, n. 68, p. 115-128, 2006.

SILVA, Iranildo Mota da. O negro em Uma parisiense no Brasil: uma imagem em (des)construção no século XIX. *Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*, v. 9, n. 2, 2020.

SILVA, Maurineide Alves; OLIVEIRA DE PAULA, Eliete Cristina. As formas de resistência do escravo à escravidão no Brasil. *Literatura e História*, v. 9, n. 2, 2019.

SIQUEIRA, Francisca Pereira. Abolicionismo inglês e Francês (1787–1833) em perspectiva comparada. *Revista de História Comparada*, v. 12, n. 2, p. 35-64, 2018.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio. Sedições, Haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do Atlântico negro. *Novos Estudos*, n. 63, p. 131-144, 2002.

SOARES, Luiz Carlos. Os Escravos de ganho no Rio de Janeiro do Século XIX. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 8, n.º 16, p. 107-142, 1988

SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas*: a prostituição no Rio de Janeiro no século XIX. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, Luiz Carlos. *O 'Povo de Cam' na capital do Brasil*: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

SOARES, M. O. As narrativas de viagem: estrutura, circulação, representação e imaginário. *In*: *O harém ao rés do chão*: imaginário europeu e representações médicas sobre o lugar-segredo, 1599-1791. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, p. 191-297.

SOLAZZI, José Luís. *A ordem do castigo no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2007.

SOUZA, Patricia March de. *Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUGUIMATSU, Isabela Cristina. *Atrás dos panos: vestuário, ornamentos e identidades escravas: Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX*. Belo Horizonte, 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888). *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, 2010.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. São Paulo, 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

TORRÃO FILHO, Amilcar; LISBOA, Karen Macknow. Viajantes franceses no mundo atlântico do século XI no Brasil e na África. *Transatlantic Cultures: Histórias Culturais do Espaço Atlântico*. 2021. Disponível em: https://transatlantic-cultures.org/pt/catalog/viajantes-franceses-no-mundo-atlantico-do-seculo-xix-no-brasil-e-na-africa.

TURAZZI, Maria Inez. Adèle Toussaint-Samson (1826-1911): um esboço biográfico. *In*: TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Capivara, 2003, p. 7-41.

ZANON, Camila Aline. *A* Ilíada *de Homero e a Arqueologia*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.